Quinta-feira, 21 de maio de 2026 **I Série — Número 93**

DIÁRIO
da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 20 DE MAIO DE 2026

Presidente: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Maria Germana de Sousa Rocha
José António Ribeiro de Carvalho
Joana Fernanda Ferreira de Lima
Sandra Cristina de Sequeiros Pereira

S U M Á R I O

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Ao abrigo do artigo 72.º do Regimento, procedeu-se ao debate de urgência, requerido pelo PS, sobre «A má execução do PRR — Necessidade de medidas urgentes», tendo usado da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional (Hélder Reis), os Deputados Nuno Fazenda (PS) (*a*), Pedro Tavares (CH), Paula Santos (PCP), Filipe Sousa (JPP), Armando Mourisco (PS), Fabian Figueiredo (BE), Patrícia Gonçalves (L), Ricardo Carvalho (PSD), João Pinho de

Almeida (CDS-PP), Miguel Rangel (IL), Filipe Melo (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Francisco Figueira (PSD) e Eurico Brilhante Dias (PS).

Debateu-se, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 72/XVII/1.ª (GOV) — Revoga a Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, e aprova a nova Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, e o Projeto de Lei n.º 609/XVII/1.ª (CH) — Alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, em conjunto com o Projeto de Resolução n.º 926/XVII/1.ª (L) — Recomenda o reforço dos meios humanos e técnicos da Inspeção-Geral de Finanças no âmbito da reforma do controlo financeiro do Estado. Usaram da palavra, a diverso título, além do Ministro Adjunto e da Reforma do Estado (Gonçalo Matias), os Deputados André Ventura (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Marco Claudino (PSD), Fabian Figueiredo (BE), Patrícia Gonçalves (L), Filipe Sousa (JPP), Paula Santos (PCP), Marina Gonçalves (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Jorge Miguel Teixeira (IL), Andreia Neto e Almiro Moreira (PSD).

Foram discutidos o Projeto de Resolução n.º 217/XVII/1.ª (CH) —Recomenda ao Diretor do Serviço de Informações de Segurança que proponha, ao Sr. Primeiro-Ministro, a desclassificação de todos os registos, documentos, dossiês e arquivos dos serviços de informações relativos à organização terrorista de extrema-esquerda FP-25, desde a data da sua criação, até à data da amnistia dos crimes cometidos pela mesma, o Projeto de Lei n.º 611/XVII/1.ª (BE) — Cria a comissão para a desclassificação e estudo dos arquivos relativos à violência política do pós-25 de Abril, estabelece um regime especial de acesso aos documentos relativos às Forças Populares 25 de Abril e à rede bombista, na generalidade, e ainda o Projeto de Resolução n.º 927/XVII/1.ª (L) — Pela preservação da memória histórica e acesso público a toda a documentação sobre a violência política organizada de qualquer campo do espectro político ou por organismos do Estado na República Portuguesa. Intervieram os Deputados Diogo Pacheco de Amorim (CH), Fabian Figueiredo (BE), Rui Tavares (L), Paulo Núncio (CDS-PP), Mário Amorim Lopes (IL), Pedro Delgado Alves (PS), Paula Santos (PCP), Rodrigo Alves Taxa (CH), Filipe Sousa (JPP), Inês de Sousa Real (PAN), António Rodrigues (PSD) e Pedro Pinto (CH).

Foram discutidos os Projetos de Lei n.os 555/XVII/1.ª (PS) — Aprova o modelo societário e os estatutos da Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., 601/XVII/1.ª (IL) — Mais independência para a LUSA, 604/XVII/1.ª (PCP) — Aprova o modelo societário e os estatutos da Lusa - Agência de Notícias de Portugal, como Entidade Pública Empresarial, E.P.E., 605/XVII/1.ª (L) — Aprova o modelo societário e os estatutos da LUSA, conjuntamente com os Projetos de Resolução n.os 906/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que assegure a independência editorial, a autonomia institucional, a transparência financeira e o escrutínio parlamentar da Lusa — Agência de Notícias de Portugal, S.A. e 937/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a valorização da Agência Lusa, o reforço da sua independência e o combate à precariedade laboral, tendo usado da palavra, a diverso título, os Deputados Paulo Lopes Silva (PS), Marcus Santos (CH), Rodrigo Saraiva (IL), Alfredo Maia (PCP), Filipa Pinto (L), Jorge Galveias (CH), Fabian Figueiredo (BE), João Antunes dos Santos (PSD), Filipe Sousa (JPP), Inês de Sousa Real (PAN), Paulo Núncio (CDS-PP), Pedro Pinto (CH) e Porfírio Silva (PS).

Debateram-se os Projetos de Resolução n.os 834/XVII/1.ª (IL) — Correta atualização das comparticipações por alimentação escolar, 719/XVII/1.ª (L) — Pela igualdade na qualidade das refeições escolares nos estabelecimentos de ensino com contrato de associação, 904/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a atualização urgente das comparticipações relativas às refeições escolares, 909/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a universalização progressiva do direito a refeições escolares gratuitas e de qualidade na creche, na educação pré-escolar e no ensino básico e secundário, com o correspondente reforço das transferências financeiras para os municípios, 916/XVII/1.ª (PCP) — Gratuitidade das refeições escolares e a garantia do financiamento às autarquias, 923/XVII/1.ª (PAN) — Pela atualização da comparticipação pública nas refeições escolares e pela garantia de igualdade no acesso à alimentação escolar, 930/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo o reforço do financiamento e da monitorização das refeições escolares no âmbito da descentralização no domínio da educação e 972/XVII/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a atualização do financiamento das refeições escolares do 1.º ciclo no âmbito da descentralização de competências na área da educação. Proferiram intervenções os Deputados Angélique Da Teresa (IL), Filipa Pinto (L), Eliseu Neves (CH), Fabian Figueiredo (BE), Paula Santos (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), Rosa Isabel Cruz (PS), Manuela Carvalho e Sonia dos Reis (PSD), Sónia Monteiro (CH), Filipe Sousa (JPP), Paulo Núncio (CDS-PP) e Isabel Mendes Lopes (L).

Seguiu-se a discussão da Petição n.º 113/XVI/1.ª (FEPODABES-Federação Portuguesa e Dadores Benévolos de Sangue) — Dispensa de serviço em dia de dádiva benévola de sangue, juntamente, na generalidade, com o Projeto de Lei n.º 610/XVII/1.ª (IL) — Valoriza a dádiva regular de sangue através da atribuição de dias adicionais de férias, alterando o Estatuto do Dador de Sangue, o Código do Trabalho e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e os Projetos de Resolução n.os 911/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo a valorização da dádiva benévola de sangue, a reposição da dispensa de serviço em dia de dádiva e o reforço da colheita de plasma por aférese, 917/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de incentivo à dádiva de sangue, 918/XVII/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a valorização e promoção da dádiva voluntária e altruísta de sangue em Portugal, 922/XVII/1.ª (PAN) — Pela dispensa de serviço em dia de dádiva benévola de sangue e pela realização de uma campanha extraordinária de incentivo à doação de sangue e 939/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo o direito à dispensa de prestação de atividade profissional, de formação ou inseridas em programas ocupacionais, no dia da dádiva, sem perda de direitos ou regalias do trabalhador dador. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Joana Cordeiro (IL), Filipe Sousa (JPP), Paula Santos (PCP), Ana Oliveira (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Fabian Figueiredo (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Cristina Vieira Henriques (CH), Paulo Muacho (L) e Irene Costa (PS).

O Presidente (Rodrigo Saraiva) encerrou a sessão eram 19 horas e 55 minutos.

(*a*) Durante esta intervenção foram projetadas imagens.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde, Sr.as e Srs. Deputados. Peço aos Srs. Agentes da autoridade para abrirem as galerias, para quem pretenda assistir aos trabalhos.

Eram 15 horas.

Cumprimento os Srs. Membros do Governo.

Pausa.

Logo que os Srs. Deputados estejam acomodados, poderemos dar início ao nosso debate.

Pausa.

Peço à Sr.ª Secretária da Mesa o favor de ler o expediente que tem.

A Sr.ª **Secretária** (Germana Rocha): — Sr. Presidente, é para informar a Câmara de que já se encontram disponíveis, no portal da Assembleia da República, as iniciativas que deram entrada na Mesa desde a última sessão.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Pausa.

Vamos, então, dar início à nossa ordem do dia. O primeiro ponto é o debate de urgência, requerido pelo Partido Socialista, sobre «A má execução do PRR — Necessidade de medidas urgentes.» Para a intervenção inicial, dou a palavra ao Sr. Deputado Nuno Fazenda, do Partido Socialista.

Pausa.

Pedia aos Srs. Deputados que ainda se encontram em pé o favor de se sentarem, enquanto o Sr. Deputado chega à tribuna, para intervir.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista agendou este debate de urgência para um ponto de situação sobre «A má execução do PRR — Necessidade de medidas urgentes».

Partilho, hoje, convosco uma apresentação, para que todos possam ficar na posse da mesma informação, para que todos possamos fazer um debate esclarecedor, com base em factos, em números e em evidências.

Em primeiro lugar, o que importa dizer é que o PS sempre reconheceu as dificuldades e a complexidade da execução do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência). Porém, também é verdade que, quando o Governo da AD (Aliança Democrática) tomou posse, Portugal estava acima da média na execução do PRR, e Portugal era um bom exemplo, com avaliação positiva no PRR.

Aplausos do PS.

Não foi só a Comissão Europeia que o disse. Também a Estrutura de Missão «Recuperar Portugal», pelo mesmo presidente que hoje preside à estrutura de missão, afirmava, na altura, o seguinte, e vou citar: «Portugal tem vindo a fazer um caminho sólido na execução do PRR, com marcos e metas avaliados positivamente e, por isso, cumpridos». Este foi o legado que a AD recebeu.

Dois anos depois, com a AD, o que é que nos diz o relatório da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR? Diz-nos que os alertas feitos em 2023, reiterados em 2024 e 20250, «passaram de riscos potenciais a constrangimentos efetivos na execução». E o que é que diz mais este relatório? Diz-nos que um terço do PRR está em risco, que há 33 % de investimentos do PRR em estado crítico ou preocupante, que, a quatro meses

do fim, 90 % dos lugares em creches e lares estão ainda por abrir, e acrescenta mais, dizendo que entre 30 e 40 escolas não vão ficar concluídas dentro do tempo.

Por isso, isto deriva de atrasos, de agravamento de atrasos na análise, nos pagamentos e também na abertura de projetos. Na análise, nós temos um aviso no PRR — registem bem, Sr.as e Srs. Deputados — de que os promotores aguardam, há um ano e meio, por resposta. Este aviso é da inteira responsabilidade da AD, não foi do PS. Repito: um ano e meio de espera para os promotores.

Aplausos do PS.

Também temos atrasos nos pagamentos. O Governo assinou recentemente, há três meses, contratos de financiamento, através do Banco Português de Fomento, de apoio às empresas. Três meses depois, depois de o Governo dizer que, com a assinatura, podia pagar o adiantamento, as empresas ainda aguardam estes apoios por parte do Governo. Repito: três meses de espera.

Aplausos do PS.

E temos mais, Sr.as e Srs. Deputados. Também temos atrasos de seis meses nos reembolsos, na área da habitação e do sector social, e há mesmo promotores que aguardam, há mais de um ano, pela devolução do IVA (imposto sobre o valor acrescentado), como é o caso de IPSS (instituições particulares de solidariedade social) e também de autarquias. Esta é uma verdade que corresponde apenas à responsabilidade deste Governo.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Vergonha! Pouca-vergonha!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — E, se temos atrasos nos pagamentos, também temos atrasos na abertura de projetos. Sim, o PRR não está a chegar às pessoas.

E o que diz a Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR? Diz que «importa passar do cumprimento formal ao funcionamento efetivo», e estou a citar.

Vale a pena dizer que a Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR é constituída por entidades públicas e privadas, por entidades representativas dos municípios, da universidade,…

Protestos do Deputado do PSD Paulo Cavaleiro.

… de confederações empresariais, dos sindicatos. Portanto, é uma entidade abrangente, que faz o seu trabalho no terreno e que nos diz, precisamente, que importa passar do cumprimento formal à abertura no terreno.

E trago-vos, novamente, exemplos concretos do que temos vindo a abordar. É o caso destas casas, no *slide* projetado, que já não são originais neste Plenário, que temos vindo a apresentar. Só que, na altura, só tinha passado um ano — e digo «só», porque estou a ser irónico —, mas já passou um ano e meio e estas casas, financiadas pelo PRR, ainda estão por abrir.

Aplausos do PS.

Também temos apartamentos, se quisermos, em Vila Velha de Rodão. Estes, presentes no *slide* projetado, estão há um ano por abrir, foram concluídos e financiados pelo PRR e muita falta fazem às pessoas.

E temos ainda este lar para carenciados, no *slide* projetado, que está pronto há um ano, mas continua fechado. Só que aqui há uma diferença, Sr.as e Srs. Deputados: é que este lar foi mesmo inaugurado pelo Governo, em outubro de 2024, e, portanto, está há um ano e meio por abrir, sendo uma obra do PRR.

Aplausos do PS.

Por último, temos mesmo o Sr. Primeiro-Ministro a inaugurar uma residência para estudantes no Instituto Politécnico de Beja, e fê-lo com todas as autoridades. Passaram sete meses e esta residência de estudantes não tem um único estudante alojado. Esta é a verdade.

Aplausos do PS.

Por isso, o Governo diz que tem cumprido, mas a verdade é que tem sido um cumprimento ilusório, burocrático, na secretaria, que retira metas, marcos e investimentos, porque não os conseguiu concretizar. Desde que está em funções, já retirou 85 marcos e metas.

Por isso, mais do que PTRR (Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência) com projetos para 2034, o que é mesmo importante é que o Governo concentre as energias na execução do PRR, com estes alertas e com estes atrasos.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do CH e do Deputado do PSD Paulo Cavaleiro.

Durante a intervenção, foram projetadas imagens, que podem ser vistas no final do DAR.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Pedro Tavares, do Chega. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Tavares** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Nuno Fazenda, com pouco mais de três meses para o encerramento do PRR, o País entra na fase mais exigente, mais crítica e também mais reveladora da diferença entre propaganda política e execução efetiva, no terreno, desta conhecida pelos portugueses «bazuca financeira», que vinha solucionar todos os problemas que o País e a Europa atravessavam e alavancar a economia de Portugal.

Sr.as e Srs. Deputados, o Partido Socialista traz hoje a debate de urgência a má execução do PRR e a nota que importa deixar clara é esta: estamos perante uma ironia política à vista de todos e parece que o PS, como já nos tem vindo a habituar, como se nada tivesse feito e nunca tivesse governado, quer aplicar a velha memória curta e atirar, mais uma vez, areia para os olhos das pessoas.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do PS Armando Mourisco.

O PRR foi desenhado, anunciado e lançado pelo Partido Socialista, em 2021, vendido aos portugueses como a grande bazuca transformadora da economia internacional, e hoje quem nos traz e quem nos pede urgência para corrigir essa má execução é, precisamente, quem programou os primeiros anos desta execução e a iniciou mal.

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Programou e fez!

O Sr. **Pedro Tavares** (CH): — Mas, sejamos claros, o atual Governo também não pode refugiar-se nesta herança,…

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Tavares** (CH): — … porque o problema do PRR já não é apenas o mau planeamento inicial e o atraso herdado, é a incapacidade continuada de decidir e executar. O próprio relatório da Comissão Nacional

de Acompanhamento do PRR é devastador e deixa-nos clara uma realidade incómoda, que tem de nos preocupar a todos: cumprir metas no papel não significa ter resultados no terreno.

No primeiro relatório da Comissão Nacional de Acompanhamento de 2024, os números não enganam: pouco mais de 1000 milhões executados, quando, à época, deveriam estar cerca de 5,4 mil milhões. Não é uma diferença de 2, nem 5, nem 10 %.

O PS falhou, quando teve a responsabilidade de lançar e estruturar este plano. O atual Governo falha, se achar que apresentar pedidos de pagamento a Bruxelas resolve o problema da execução material.

Por isso, deixo uma pergunta simples ao Partido Socialista: quando pedem urgência sobre a má execução do PRR, estão a sacudir quota-parte das responsabilidades desta má execução e a pedir uma correção ao atual Governo ou estão mesmo, finalmente, a admitir o fracasso da governação socialista que lançou este processo?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Fazenda.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Tavares, agradeço a questão. Só há aqui um pequeno detalhe: o Sr. Deputado já trazia a intervenção preparada…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não trazia nada!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — … e não teve oportunidade de ouvir com atenção a apresentação, porque, se tivesse, não dizia o que disse.

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

Sr. Deputado, percebo a desatenção, mas vou esclarecê-lo outra vez. A Comissão Europeia disse-o e reafirmou que Portugal estava na linha da frente, na execução do PRR. A entidade responsável pelo acompanhamento do PRR em Portugal dizia que fazíamos um caminho sólido. Portanto, quem diz o contrário só está a contrariar a Comissão Europeia e entidades nacionais, ou então está a faltar à verdade aos portugueses, e isso não é bem que o faça, Sr. Deputado.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do CH.

Terei todo o gosto em partilhar toda a documentação, para que possa ler com mais cuidado.

Porém, há um ponto em que devemos estar de acordo: é que o Governo anda de reprogramação em reprogramação do PRR, pela sua incapacidade de realizar, e fá-lo sem transparência.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.

Esse é também um ponto que importa salientar. Em nenhuma das reprogramações que fez ouviu os partidos previamente, a sociedade civil ou os atores relevantes do País, como fez, aliás, o Partido Socialista, no passado. Por isso, lamenta-se e, como o próprio relatório aqui diz, falta também transparência na execução dos fundos europeus, nomeadamente no PRR.

E lamenta-se ainda mais que, neste debate de urgência sobre um tema tão importante e merecendo o Sr. Secretário de Estado toda a consideração, o Sr. Ministro da Economia não esteja aqui presente.

Aplausos do PS.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Oh!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Carlos Abreu Amorim): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares quer usar da palavra para que efeito?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, é para esclarecer quem não quis ser esclarecido que…

Protestos do PS e do Deputado do PCP Alfredo Maia.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, qual é… Calma, Srs. Deputados.
Sr. Ministro, é para que efeito?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — O Governo foi interpelado indiretamente pelo Sr. Deputado…

O Sr. **Presidente**: — Não, não foi!

Protestos do PS.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — … sobre a condução dos trabalhos e da sua estratégia neste debate. Era nesse sentido que eu queria conduzir a minha interpelação à Mesa.

Protestos do PS e contraprotestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Calma, calma! Nem deixam falar!
O Sr. Deputado fez uma referência relativamente a isso, e presumo que o Sr. Ministro queira justificar, porque tem a oportunidade de usar da palavra.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Chama-se intervenção!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Mas o Sr. Secretário de Estado pode esclarecer porque é que o Sr. Ministro não veio!

O Sr. **Presidente**: — Não é numa interpelação à Mesa. Se é para esclarecer a razão pela qual o Sr. Ministro não está e está o Sr. Secretário de Estado, terá oportunidade de o fazer numa intervenção. Isto, porque não é sobre a condução dos trabalhos. Há uma observação que o Sr. Deputado fez e terá oportunidade de esclarecer.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Claro!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — É sobre a condução do debate parlamentar, mas, se o Sr. Presidente não admite, com certeza, o Governo aceita.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — É uma intervenção!

O Sr. **Presidente**: — Creio que não será numa intervenção, Sr. Ministro. Posso estar a falhar, mas é esta a minha convicção, e o Sr. Secretário de Estado poderá também, na sua intervenção, para a qual está inscrito, fazer o favor de esclarecer.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional.

O Sr. **Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional** (Hélder Reis): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.as e Srs. Deputados: Relativamente à presença do Sr. Ministro, na sexta-feira estará cá, para debatermos tudo aquilo que for necessário.

Relativamente à execução do PRR, também agradeço as perguntas e as afirmações do Partido Socialista no que toca à sua preocupação com a execução do PRR. Permitam-me apenas tecer alguns comentários, tendo em conta o escasso tempo que existe para poder ir mais além.

Ao estado de hoje, aquilo que nós temos é, de facto, em termos de marcos e metas, o cumprimento de 75 % dos objetivos. Temos 13,8 mil milhões de euros pagos, que correspondem a 92 % daquilo que nós recebemos da Comissão Europeia. Em 2024, já que tem sido tanto falado, tínhamos apenas pagado 60 % daquilo que recebemos. Também recebemos, dos pagamentos de desembolsos por parte da União Europeia, 14,9 mil milhões de euros, o que corresponde a 68 %. Com a entrega do nono pedido de pagamento, no passado dia 18 de maio, passaremos a ter 79 %.

Relativamente ao que foi afirmado e às reprogramações que o País tem feito, ou que o Governo tem vindo a fazer, essas reprogramações devem ser interpretadas como atos de gestão, no sentido de podermos cumprir com o objetivo do PRR. Neste caso, o objetivo é trazermos para o nosso País o máximo de dotação financeira que ficou disponibilizada. Portanto, o que se pretende é, efetivamente, maximizar o retorno financeiro, em particular naquilo que às subvenções diz respeito.

Sabemos daí que, nestas reprogramações, como foi dito, cerca de 85 marcos e metas foram excluídos do PRR, mas vale a pena dizer que, desta exclusão, 75 % da diminuição dos marcos e metas diz respeito à fusão e à eliminação de aspetos de natureza mais administrativa, que estavam no PRR. Apenas 25 % diz respeito à revisão na área do investimento.

Contudo, relativamente ao investimento, também vale a pena dizer que, nas reprogramações, o montante de que o País prescindiu, ao longo destas reprogramações, foi de 311 milhões de euros, no contexto da parcela de empréstimos. Portanto, estes 311 milhões correspondem a 1,4 % da dotação total do nosso PRR.

Quando nós olhamos para os sete países que levaram a cabo a redução de desembolsos, dos 735 mil milhões de euros do mecanismo de recuperação e resiliência, esses países, na sua totalidade, prescindiram de 74 mil milhões de euros. Isso significa que prescindiram de 10 %. Nós prescindimos apenas de 1,4 %.

Quando se fala em ambição, a ambição não é do PRR. O PRR é um instrumento de financiamento. A ambição é do Governo, de fazer e de concretizar.

Neste contexto, apesar de termos prescindido de 311 milhões de euros de empréstimos do PRR, deixem-me referir que: no Hospital de Todos os Santos, vamos incluir 100 milhões de euros; na Barragem do Pisão, 222 milhões, quando o PS considerou 144 milhões; na dessalinizadora do Algarve, mais 53 milhões; na Tomada de Água do Pomarão, 73 milhões de euros; no parque habitacional, 437 milhões; no metro de Odivelas-Loures, 390 milhões; no metro de Lisboa-Alcântara, 358 milhões; e na conectividade das escolas, 235 milhões. São apenas alguns exemplos daquilo que, saindo do PRR, o Governo mantém como objetivo para fazer. Ora, isto vale 1929 milhões. Se subtrairmos os 311 milhões, de que prescindimos do PRR, estamos, de facto, com um excedente para investimentos de 1600 milhões de euros. Portanto, não se pode dizer, neste momento, que, de facto, há uma redução de ambição.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Secretário de Estado tem três pedidos de esclarecimento.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, há um problema de execução do PRR, com sucessivos atrasos, mas coloca-se também a questão: para que está a servir o PRR?

Já estaremos na quarta reprogramação do PRR e, até agora, a receita tem sido sempre a mesma. Há atrasos nos investimentos? Então transfiram-se essas verbas e esses fundos para o privado.

Nas reprogramações de março, maio e dezembro do ano passado, o resultado, só para citar alguns exemplos do relatório, já ia em menos 85 milhões de euros para o SNS (Serviço Nacional de Saúde), menos 104 milhões para a habitação, menos 295 milhões para a mobilidade e mais 964 milhões para investimento e inovação, essencialmente nos sectores privados.

A questão, nesta reprogramação, é: o que é que está previsto? Quantos mais milhões vão passar do público para o privado?

Depois, a segunda questão que eu gostaria de colocar prende-se com o seguinte: tem chegado um conjunto de preocupações com obras que estão em curso, que estão no terreno, que estão a decorrer, e algumas ficaram afetadas na sequência das intempéries, ou seja, os atrasos que se verificam não são da responsabilidade das entidades que estão a promover esses investimentos. Qual é a solução, se não estiverem concluídas até 31 de agosto?

As instituições não podem ser notificadas, como estão a ser neste momento, para devolver as verbas, porque não há verbas para devolver, pois foram investidas nas obras, sendo que algumas instituições, inclusivamente, solicitaram empréstimos para poderem realizar estas obras. É preciso uma resposta muito clara, por parte do Governo: o que é que está a fazer?

Uma última questão prende-se com o seguinte: são reportadas situações críticas, no parque público de habitação a custos acessíveis, e na Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário e, enquanto isso, os serviços sob tutela do Governo não regularizam as situações de precariedade — estamos a falar de trabalhadores que desempenham funções permanentes e que estão contratados ao abrigo do PRR —, mas, ao mesmo tempo, contratam-se consultoras privadas para avaliar candidaturas do PRR a 199 mil euros, mais IVA, por candidatura. Isto é inaceitável, Sr. Secretário de Estado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, são quatro os pedidos de esclarecimento. Estava um em trânsito, mas julgo que se mantém a mesma lógica de resposta.

Tem agora a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, numa breve consulta aos dados estatísticos referentes ao PRR e relacionados com a Região Autónoma da Madeira, verifico aqui um dado que considero alarmante, que tem a ver com a execução dos contratos, na ordem dos 48 %. Mais alarmado fico, quando vejo os projetos que dizem respeito às respostas sociais com uma execução de 36 %.

Deixava-lhe aqui duas perguntas, muito diretas e simples. Primeira pergunta: os valores pagos, que já são baixos, os valores de que falei, correspondem ou não à execução física, ou já estão a considerar os adiantamentos por conta dos respetivos projetos?

Segunda pergunta: qual a noção concreta que tem sobre a execução destes projetos e qual a sua melhor expectativa final, principalmente nas respostas sociais? Como referi há pouco, estamos com uma execução de 36 %, relativamente a dados extraídos a 13 de maio, na semana passada.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Armando Mourisco, do Partido Socialista.

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, o Governo gosta, de facto, de apresentar números triunfalistas sobre a execução do PRR, mas a verdade e a realidade é que as pessoas vivem no terreno de uma maneira bem diferente e veem de uma maneira

bem diferente. O que existe não é uma verdadeira execução dos investimentos, mas a eliminação de marcos e metas, para maquilhar os resultados.

Vejamos: falharam na saúde, pois continuam por executar unidades de saúde e estruturas de cuidados continuados, respostas essenciais para uma população envelhecida e cada vez mais fragilizada.

Falharam na área social, pois lares, creches, centros de dia e respostas de ambulatório continuam atrasados ou simplesmente abandonados, e quem sofre são as famílias ou os idosos, as crianças, os mais vulneráveis.

Falharam na habitação, pois o acesso à habitação continua dramático e os apoios à eficiência energética das casas tardam, não chegam ou ficam perdidos na burocracia.

Falharam na educação, com escolas por requalificar e comunidades educativas à espera de obras prometidas.

Enquanto tudo isto acontece, as empresas e instituições vivem sufocadas financeiramente. Há pagamentos do PRR com mais de seis meses de atraso e cuja devolução do IVA não é feita há mais de um ano. É um Estado que exige tudo, mas não cumpre com as suas próprias obrigações.

Sr.as e Srs. Deputados, a verdade é simples: os investimentos que foram retirados ou adiados são precisamente aqueles que mais contribuíam para o bem-estar das pessoas, dos frágeis, dos vulneráveis, dos que mais precisam do apoio social e económico. Isto não é apenas um problema de gestão, é um verdadeiro falhanço das políticas de inclusão e uma enorme insensibilidade social.

O PRR era uma oportunidade histórica para transformar o País, mas o Governo está a transformá-lo numa oportunidade perdida.

Por isso, Sr. Secretário de Estado, quando é que o Governo prevê executar os investimentos prometidos na saúde, na habitação e nas respostas sociais?

Como é que se justifica que tantas empresas e instituições estejam estranguladas financeiramente por atrasos nos pagamentos do PRR e na devolução do IVA?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, traz a este debate taxas de execução e cheques de Bruxelas, mas a Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR, um órgão independente, diz o contrário. Os problemas são estruturais e o Governo foi avisado, vezes sem conta. Aliás, a comissão pede humildade ao Governo, e era bom que a tivesse, porque o resultado no terreno não é animador.

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho.

Temos 30 a 40 escolas que podem não estar prontas em agosto e, na habitação a custos acessíveis, dos milhares de casas prometidas, chegaram às famílias 200 casas. Segundo o último relatório da comissão de acompanhamento, foram 200.

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho.

O PRR foi prometido como transformação, mas o Governo transformou-o num mero exercício de contabilidade. Corta-se a meta e o falhanço desaparece magicamente do papel.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Oh, oh!…

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Por isso, pergunto-lhe, Sr. Secretário de Estado: a 31 de agosto, quantas famílias terão a chave de uma casa na mão, quantas escolas estarão concluídas, e não apenas uma meta cumprida numa folha de *Excel*?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado, tem a palavra para responder, com o tempo disponível, 1 minuto e 46 segundos.

O Sr. **Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional**: — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.as e Srs. Deputados, muito obrigado pelas questões.

Relativamente às questões colocadas pela Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP, que agradeço, há efetivamente essa preocupação, de tudo aquilo que está em obra transitar e ser concluído pós-PRR.

Temos solução, neste momento já apresentada, para as escolas, para a habitação, e estamos a trabalhar para a saúde, para os centros de saúde e para as áreas de acolhimento empresarial. Isso significa que há uma preocupação de que haja uma forma de compensar por outra via aqueles municípios que estão em obra.

É claro que não podemos, num ano, fazer tudo aquilo que não se conseguiu fazer em vários. Por exemplo, recordo que, quando o PS fala efetivamente na execução, o programa de escolas que desenharam tem um prazo de conclusão em 2033 e, portanto, nós ainda estamos em 2026, o que significa que, de acordo com aquilo que programaram, ainda temos sete anos para concluir aquilo que às escolas diz respeito.

Relativamente à execução física, sobre a qual o Sr. Deputado Filipe Sousa perguntou, é verdade que os números que tem na sua frente, ou os números que analisou, são números que dizem respeito à execução financeira, não têm necessariamente a ver com a execução física cujo adiantamento foi feito. É natural que, a breve prazo, essas execuções vão aumentando.

Relativamente às questões do IVA, até ao momento, pagámos 320 milhões de euros de IVA e estão 130 milhões por pagar. Provavelmente, aqueles números que trazem aqui, de cerca de um ano, dizem respeito àqueles que estão a tentar, pela segunda vez, pedir o mesmo dinheiro de IVA.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou agora a palavra à Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou agora a palavra à Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.as e Srs. Deputados: Começo por dizer o que este debate não é. Não é o PS a ter razão sobre o Governo e também não é o Governo a ter razão sobre o PS. É um debate sobre os mais de 22 mil milhões de euros que Portugal teve uma oportunidade única de receber e sobre aquilo que ainda pode ou já não pode ser feito com eles.

O Ministro Castro Almeida disse, no início desta semana, que o PRR vai acabar bem. O que significa acabar bem? Acabar bem não é apenas cumprir uma percentagem em Bruxelas, não é fechar dossiês em cima do prazo, não é trocar ambição por reprogramação nem é transformar o que seria uma oportunidade histórica num exercício de gestão de danos. Acabar bem seria fazer chegar o investimento às pessoas, às escolas, às creches, às residências de estudantes, às unidades de saúde, às comunidades energéticas, às cooperativas, às autarquias, às IPSS.

Mas o que temos visto são atrasos graves na análise das candidaturas, promotores há mais de um ano à espera de decisões que deviam ter sido rápidas, pagamentos que tardam meses e reembolsos de IVA não dedutível que se arrastam por mais de um ano.

Esses atrasos têm consequências reais. Há autarquias, IPSS, instituições de ensino, empresas cooperativas e outras entidades que avançam com projetos, contando com um calendário de pagamentos que lhes foi apresentado pelo próprio Estado. Quando o dinheiro não chega, são estas entidades que ficam a suportar os custos através do recurso a crédito, adiando investimentos, reprogramando obras ou simplesmente esperando. Em alguns casos, não estamos apenas atrasar projetos; estamos a retirar a estas instituições a capacidade para continuar.

O Estado não pode pedir que se acelere a execução e, ao mesmo tempo, transformar os promotores dos projetos nos seus financiadores involuntários — e é o que está a acontecer em muitos casos.

As consequências começam a ser visíveis e os exemplos são vários e já foram aqui dados.

Uma residência de estudantes em Beja, que, sete meses depois de ter sido inaugurada, continua sem único estudante. Outra do Politécnico de Coimbra, em Oliveira do Hospital, construída, que não está a funcionar. Habitações em Grândola terminadas e desabitadas. Creches por abrir. Vinte unidades de cuidados continuados em Bragança, equipadas e fechadas.

Ainda as comunidades de energia renovável e de autoconsumo coletivo, um aviso lançado por este Governo, já, com as candidaturas a encerrar em novembro de 2024 — estamos agora em maio de 2026, com os promotores à espera há 18 meses de uma resposta. Quando é que estes promotores vão ter uma decisão, Sr. Secretário de Estado? O que é que acontece se não houver uma resposta antes de agosto?

O hospital de Lisboa Oriental perdeu financiamento europeu, o hospital do Seixal nunca foi construído, a Linha Rubi do Metro do Porto perdeu financiamento do PRR, etc.

Portanto, estamos nesta situação.

Depois, também há a questão de ambição. Sim, há uma questão de ambição porque, desde 2023, o PRR perdeu 85 marcos e metas, como já vimos. Cada reprogramação que corta metas, retira projetos sociais ou reduz a dimensão da resposta levanta uma pergunta: estamos a cumprir o plano ou estamos a tornar o plano mais pequeno para caber na execução possível?

O problema não é apenas fazer o dinheiro chegar a tempo. O problema é saber se o dinheiro está a mudar estruturalmente o País e onde chega efetivamente este dinheiro. Para quem vai? Para onde vai?

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

Perante tudo isto, o Governo responde quase sempre com a mesma frase: o PRR vai ser cumprido. Mas cumprir o quê?

O Sr. Primeiro-Ministro disse que Portugal não vai perder 1 cêntimo do PRR. Mas perder 1 cêntimo e aproveitar 22 mil milhões são coisas muito diferentes, porque uma oportunidade desta dimensão não se mede apenas pelo dinheiro que não se perde; mede-se pelo que fica no País e por como fica o País aplicando este dinheiro.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Carvalho, do PSD.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Srs. Deputados: Já tínhamos saudades dos *PowerPoint* do Partido Socialista e hoje assistimos aqui a mais um exercício.

Vozes do PS: — Ah!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Mas diria que não sei bem se são saudades, porque os *PowerPoint* do Partido Socialista resultaram sempre em zero para o País. Zero!

Aplausos do PSD.

Agora, vamos falar efetivamente daquilo que nos traz aqui hoje. O debate é «A má execução do PRR…» — quem diria — «… necessidade de medidas urgentes».

Mas eu ainda não ouvi nenhuma medida urgente por parte do Partido Socialista. Ou seja, temos um *PowerPoint*, mas sobre medidas urgentes ainda não ouvi nada. Contudo, vou esperar, vou esperar!

Protestos de Deputados do PS.

Agora, interessa também centrar o debate.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Centrar?

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Centrar o debate!

Nós recebemos o PRR em abril de 2024 e convém entender o passado para entender o presente e preparar o futuro.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Já passámos o *PowerPoint*.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Preparar o futuro porque vamos ter um PTRR e não queremos cair nos mesmos erros que o Partido Socialista.

Na altura, o Primeiro-Ministro António Costa dizia que tínhamos uma bazuca. Quando chegámos ao Governo, acho que não encontrámos nenhuma bazuca. Encontrámos uma pistola de água ou, se calhar, uma bisnaga daquelas que temos lá em casa para brincar com os nossos filhos.

Aplausos do PSD.

Mas poderia ser o Ricardo Carvalho ou o PSD a dizer? Não é o Ricardo Carvalho nem é o PSD;…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É a Comissão Europeia?

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — … é mesmo o Tribunal de Contas, o relatório do Tribunal de Contas referente ao ano 2024.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Olha, o Tribunal de Contas. Faz sentido!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — O que diz o relatório do Tribunal de Contas? Atrasos e burocracia; baixa execução financeira; projetos sem maturidade; enorme diferença entre aprovações e pagamentos; risco real de perda de fundos. É esta a herança do Partido Socialista.

Agora, não queiram também que nós…

Protestos do PS.

Mas nós conseguimos! Porque hoje estava a preparar o debate e ainda pensei: «Se calhar vão retirar o ponto, vão retirar este debate.» Porquê? Porque, basicamente, o que tivemos ontem foi a aprovação com sucesso de uma reprogramação da Comissão Europeia.

Protestos de Deputados do PS.

Foi Portugal, mais uma vez, a apresentar o nono e penúltimo pedido. Estamos a falar de 75 % de execução potencial — 75 %, é assim tão mau?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — O Partido Socialista faria melhor?!

Eu sei uma coisa. O que sei é que, se nada fosse feito, se as reprogramações não fossem feitas, dificilmente chegaríamos aonde chegámos hoje.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Porque o que os senhores querem, ou o que nos exigem… Isto já me faz lembrar 2011, em que fizeram negociações e nós tivemos de executar todas aquelas negociações.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Eduardo Catroga!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — O que me faz lembrar é que nós, basicamente, pegando no vosso PRR, reprogramando o vosso PRR, triplicámos a execução.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Menos impostos, menos IVA!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Passámos de 4 para 12 mil milhões! 75 % é assim tão pouco? Não sei, eu acho que é bom!

Mas garanto-vos uma coisa: não estaremos descansados enquanto não executarmos 100 % do PRR, com todas as metas cumpridas.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — E vamos ter aqui o Partido Socialista a dizer: «Há atrasos, há atrasos! Não conseguem.» Não, Srs. Deputados do Partido Socialista, nós vamos conseguir!

Também vi muito atentamente o *PowerPoint* do Deputado Nuno Fazenda…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — E as fotografias? Viu as fotografias?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eram muito bonitas!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — … e fiquei preocupado, Sr. Deputado, porque convinha terem em atenção os dados do Banco de Fomento.

Em três meses, não houve adiantamentos? Olhe, eu tive a preocupação de olhar para os dados do Banco de Fomento e, basicamente, só para lhe dizer aqui, do que pude apurar, nós temos cerca de 2800 candidaturas aprovadas, temos 1,1 mil milhões de euros em execução e há 1100 candidaturas com adiantamentos de 72 milhões de euros.

Quando apresentamos *PowerPoint*, também convém falar a verdade.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Pois claro…!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Convém vir aqui e ter um discurso construtivo e correto, e eu não assisti a isso.

Por isso, pedia-lhe que questionasse o Banco Português de Fomento e perguntasse efetivamente…

Protestos de Deputados do PS.

Isso é notícia nos jornais? Mas confia mais nos jornais do que no Banco de Fomento e no seu presidente?

Sr. Secretário de Estado, para terminar, o que gostaria de perguntar-lhe é:…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Vai fazer a pergunta? Ele já não tem tempo!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — … se nós não tivéssemos reprogramado nenhum dos diferentes momentos, teríamos tido a capacidade de chegar onde chegámos hoje?

Basicamente é isto que eu gostaria de deixar para o debate.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, muito obrigado ao Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Nuno Fazenda!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — De facto, merece um agradecimento pela utilidade da intervenção que teve. Nós tínhamos saudades deste…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Nuno Fazenda!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nuno Fazenda, peço desculpa!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Também é a mesma coisa! Luís, Nuno…!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nós tínhamos, de facto, saudades deste Partido Socialista. E a grande questão é se tínhamos saudades do Partido Socialista pela forma ou pelo conteúdo. De facto, pelo conteúdo, não havia do que ter saudades; pela forma, sim.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Mas pelo conteúdo também tem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ó Sr. Deputado, isto foi um *PowerPoint* à PS!

Protestos de Deputados do PS.

Devo dizer-lhe que, há dois anos, se calhar, não víamos um *PowerPoint* desta categoria. Há dois anos que não víamos um *PowerPoint* desta categoria e, tenho de reconhecer, os senhores são imbatíveis na arte de fazer *PowerPoint*.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Doeu mesmo!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tenho é dúvidas que alguém vote em alguém pela qualidade dos *PowerPoint*, mas, se votar, Sr. Deputado, vou dizer-lhe uma coisa: o senhor já ganhou.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Maioria absoluta!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O senhor já ganhou! Se isto for por *PowerPoint*, o senhor já ganhou!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Doeu, doeu mesmo!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A questão aqui é que depois, para além da grande realidade dos *PowerPoint*, há uma minudência que também é capaz de ter alguma relevância, que são os dados. O Sr. Deputado falou de dados, mas não os mostrou. Não os mostrou, Sr. Deputado, porque, se mostrasse, era assim.

Execução do PRR de 2021, da exclusiva responsabilidade do Partido Socialista: 2 %.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Olha o relatório!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — O relatório!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — PRR de 2022, da exclusiva responsabilidade do Partido Socialista: 6 %.

PRR de 2023, da exclusiva responsabilidade do Partido Socialista: 8 %.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Eh, lá! 8 %?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ó Sr. Deputado, eu vou-lhe dizer: os senhores, em três anos, já iam com 16 %!

Vou-lhe dizer uma coisa: a este ritmo, era mesmo uma estratégia à Partido Socialista — tinham de governar 20 anos para conseguir acabar de executar!

Aplausos do PSD.

Protestos de Deputados do PS.

Sr. Deputado, se nós tivéssemos — nós não, o povo — a ousadia de tirar o Partido Socialista, não ao fim desses 20 anos, mas ao fim de 18, os senhores vinham com a vossa frase preferida: «Nós estávamos quase a conseguir. Agora é que ia ser!»

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Oh, lê bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Quantas casas tinham entregado? Nenhuma, mas agora é que iam ser todas.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Tem que ler!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Quantas escolas tinham entregado? Zero, mas agora é que ia ser.

Quantos centros de saúde? Nenhum, mas agora é que ia ser.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E hospitais?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Hospitais, eu nem vou fazer a maldade, Sr. Deputado Hugo Soares. Hospitais? Nem o projeto!

Risos do PSD.

Protestos do PS.

Sr. Deputado Nuno Fazenda, a questão é esta: temos, sinceramente, de olhar para o PRR e perceber duas coisas. Vamos agora falar mesmo muito a sério sobre isto.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sim, agora vamos falar a sério!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, até agora, foi sobre o PS, não era muito a sério. Agora é a sério mesmo.

Aplausos do PSD.

Nós temos de perceber duas coisas em relação ao PRR.

O PRR é um programa extraordinário e tem regras diferentes dos fundos estruturais. Os senhores não se adaptaram a essa realidade e fizeram um desenho inicial que era condenado ao fracasso.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — E os senhores receberam uma boa herança e estouraram-na em menos de dois anos!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tinha dois problemas essenciais: um era a excessiva concentração nas estruturas públicas e o outro era a excessiva concentração em projetos excessivamente ambiciosos.

Bastava olhar para perceber uma coisa. Olhe para a capacidade de execução da construção civil em Portugal e olhe para as metas que tinha o desenho inicial e para os prazos de execução. Era impossível! Via-se à partida que não havia capacidade construtiva em Portugal para executar naquele prazo aquelas obras. Portanto, era condenado ao fracasso. Se houve redesenho, se houve renegociações, essas renegociações foram para corrigir os erros de desenho do Partido Socialista.

Protestos do Deputado do PS Nuno Fazenda.

Portanto, o que está em causa neste momento não é conseguir executar aquilo que o Partido Socialista desenhou, porque aquilo que o Partido Socialista desenhou nunca seria possível de ser executado nem pelo PS nem por outro Governo; é se, com a responsabilidade que houve de redesenhar, vamos ou não conseguir aproveitar todos os fundos. A nossa convicção é que vamos mesmo.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário de Estado, registo que não só não respondeu às perguntas que formulei como, quanto àquilo que referiu no concreto, não há nenhuma solução neste momento face às obras que estão em curso e que possam não estar concluídas a 31 de agosto. Estamos a falar quer de entidades públicas quer de entidades sem fins lucrativos, nomeadamente algumas IPSS que têm obras em curso e que não sabem o que é que vai acontecer daqui a uns meses. Não estamos a falar de daqui a um ano; estamos a falar de daqui a uns meses.

Mas eu gostaria, também ainda, nesta reunião, de abordar outros problemas que se prendem com o seguinte: a precariedade e a falta de condições de trabalho. O próprio relatório da Comissão Nacional de Acompanhamento refere padrões recorrentes de atrasos acumulados nos processos de decisão ao longo do ciclo de investimentos. E a verdade é que há trabalhadores que estão a ser contratados ao abrigo do PRR, que estão com vínculos precários, que são fundamentais para a Administração Pública.

Pergunto: qual é que vai ser a solução para estes trabalhadores? O Governo vai integrá-los? É porque eles asseguram funções permanentes e que são fundamentais para o desenvolvimento da missão das instituições da Administração Pública, onde estão incluídos.

O que é que vai acontecer aos trabalhadores que, neste momento, estão no PRR? Eles vão ser transferidos, para tratar os próximos quadros comunitários que venham, nomeadamente o PT 2030? — esta é também uma questão importante. Estamos a falar de trabalhadores com experiência nesta área, e é uma mais-valia para a Administração Pública aproveitar a experiência e o conhecimento por parte destes trabalhadores.

Uma última questão que lhe queria fazer prende-se com o seguinte: há investimentos que foram feitos, que foram concluídos e que não estão em funcionamento. E qual é que é a resposta…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para intervir, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Rangel, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr.as e Srs. Deputados: Portugal, em 40 anos de história, dependendo da execução dos fundos que está agora a decorrer, recebeu cerca de 200 mil milhões de euros. É uma dependência excessiva, uma das maiores dependências das transferências de recursos para um país, *per capita*, e, em termos líquidos, por cada euro que deu à União Europeia, Portugal recebeu três euros.

Este saldo fica só atrás de mais três países, e é por isso justo dizer que a nossa dependência dos fundos europeus é clara e é real. Mas a verdade é que o objetivo dos fundos europeus é exatamente libertar os países, por via de uma convergência, da necessidade desse financiamento.

Hoje, dia em que estamos a falar especificamente do PRR, deixem-me só, numa nota prévia, fazer uma observação dirigida à bancada do Partido Socialista, que se apresenta como um grande fiscal da execução do PRR: convém no entanto recordar, como já foi aqui referido, que em outubro de 2022, com o PS no Governo, a taxa de execução do PRR esteve 3 meses parada nos 5 %;…

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

… em fevereiro de 2023, com o PS do Governo, estava nos 17 %.

Portanto, para o PS, parece que o PRR começa em março de 2024.

Por outro lado, o PSD passa a vida a usar o argumento de que herdou um PRR ligado às máquinas, como se fosse uma espécie de licença para não resolver.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Mas a verdade é que foi substituindo prioridades, diminuindo potencial inovador e reduzindo o impacto real do PRR, isto tudo sem a devida consulta pública. E a Comissão Nacional de Acompanhamento também foi clara na análise de que aquilo que, em 2023, eram riscos potenciais, em 2026, são constrangimentos efetivos.

Os Governos do PS e do PSD tiveram três anos para corrigir e não conseguiram resolver. O que conseguem, sim, é atirar responsabilidades de um para os outros; as deles nunca são assumidas.

Sobre a execução do PRR, Sr.as e Srs. Deputados, há uma grande diferença entre cumprir formalmente e funcionar efetivamente. Enquanto estivermos entretidos a somar o dinheiro que entra e a debater o tamanho do próximo cheque, parece que nos esquecemos do mais importante: de qual o impacto real e transformador destes fundos na nossa economia e,…

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — … acima de tudo, de como podemos garantir a sustentabilidade pós-PRR, bem como a produtividade e a competitividade do País.

Digo-vos uma coisa, e que ninguém se engane: nós vivemos numa economia de mercado competitiva e os nossos concorrentes não estão parados. Os nossos concorrentes estão a investir, estão a tornar-se mais competitivos e, se conseguirem, ficam com os nossos mercados. É por isso que o dado mais relevante para a estratégia pós-PRR é conhecer a verdadeira independência.

Mas a verdade é que aquilo de que vamos tendo conhecimento não é muito animador. O Banco de Portugal reconhece que o ímpeto associado ao PRR é um dos pilares de crescimento deste ano; a Comissão Europeia estimou que o PRR pesa 2 % a 3,5 % do PIB (produto interno bruto); e o Fórum para a Competitividade explica que sem PRR não chegamos sequer aos 2 % de crescimento.

Há outro dado também preocupante: Portugal gastou 25 % das subvenções em despesa corrente, não em investimento, e estamos a falar de salários, de despesas de funcionamento e manutenção. Uma análise recente da Universidade Católica aponta para um financiamento de 1,1 % do PIB na despesa corrente de 2026 — são mais de 3 mil milhões de euros, é uma TAP (Transportes Aéreos Portugueses) num só ano.

Mesmo assim, quero dizer que esta opção merece reconhecimento por não ser tão irresponsável como a sugestão do Chega, que já sugeriu usar fundos europeus para financiar pensões.

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

O Chega que, entretanto, viu cumplicidade tática na sua proposta no ídolo da esquerda, Pedro Sánchez, num esquema que desvia fundos PRR para a Segurança Social. O problema é que estes… A questão, Srs. Deputados, é que se nós estamos a investir num país…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo, do Chega.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.as e Srs. Deputados: Quando vi a ordem do dia, confesso que aplaudi, porque é realmente um tema relevante para o País. Mas quando vi o proponente, quem marcou esta ordem do dia, não sabia se ria, não sabia se chorava, porque o Partido Socialista marcar esta ordem do dia para discutir PRR quando é exatamente igual ao PSD nesta matéria, se não é para rir, só pode ser mesmo para chorar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — O Sr. Deputado Nuno Fazenda disse, ali de cima, da tribuna, que estava preocupado com tudo o que eram relatórios, com o que dizia a Comissão Nacional de Acompanhamento… Ó Sr. Deputado, vou-lhe relembrar uma coisa de que deve estar esquecido: lembra-se de quem foi o primeiro presidente da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR? Foi António Costa e Silva. Estava a ser inconveniente e António Costa deu-lhe um prémio: o lugar de ministro que tutelava, precisamente, os fundos do PRR.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — É engraçado, não é, Sr. Deputado? É que vocês, antes de atirarem a pedra, olhem bem para o vosso telhado! E se há algumas coisas em que PS e PSD até podem ser siameses, há outras em que são farinha do mesmo saco — e não retiro o que digo.

Aplausos do CH.

Farinha do mesmo saco! Refiro-me concretamente, como estava a dizer, a quem fiscaliza e a quem acompanha o que vocês fazem, que neste caso é o Tribunal de Contas. E como o Tribunal de Contas estava a ser incómodo nos relatórios que produzia sobre o PRR, então, vai daí, PS e PSD juntam-se, acabam com o visto prévio e acabam com esta forma de fiscalizar o que vocês não querem que seja fiscalizado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — E se não há dinheiro para estradas e autoestradas, há dinheiro para Via Verde!

Protestos de Deputados do PS.

Há corrupção, que é o que vocês querem!

Aplausos do CH.

Toda a gente passa, toda a gente anda, mas prestar o devido esclarecimento ao País de onde se gasta e de como se gasta: zero!

A Sr.ª **Júlia Rodrigues** (PS): — Você não disse nada!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sim, zero, Sr.ª Deputada. Zero! E a prova evidente é que, durante quatro anos, vocês prometeram e não cumpriram.

Está aqui: «Costa e Silva alerta para riscos na execução do PRR».

O orador exibiu a notícia cujo título citou.

O que é que aconteceu? «Pá, sai lá daí, anda para ministro.»

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sim, sim! És muito bom!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — «Empresas e famílias receberam menos de 2 % do valor total do PRR».

O orador exibiu a notícia cujo título citou.

António Costa, lembram-se de quem é?

Mais: «Costa admite "dificuldades" no PRR» — o mesmo António Costa.

O orador exibiu a notícia cujo título citou.

«Governo com meta de execução de 32 % no final do ano», dizia a Sr.ª Ministra com essa pasta.

O orador exibiu a notícia cujo título citou.

Sabe como é que acabaram nesse ano? Com 19 %.

Sabe como é que finalizaram todo o processo antes de entregarem a pasta? Com 16,8 %.

Srs. Deputados, façam um favor, tanto PS como PSD: se não conseguem cumprir, se não conseguem executar, abandonem e deixem o Chega fazer.

Aplausos do CH.

Risos de Deputados do PSD e do PS.

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Era para rir!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso é que havia de ser bom!…

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, para uma intervenção.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro e Sr. Secretário de Estado: Em relação ao PRR, quando este surgiu, em 2020, não era apenas um mero plano de investimento. Temos a noção de que, desde o plano Marshall, talvez tenha sido dos investimentos e dos planos que mais especulação e expetativa gerou, tendo em conta o pacote financeiro que o mesmo envolvia.

Gostaria de focá-lo naquilo que é a parte ambiental. Porque, se é certo que foi ampliada, ao longo das suas revisões, de 37 % para 41 %, não é menos certo que, em Portugal, muito tem ficado pelo caminho nessa matéria. Aliás, com as sucessivas revisões, tivemos um corte de 483 milhões de euros no pilar ambiental, com investimentos em risco. O próprio Tribunal de Contas Europeu já veio alertar que, do ponto de vista

administrativo, há aqui um mascarar de muitos investimentos, quase como uma operação de *greenwashing* para cumprimentos de metas, o que põe em causa os objetivos concretos em relação ao pilar ambiental do PRR.

Por isso mesmo, aproveitando aqui as presenças do Sr. Ministro e do Sr. Secretário de Estado, era importante percebermos — sobretudo, tendo em conta as tempestades que afetaram o País — de que maneira é que se vai não só reverter esta perceção do Tribunal Central de Contas Europeias, mas também garantir que os investimentos chegam ao território, em particular aos territórios mais vulneráveis, para adaptarmos Portugal…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Para intervir, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Figueira, do PSD.

O Sr. **Francisco Figueira** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Confesso a minha nostalgia quando vi aqui o momento *PowerPoint* do Partido Socialista.

Vozes do PS: — Oh!…

O Sr. **Francisco Figueira** (PSD): — De facto, o Partido Socialista viu-se ao espelho e decidiu presentear-nos com uma projeção de si próprio nestas paredes.

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Por acaso é verdade!

O Sr. **Francisco Figueira** (PSD): — A AD recebeu um PRR atrasado, burocrático e com falhas de planeamento. Mesmo assim, reforçou os apoios à saúde, às empresas e à ciência;…

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Francisco Figueira** (PSD): — … manteve os compromissos com as escolas e com as IPSS;…

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Não é verdade!

O Sr. **Francisco Figueira** (PSD): — … reforçou a vertente produtiva e competitiva da economia portuguesa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Francisco Figueira** (PSD): — Evitámos a perda de fundos no âmbito do PRR.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do Deputado do PS Armando Mourisco.

O Sr. **Francisco Figueira** (PSD): — Isso deveu-se à coragem do Governo liderado por Luís Montenegro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Francisco Figueira** (PSD): — Mas aqui chegados, convém questionar o Partido Socialista: o PS reconhece, ou não, que com o Governo da AD, os pagamentos do PRR triplicaram? O PS preferia manter projetos no papel ou prefere a reprogramação para evitar a perda de fundos?

Precisamos de menos propaganda e precisamos…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Ora bem, a Mesa não regista mais inscrições.

Nos termos do debate, o último a intervir será o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, do Partido Socialista,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ah, agora sim!

O Sr. **Presidente**: — … portanto, precisava de saber se alguém vai usar o tempo que ainda tem tempo disponível.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Agora é que vai ser, com o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Secretário de Estado indicou que pretende intervir, faça favor.

O Sr. **Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional**: — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.as e Srs. Deputados: Relativamente a uma das questões, relacionada com a reprogramação, parece que a reprogramação, de facto, sendo um ato de gestão normal feito por nós e por todos os outros países, tem por objetivo apenas assegurar a maximização do retorno que nós devemos ter, enfim, tendo em conta a disponibilidade financeira que a Europa pôs à nossa disposição. Quanto à pergunta de quanto é que perderíamos se não tivéssemos feito reprogramação, não temos ainda uma conta feita, mas pelos números que aqui apresentei, por tudo aquilo que saiu e que estamos a financiar ao lado, pelo menos 2 mil milhões de euros estariam fora do nosso PRR.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Não tenho mais inscrições, pelo que vou dar a palavra ao Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, para terminar o debate no tempo disponível.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.as e Srs. Deputados: Concluindo este debate, é preciso sublinhar, primeiro, que não deixa de ser irónico o Governo, que apresenta um *PowerPoint* com projetos para 2034 e, ao mesmo tempo, não consegue ajudar as famílias e as empresas que estão em Leiria, sem telhas e sem trabalhar, vir hoje dizer que o Partido Socialista regressou ao *PowerPoint*.

Aplausos do PS.

Se há partido, se há Governo do *PowerPoint*, é este.

Protestos de Deputados do PSD.

PowerPoint para 2034, quando, ao mesmo tempo, o dinheiro não chega a Leiria, a quem precisa dele.

Segundo aspeto: o Partido Socialista trouxe hoje um facto. E o facto, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, é que a Comissão Europeia, a estrutura de missão que acompanha o PRR, dizia à saída do Governo PS que Portugal era dos poucos países com dois reembolsos.

A estrutura de missão dizia mesmo que Portugal tinha um avanço sólido — sólido! — do Plano de Recuperação e Resiliência. Plano de Recuperação e Resiliência esse que foi negociado duramente pelo Governo do Partido Socialista em Bruxelas, para recuperar a nossa economia depois da pandemia. E essa é uma honra que temos, a de termos contribuído para ultrapassar o período da pandemia, mas termos deixado o País com recursos, para recuperar.

Aplausos do PS.

Se o País hoje recupera, muito deve ao Primeiro-Ministro António Costa e ao Governo que ele presidia.

Segundo aspeto ineludível: não são os *PowerPoint*, é a Comissão Nacional de Acompanhamento. Srs. Deputados, leiam o relatório. São avisos que não têm resposta, empresas e famílias que não recebem dinheiro, casas, creches e lares por abrir. Aquilo que é urgente, as medidas urgentes — que é o tema do nosso debate de urgência de hoje — implicam dizer, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: abram o que há para abrir, ajudem as famílias…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho.

O Sr. **Presidente**: — Terminou este ponto da nossa ordem do dia.

Enquanto se dão as respetivas transferências nas bancadas, aproveito para anunciar à Câmara que estão a assistir aos nossos trabalhos alunos e professores da Universidade de Bourgogne, de França, alunos e professores da Escola Básica e Secundária Helena Cidade Moura, de Alcabideche, alunos e professores do Agrupamento de Escolas da Guia, do município de Pombal, cidadãos de Penacova, alunos e professores da Escola Secundária de Palmela e trabalhadores da Direção-Geral do Tribunal de Contas.

Hoje é também o dia de aniversário do Sr. Deputado Hugo Carneiro.

Aplausos gerais.

Vamos então entrar no segundo ponto da nossa ordem do dia, que consiste na discussão, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 72/XVII/1.ª (GOV) — Revoga a Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, e aprova a nova Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, e do Projeto de Lei n.º 609/XVII/1.ª (CH) — Alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, bem como na apreciação do Projeto de Resolução n.º 926/XVII/1.ª (L) — Recomenda o reforço dos meios humanos e técnicos da Inspeção-Geral de Finanças, no âmbito da reforma do controlo financeiro do Estado.

Para a primeira intervenção, vou dar a palavra ao Sr. Ministro Adjunto e da Reforma do Estado.

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado** (Gonçalo Matias): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje não discutimos apenas uma alteração técnica ao funcionamento do Tribunal de Contas; discutimos uma escolha política — a escolha entre um Estado que funciona e um Estado que emperra, entre um Estado que controla com inteligência e um Estado que bloqueia por rotina, entre uma fiscalização eficaz e uma burocracia pesada que consome tempo, dinheiro e confiança.

É preciso afirmar com frontalidade, perante o País: o sistema atual não serve os portugueses!

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: **—** Há um número que desmonta a dramatização que ouvimos nos últimos dias. O Tribunal de Contas recusa menos de 1 % dos vistos prévios, repito, menos de 1 %. Isso significa que milhares de contratos públicos passam por um mecanismo pesado, moroso e exigente, para no final serem aprovados quase na totalidade. E, enquanto isso acontece, obras atrasam-se, equipamentos não chegam, investimentos ficam bloqueados, serviços públicos esperam. Quem sofre com isso não é o Estado, em abstrato; são as pessoas. É o cidadão que espera por um hospital. É a escola que aguarda obras. É a autarquia que não consegue avançar com investimento essencial. É o País que perde tempo e competitividade.

Quando olhamos para a Europa, percebemos outra verdade incómoda. Nenhum país mantém um modelo de fiscalização prévia generalizada como o nosso. Portugal ficou parado num modelo de direito comparado, há muito ultrapassado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: **—** Há mais um dado que nos devia fazer refletir profundamente. Nos *rankings* internacionais de perceção da corrupção, os nove países mais bem classificados da Europa não têm modelos de visto prévio comparados com o português. Nenhum! Portugal surge na 16.ª posição. Isso significa uma coisa muito simples: não é o visto prévio que previne a corrupção em Portugal.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pelo contrário!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — Se queremos subir nessa lista, tudo indica exatamente o contrário: precisamos de menos bloqueio burocrático e de mais transparência, mais responsabilização e melhor fiscalização ao longo de todo o processo.

Sejamos claros: esta reforma não elimina o visto prévio, porque temos sentido de responsabilidade e sabemos que os sistemas de controlo interno ainda precisam de ser reforçados; porque reformar não é destruir, é melhorar com equilíbrio. O que fazemos é concentrar o visto onde ele é verdadeiramente necessário, nos contratos de maior dimensão e maior risco, e, ao mesmo tempo, reforçamos aquilo que realmente protege o dinheiro público: mais controlo interno, mais fiscalização concomitante, mais fiscalização sucessiva. Ou seja, menos ritual burocrático, mais fiscalização real.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Há uma verdade que também precisa de ser dita sem medo: a corrupção não nasce da rapidez; a corrupção nasce da opacidade.

Vozes do PSD: — Isso! Muito bem!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — A corrupção instala-se nos corredores escuros da burocracia interminável, na regra confusa, no atraso permanente, na ausência de transparência, na falta de responsabilização efetiva.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Aquilo que combate a corrupção não é acumular burocracia, é garantir rastreabilidade, é garantir escrutínio, é garantir regras, prazos, responsabilidades claras. É exatamente isto que esta reforma faz.

Sr.as e Srs. Deputados, há outro ponto essencial: a responsabilidade financeira. Durante demasiado tempo criámos uma cultura de medo na Administração Pública, uma cultura em que muitos dirigentes passaram a sentir que decidir era um risco pessoal permanente;…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — … em que o erro administrativo era tratado quase como culpa automática; em que quem age de boa-fé, em contextos difíceis e com informação imperfeita, podia acabar tratado como infrator. Isso não protege o Estado, isso paralisa o Estado, e um país paralisado é um país que falha às pessoas!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Esta proposta introduz um princípio elementar de justiça. Só há responsabilidade financeira quando existe dolo ou culpa grave. Quem atua de forma séria, responsável e transparente não pode viver sob ameaça permanente, porque queremos mais decisão pública, real capacidade de execução e coragem para servir.

Sim, estamos disponíveis para melhorar a proposta, em sede de especialidade, para discutir os limiares, para aperfeiçoar redações, para rever a extensão da norma relativa aos pareceres externos, se houver espaço para mais proporcionalidade e segurança jurídica. Enfim, estamos disponíveis para ouvir contributos, mas não estamos disponíveis para manter um sistema ineficiente, apenas porque sempre foi assim.

Quanto às dúvidas de inconstitucionalidade, respeitamo-las, mas não as acompanhamos. A proposta é sólida, é ponderada, é responsável. E, se houver margem para clarificar, fá-lo-emos com serenidade institucional e espírito democrático.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, esta reforma não enfraquece o Tribunal de Contas. Bem pelo contrário, liberta-o da burocracia para se concentrar naquilo que importa: fiscalizar, investigar, responsabilizar. É isto que esta proposta quer fazer: clarificar funções e reforçar a separação de poderes. Quem audita não julga. Quem julga não governa. Quem governa responde politicamente perante os cidadãos, nesta Assembleia da República.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Esta distinção é essencial numa democracia madura, porque Portugal não precisa de um Estado mais lento para ser mais sério, precisa de um Estado mais competente, e é exatamente isso que hoje aqui estamos a construir.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro tem quatro pedidos de esclarecimento.
Sr. Deputado André Ventura, tem a palavra, para o primeiro pedido de esclarecimento.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, cumprimento-o.
O Sr. Ministro disse que quer evitar a perceção de que o Estado é um bar aberto para a corrupção e que essa perceção seja agravada. Falou dos vistos que não existem no modelo geral que existe noutros países. A Bélgica, por exemplo, que tem um modelo de visto prévio, está em 22.º lugar no Índice de Perceção da Corrupção. Vou dizer-lhe uma coisa: a Bélgica está em 22.º, a Itália está em 42.º. Os dois têm um visto prévio.
Sabe onde é que nós estamos? Nós estamos atrás do Botsuana, da Arábia Saudita, estamos atrás de Cabo Verde. Estamos atrás de Cabo Verde, a nossa antiga colónia!

Protestos do PSD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É sinal de que estava bom!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — É para manter!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Ministro, desculpe lá, mas se vir outros países com visto prévio, vê que estão à nossa frente e não atrás.
Notámos uma coisa: é que o Governo quer tirar todos os contratos do visto prévio. Feitas as contas, isso significa o seguinte: 90 % deixarão de entrar no controlo do Tribunal de Contas — 90 % a 95 %!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mais nada!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, não!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vamos aos números mesmo: seriam cerca de 100 contratos por ano, no último ano. Sabem quantos contratos houve? Houve 180 000. Os senhores querem tirar todos os outros contratos da fiscalização do Tribunal de Contas. Isto tem um nome: é bar aberto para a corrupção!

Aplausos do CH.

É bar aberto para a corrupção!

Depois, claro, diz: «Não, vamos desresponsabilizar os gestores, para que eles não vivam com medo.» Com certeza, temos de ter uma Administração Pública que reaja rápido e bem, mas rápido e bem não significa rápido a roubar bem, significa rápido a fazer bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É essa a diferença. É que sempre que o PSD, nos últimos anos, nos traz uma ideia de reforma…

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Olhe, Sr. Deputado, olhe para os funcionários do Tribunal de Contas. Olhe, Sr. Deputado, vou recordar-lhe os funcionários do Tribunal de Contas que estão aqui hoje, mas, mais do que isso, os portugueses que estão a olhar e estão a ver que o que os senhores querem fazer, com a ajuda do PS. É isto: quando não estão de acordo com um tribunal, acabam com ele. É isto que os senhores fazem a toda a hora!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, Sr. Ministro, o problema de tentarmos debater de forma séria estas propostas é, depois, o espetáculo a que aqui assistimos, muitas vezes, por parte da extrema-direita,…

Protestos do CH.

… quando temos de debater, de forma muito séria, aquilo que, efetivamente, são os mecanismos de controlo do Tribunal de Contas.

Sr. Ministro, é evidente que temos a preocupação de que, sob um certo manto, ou escopo, de inércia, haja aquilo que possa ser a paralisação dos investimentos em Portugal, mas não deixa de ser menos certo que tem de haver depois um reforço dos mecanismos, de forma sucessiva, porque se o Governo quer eliminar os vistos prévios, então, tem de garantir que *a posteriori* haja mesmo controlo e fiscalização.

Protestos do CH.

Nesse sentido, para o PAN, seria importante que, no âmbito do processo em sede de especialidade, estejam disponíveis para introduzir matérias que o defendam, do ponto de vista da modernização séria da supervisão pública, como é o caso das auditorias autonomizadas, com recurso à inteligência artificial e também ao *machine learning*, estruturas interoperacionais e transparentes de fiscalização, o que até agora não tem existido e não me parece que isso tenha sido claro na sua intervenção.

Pelo que perguntamos, Sr. Ministro: está disponível para trabalhar estas dimensões, para que efetivamente o debate não fique capturado pela extrema-direita, o que também não é um bom serviço ao País?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Claudino, do PSD, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, uma reforma arrojada e ambiciosa como aquela que o Governo nos apresenta tem — e é legítimo que tenha — uma oposição legítima,

que é leal, de quem discorda dessa mesma reforma. Mas há uma oposição que não é leal: é aquela que é feita e construída sob ideias e premissas falsas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Essa é, sobretudo, aquela que quer associar a passagem do visto prévio para 10 milhões de euros como limite superior; é aquela que se faz por aqueles que são os oposicionistas das mudanças, aqueles que clamam por mudança, mas que, quando chega essa verdadeira mudança, dizem: «Chega para lá!»

A pergunta que eu faço, Sr. Ministro, é a de saber se, atualmente, quando este limite é de 950 000 €, ou quando aquilo que a Sr.ª Presidente do Tribunal de Contas propõe é 5 milhões de euros, tal significa, para os oposicionistas da mudança e da transformação, um bar aberto para a corrupção, nestes contratos abaixo de 5 milhões de euros.

É isso que significa, Sr. Ministro? Ou, na verdade, não faz qualquer sentido associar a corrupção a uma proposta de revisão do Tribunal de Contas?

Protestos do CH e contraprotestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Sr. Ministro, explique-nos, conceptualmente, qual é a diferença, a nível do Índice de Perceção da Corrupção, entre 950 000 €, 5 milhões de euros ou 10 milhões de euros.

Aplausos do PSD.

Protestos do CH e contraprotestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o debate tem algumas regras e, neste momento, o pedido de esclarecimento é ao Sr. Ministro, não é o esclarecimento entre bancadas. É ao Sr. Ministro.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr. Ministro, ninguém aqui defende um Estado lento, nós também o queremos ágil, mas ser ágil não é vendar os olhos a quem fiscaliza.

O visto prévio não é só burocracia — creio que faz mal em ter esse entendimento —, é verificar antes de gastar. O próprio tribunal lembra que, dos contratos que examina, metade tem ilegalidades.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Irregularidades!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Metade, Sr. Ministro.

Com esta lei, 90 % dos contratos — o número é seu — perdem esse crivo e a própria proposta admite que o controlo interno ainda não está em condições, ou seja, tiram o colete de salvação antes de alguém saber nadar.

Por isso, Sr. Ministro, a pergunta é simples: se metade dos contratos fiscalizados têm ilegalidades e 90 % deixam de o ser,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É falso!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — … quem é que trava o próximo contrato ilegal, antes de o dinheiro público desaparecer? Quem, Sr. Ministro? É esta a pergunta a que tem de responder neste debate.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro tem 1 minuto e 16 segundos para responder aos pedidos de esclarecimento. Houve cedência de tempo por parte do PSD e do CDS. É preciso que a Câmara dê condições para ouvirmos o Sr. Ministro.

Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o Sr. Deputado André Ventura acaba de dizer aqui, neste Parlamento, que não confia nos autarcas, que não confia na Administração Pública portuguesa, que acha que são todos pouco sérios e pouco credíveis e não merecem a nossa confiança.

A minha postura não é essa. A minha postura é de confiança em quem serve o nosso País, em condições difíceis.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH.

Depois, diz que queremos acabar com o Tribunal de Contas. Nós estamos a reforçar a fiscalização concomitante, a reforçar a fiscalização sucessiva, a aumentar o número de juízes. O que me parece é que quem quer acabar com o tribunal não é o Governo; é o Chega que quer acabar com o Tribunal Constitucional.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

Protestos do CH.

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — Quanto à disponibilidade para afinar normas, temos toda a disponibilidade, naturalmente, como acabei de afirmar, quanto aos limiares, quanto aos pareceres. Em sede de especialidade, temos toda a disponibilidade para afinarmos essas normas.

Pergunta-me o Sr. Deputado quanto aos 10 milhões e 5 milhões. A diferença é de 70 % para 90 %. Portanto, é uma questão de princípio, Sr.as e Srs. Deputados. Ou acreditamos no princípio ou não acreditamos. A diferença está entre 70 % e 90 %. Estamos disponíveis para olhar para isso.

Finalmente, Sr. Deputado, quanto ao visto prévio, menos de 1 %. Repito este número: menos de 1 %. Para que serve o visto prévio, se resulta em menos de 1 % de…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Secretário de Estado, Sr.as e Srs. Deputados: Começo por saudar a Associação Sindical do Corpo Especial de Fiscalização e Controlo do Tribunal de Contas, nas galerias, cujas preocupações com esta nova lei acompanhamos.

Esta iniciativa do Governo mexe num dos pilares menos visíveis mas mais importantes do nosso Estado: o Tribunal de Contas. Digo menos visível porque, quando o Tribunal de Contas funciona bem, muitas vezes ninguém dá por isso. Um contrato é corrigido antes de produzir efeitos, uma ilegalidade é travada antes de haver dano, uma entidade pública percebe que tem de instruir melhor um processo, uma despesa é revista antes de o dinheiro sair.

A proposta do Governo vem alterar profundamente este equilíbrio. A mudança mais evidente é a subida do limiar do visto prévio. Hoje, em regra, a fiscalização prévia aplica-se a contratos acima dos 750 000 € ou 950 000 €, quando estejam em causa contratos relacionados entre si. O Governo quer passar esse limiar para 10 milhões de euros, estimando-se que mais de 90 % dos procedimentos atualmente sujeitos a visto prévio deixem de o estar.

O Governo invoca celeridade e o Livre também quer uma Administração Pública mais célere, mas o problema da contratação pública em Portugal não se resolve fazendo do Tribunal de Contas o bode expiatório de todos os atrasos, exatamente porque os dados conhecidos não sustentam de todo esta caricatura.

Em 2023, o Tribunal de Contas fiscalizou previamente mais de 2000 atos e contratos, num valor global de 6813 milhões de euros. O prazo médio de decisão foi de 12 dias, repito, 12 dias.

Se há processos que se arrastam durante meses, é preciso perguntar porquê. Muitas vezes, o problema está antes: processos mal instruídos, respostas tardias, falta de formação nas entidades adjudicantes, erros repetidos na contratação pública. Retirar o controlo externo não corrige estes problemas, pode apenas torná-los menos visíveis.

O visto prévio tem uma função preventiva, corretiva e pedagógica. Não serve apenas para dizer que sim ou que não. Ajuda a evitar erros, a corrigir procedimentos e a impedir que situações irregulares avancem antes de haver dano financeiro.

Se o controlo só chega em auditorias posteriores, muitas vezes já chega tarde, o contrato já foi executado, a despesa já foi feita e o dinheiro já se foi embora.

O Governo propõe agora dar mais peso aos sistemas internos de gestão das entidades públicas, mas isso exige garantias reais. Quem é que vai certificar os sistemas? Com que critérios, com que independência, com que meios e com que consequências, quando falham?

Também nos preocupa a aproximação da responsabilidade financeira a critérios de dolo ou culpa grave. Gerir dinheiro público não é, de todo, o mesmo que gerir dinheiro privado. Quem gere recursos públicos tem um dever especial de cuidado. Todos nós devíamos estar cientes disto e espero que o estejamos.

É aqui que entra a iniciativa que o Livre traz hoje a debate.

O Governo atribui à Inspeção-Geral de Finanças um papel acrescido na certificação e no acompanhamento dos sistemas de controlo interno, mas não apresenta um plano sério de reforço dos meios. A Inspeção-Geral de Finanças já fiscaliza grandes programas públicos, incluindo o PRR. O seu mapa de pessoal, para 2025, previa 265 postos de trabalho, dos quais 201 na carreira especial de inspeção. A idade média ronda os 54 anos e, em 2022, um concurso para apenas 16 vagas recebeu mais de 1900 candidaturas.

Por isso, o Livre vem recomendar um levantamento das necessidades da IGF (Inspeção-Geral de Finanças), um plano de reforço de meios, com calendário, dotação orçamental e garantias de independência operacional e orçamental, com reporte anual à Assembleia da República.

Queremos um Estado mais capaz, mais rápido e mais eficiente, mas um Estado mais rápido não pode ser um Estado menos escrutinado e, com esta proposta do Governo, tal como está, não temos garantias suficientes.

O caminho certo não é fragilizar o Tribunal de Contas, é reforçar o que deve ser reforçado e garantir um princípio essencial: todo o dinheiro público deve estar sujeito a controlo público efetivo.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, para uma intervenção.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Estamos perante uma proposta de reforma profunda do Tribunal de Contas, uma instituição essencial para garantir rigor, transparência e boa gestão do dinheiro público.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Entendo que modernizar mecanismos de fiscalização é importante, mas também entendemos que qualquer reforma desta dimensão deve assegurar, acima de tudo, equilíbrio, independência e eficácia real no combate ao desperdício e à má gestão.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Esta proposta reduz de forma significativa o âmbito da fiscalização prévia, transferindo maior responsabilidade para mecanismos internos da Administração Pública. Ora, isso só funcionará se esses mecanismos forem verdadeiramente robustos, independentes e eficazes, algo que o próprio diploma reconhece ainda não estar plenamente garantido.

Valorizamos o reforço das auditorias, da transparência e da responsabilização financeira. Mais fiscalização sucessiva e concomitante, sim, mas não podemos aceitar que uma simplificação administrativa acabe por fragilizar o controlo sobre os contratos públicos.

É esse equilíbrio que devemos garantir, nesta discussão parlamentar, e é isso que irei tentar garantir na especialidade, caso for oportuno.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Hugo Soares pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, notei que o Sr. Presidente deu a palavra aos Srs. Deputados do JPP e do Livre, entretanto, para usar da palavra, quando, nos termos regimentais, a palavra devia ser usada pelo Chega, porque o Chega é proponente de um projeto, que é essencial…

O Sr. **Presidente**: — Posso esclarecer, desde já.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Deixe-me terminar, se faz favor, Sr. Presidente, muito obrigado, estou no meu tempo ainda.

Vozes do CH: — Eh, lá!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto é assim?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Se o Sr. Presidente permitir, com certeza.

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Creio que não fui indelicado com o Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Não, não. Faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Apenas pedi para terminar.
Ora, como o Chega trouxe um projeto que apresentou ao País como um projeto essencial, pergunto porque é que o Chega ainda não o apresentou, no tempo que lhe cabia para apresentar o projeto.

O Sr. **Presidente**: — Vou esclarecer. É que foi precisamente o Chega que prescindiu de o apresentar,…

Vozes do PSD: — Ah!…

O Sr. **Presidente**: — … em relação ao pedido de esclarecimento que quis usar, para efeitos de questionar o Sr. Ministro. Portanto, substituiu essa situação para esse efeito.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Está explicado!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado André Ventura pede a palavra para que efeito?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, é no sentido de prestar esse esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Isso não, Sr. Deputado. O esclarecimento já eu o dei, em relação ao que o Sr. Deputado decidiu. Se quer a palavra para interpelar a Mesa para alguma coisa, tem de dizer para o que é.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vou só interpelar a Mesa neste sentido, Sr. Presidente.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Já estou esclarecido!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Como disse, e bem, de facto, o Chega optou por questionar o Sr. Ministro em relação a uma reforma que era má para o País. Notámos, com interesse, que o PSD ficou melindrado com a situação.

Também lhe vou dizer uma coisa: é bom sinal, porque, quando combatemos a corrupção, o PSD fica incomodado. É muito bom.

Aplausos do CH.

Risos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Está feito o momento de debate e, agora, vamos continuar.

Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP, tem a palavra para uma intervenção.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: Saúdo os trabalhadores do Tribunal de Contas que estão aqui a acompanhar este debate.

Se há um denominador comum aos pareceres recebidos sobre a reforma do Tribunal de Contas, é que todos arrasam a proposta de lei.

O Governo trata esta matéria como se o Tribunal de Contas fosse um organismo de inspeção integrado na administração direta do Estado. Não é. O Tribunal de Contas é, por determinação constitucional, um tribunal. É um órgão jurisdicional com competência para administrar a justiça em nome do povo e, nessa qualidade, é o órgão supremo de fiscalização da legalidade das despesas públicas.

Ora, como refere o parecer do Tribunal de Contas, esta proposta de lei representa uma rutura com o modelo constitucional de controlo externo e independente das finanças públicas. Mais: a proposta de lei enfraquece o controlo financeiro e esvazia a jurisdição financeira, com violação do princípio da independência do tribunal, reduzindo substancialmente o controlo e a responsabilização financeira ao extinguir progressivamente a fiscalização prévia e ao reduzir o âmbito de aplicação da fiscalização concomitante e sucessiva. Ofende o princípio da independência do tribunal também no plano organizativo e viola o princípio da autonomia regional.

O Mecanismo Nacional Anticorrupção conclui que a proposta de lei em apreço fragiliza a posição do Tribunal de Contas enquanto entidade responsável pelo controlo externo da gestão do erário público, gerando vulnerabilidades acrescidas no sistema de prevenção da corrupção e proteção do erário público, com potencial impacto na transparência, responsabilização e confiança dos cidadãos nas instituições públicas. Não venha depois o Governo dizer que quer combater a corrupção, porque já ninguém o levará a sério.

Para o PCP, o problema não está em encontrar mecanismos legais e soluções práticas que agilizem a emissão do visto prévio do Tribunal de Contas. O atual procedimento tem introduzido constrangimentos na realização de importantes investimentos, mas a solução não pode ser a eliminação da fiscalização prévia para contratos inferiores a 10 milhões de euros, que são, diga-se, a maioria dos contratos.

Compreendemos a necessidade das entidades públicas de celeridade nas decisões de despesas ou investimentos que permitam satisfazer necessidades prementes ou inadiáveis, mas o que o Governo propõe é reduzir drasticamente o alcance do visto prévio do Tribunal de Contas e, com isso, reduzir drasticamente a responsabilização financeira de decisores políticos e administrativos que, com decisões ilegais, causem danos ao erário público.

Para além disso, o Governo que apresenta hoje esta proposta está claramente a alimentar o discurso populista da extrema-direita, que diz falar contra a corrupção, mas que partilha e apoia todas as opções e fatores que hoje estão na sua origem.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Marina Gonçalves, do PS, tem a palavra para uma intervenção.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Este é um debate que traz sempre intervenções muito acaloradas do Sr. Ministro e bastantes discursos simplistas e populistas, como aqui ouvimos por parte do Chega.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — O Partido Socialista não se coloca nem de um lado nem do outro.

Risos do CH.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ah! Claro que não!…

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Coloca-se num lado fundamental: o lado do reforço da transparência, do rigor, do combate à corrupção, ao mesmo tempo que temos de encontrar o tal equilíbrio com a desburocratização, a celeridade. É por isso que, desde o primeiro momento, o Partido Socialista se mostrou aberto a reduzir tempos de espera e de decisão, a aumentar a previsibilidade dos procedimentos e a permitir uma execução mais célere.

Também olhamos para os pareceres que nos chegaram aqui e, sim, eles preocupam-nos e, sim, por isso é que vimos para este debate dizendo que o debate desta lei na especialidade é fundamental. Esta lei, como está, não serve; preocupa-nos. Esta lei, como está, pode levantar muitos problemas, que têm de ser clarificados na especialidade.

Há uma questão fundamental neste debate: o debate não pode ser contra o Tribunal de Contas, contra a fiscalização, contra a transparência.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — O Tribunal de Contas tem um papel fundamental nos processos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Aquilo que devíamos estar aqui a discutir era o momento em que o Tribunal de Contas exerce esse poder de forma eficaz…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem! Já que o PS não apoia, apoio eu!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — … porque esse dever que o Tribunal de Contas tem, de escrutinar o investimento público, é fundamental para o Partido Socialista e é isso que está na base da nossa intervenção.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — A nós, preocupam-nos várias questões que ainda não estão devidamente justificadas, nomeadamente: a questão do valor dos 10 milhões, ou seja, como é que chegamos a este valor e porquê, como é que isto se correlaciona, como é que garante a transparência;…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — … a questão das entidades da esfera pública, ou com maioria de capital público, que ficam de fora deste escrutínio, e essa é uma dimensão para nós também preocupante; e a questão, como o Sr. Ministro já aqui falou, da responsabilidade financeira dos gestores.

Se é certo que estamos disponíveis para fazer essa discussão, também nos levanta muitas preocupações uma das questões que o Tribunal de Contas levanta, relativamente à perda de poder na responsabilização

financeira, sempre que há um ato negligente ou doloso — no caso, o Tribunal de Contas levanta a questão da negligência — por parte dos gestores.

Eu acho que, no debate desta iniciativa na especialidade, temos de fazer esta avaliação. E porque é que acho? Porque, efetivamente, esta lei entra na Assembleia da República sem haver um conjunto de audições prévias que são fundamentais, mas essa foi uma opção do Governo, achando que o Parlamento podia fazer esse trabalho.

Como nós não tomamos uma decisão — já agora, olhando para PSD e para o CDS — como os senhores fizeram no passado, dizendo que somos contra, porque sim, porque não queremos que a coisa funcione…

Protestos de Deputados do PSD.

… e sem fazermos como o Chega faz, que é dizer que é tudo a favor da corrupção e é tudo contra a transparência, aquilo que nós queremos, nesta fase, é discutir este diploma,…

Protestos de Deputados do PSD.

… ouvir novamente o Tribunal de Contas, ouvir os seus trabalhadores, ouvir os municípios e fazer esse trabalho, que nos é devido no Parlamento,…

Aplausos do PS.

… para, no fim, podermos fazer este debate de forma correta, de forma transversal,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — … com as alterações que são devidas, que cada partido pode apresentar, e com a avaliação que, no final, fazemos deste diploma.

No Partido Socialista, nós olhamos para este diploma entendendo que a intervenção do Tribunal de Contas deve continuar a existir. A fiscalização é fundamental, a transparência é fundamental.

Se podemos correlacionar esse papel do Tribunal de Contas com a celeridade do investimento público, pois bem, trabalhemos na especialidade para que isso aconteça. É com essa postura que o Partido Socialista trabalha, desde o primeiro momento, olhando para a simplificação e para a reforma do Estado.

Aplausos do PS e do Deputado do PSD Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Este é o PS que eu reconheço!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Há três grandes inimigos que a democracia deve sempre ter debaixo de olho — na gestão, a burocracia; na decisão, a corrupção; e na intervenção política, a demagogia.

Ora, eu acho que elas devem ser convocadas para este debate, para nós percebermos, em primeiro lugar, se na gestão pública, no que diz respeito aos processos que são, hoje em dia, sujeitos a visto prévio, há ou não há um excesso de burocracia.

Se a burocracia é, do nosso ponto de vista, claramente o inimigo da boa gestão pública, nós temos de utilizar todos os mecanismos para remover essa burocracia.

Há ou não há atos, empenho de pessoas, dinheiro gasto, horas empenhadas na preparação de processos para sujeição a visto prévio do Tribunal de Contas, que são perfeitamente dispensáveis? Do nosso ponto de vista, isso é claríssimo. Se não fosse claríssimo, do ponto de vista da experiência que qualquer um que tenha gerido identidades públicas tem da sua própria atividade, basta olhar para a taxa de rejeição de visto prévio do Tribunal de Contas, para perceber isso mesmo: 0,7 %,…

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — É verdade! Bom ponto!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … ou seja, 99,3 % dos processos que são sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas recebem visto prévio positivo.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Isso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Todo o trabalho que inúmeras pessoas tiveram para preparar os processos, todos os documentos que foram impressos, fotocopiados, solicitados, certidões que foram pagas, tudo isso para apresentar a visto prévio era totalmente desnecessário. E, portanto, há, do nosso ponto de vista, aqui um privilégio da burocracia em manter o sistema tal como ele existe.

Em segundo lugar, a corrupção. Vamos, então, às decisões, ao decisor público, que decide sujeitar a visto prévio este tipo de procedimentos. Temos o mesmo indicador: em 99,3 % dos casos, eles recebem visto prévio, ou seja, para indício de eventual corrupção estaríamos muito longe.

E vamos, então, à comparação com outros países. Todos os países que estão à nossa frente em matéria de corrupção têm sistemas muito mais leves ou inexistentes de fiscalização prévia.

Portanto, é completamente falso que haja qualquer relação entre a corrupção e o visto prévio.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Claro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Aliás, se houvesse alguma relação, era, no nosso caso, a de dizer que o visto prévio fomenta a corrupção, porque, sendo nós dos países que mais exigem, somos dos que mais corrupção têm.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, aquilo que tem de se evitar, neste debate, é o terceiro inimigo da democracia: a demagogia, ou seja, tentar pegar nisto e dar a entender o contrário. Não! O que estamos a tentar combater é a burocracia, o que estamos a tentar evitar é a corrupção e, de caminho, fazemo-lo com transparência.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro: Tem ficado bem claro, neste debate, quem é que gosta da ideia de um Estado quietinho, de um Governo quietinho, de um Parlamento quietinho,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Boa!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — … das câmaras quietinhas, das juntas de freguesia quietinhas, de toda a gente no Estado quietinha, sem acontecer nada, à espera.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Porquê? Porque, se eu fizer alguma coisa, alguém vai protestar, posso ser processado, pode cair-me este em cima, pode cair-me aqueloutro em cima e, entretanto, as pessoas ficam cada vez mais frustradas, a frustração acumula, acumula e acumula, ao longo dos anos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Quando olhamos para as últimas décadas, em que tanto ficou por fazer, porque tantos não quiseram decidir, a única coisa que podemos fazer é criar as condições para que, finalmente, possamos dar resposta às necessidades das pessoas.

Aplausos da IL e do PSD.

É disto que este debate trata.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Este fenómeno não é só português, é um fenómeno europeu, é uma discussão que está a acontecer globalmente, em que muitos dos países nossos parceiros estão, agora, a olhar para dentro, para os seus estados, para as suas administrações e a pensar em como é que podem entregar mais, porque perceberam que, ao longo dos anos, enquanto não entregaram, as pessoas, de facto, ficaram cada vez mais zangadas, não só com o Estado, mas com os políticos e com a sociedade. Temos de dar a volta a isso!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem! Mas daquele lado é só egoísmo!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Aquilo que se está aqui a fazer não é o trabalho todo, está muito longe de ser o trabalho todo. Aliás, o visto prévio pega, muitas vezes, em burocracias que, elas próprias, também têm de ser reduzidas.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tal e qual!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Aliás, a quantidade de vezes em que o visto prévio aponta irregularidades é um subproduto da quantidade de burocracia que também não devia existir.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Agora, não podemos usar a reforma do visto prévio em si como desculpa para, depois, não pegar no resto. Portanto, agora começa, sim, o trabalho mais difícil, o trabalho mais sério, que é o de reformar tudo o resto.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Depois, é fundamental também a dimensão da responsabilização do gestor público.

Os gestores públicos precisam de ter condições para poder decidir, desde, claro, que seja garantido que estão a decidir com base na informação que têm e que, portanto, estão a fazer o melhor, com base nos pareceres que chegaram e segundo aquilo que pretendem alcançar.

No entanto, precisamos também de criar condições para que a Administração Pública possa trabalhar num regime em que seja mais responsabilizada e, para isso, precisa de tecnologia, precisa de autonomia e precisa de qualificação, para que tenha a capacidade de executar o tal controlo interno que este diploma quer impor, pelo que há muito trabalho que daqui se segue.

Portanto, aceitando o sentido desta proposta, temos de sinalizar o seguinte: o trabalho, Sr. Ministro, ainda agora começou. Teremos outras reservas para apresentar, em sede de especialidade. Trata-se de uma proposta extensa, de uma proposta que ainda não conseguimos acabar de analisar, como é natural, e, portanto, resguardamo-nos também para esse trabalho de especialidade.

No entanto, esta clarificação do visto prévio e as situações em que pode ser utilizado é um ótimo princípio de trabalho, que iremos acompanhar.

Aplausos da IL e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sra. Deputados, neste momento, a Mesa não regista pedidos de palavra.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Então, acabou!

O Sr. **Presidente**: — Bom, parece que temos a inscrição do Sr. Deputado André Ventura, a quem dou a palavra.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, acho que ficou claro que, neste debate, houve um esclarecimento que não foi feito, sobre o seguinte: nós dissemos que, dos 180 000 contratos, apenas 100 seriam fiscalizados, neste novo modelo. É verdade ou é mentira? É verdade ou é mentira que, dos 180 000 contratos, um seria visto?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Os outros passam todos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas era especialmente importante ouvir o Partido Socialista neste debate, porque, além da ausência do seu líder esta tarde, numa conveniente ausência,…

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Não lhe chega esta bancada?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … diz a Sr.ª Deputada Marina Gonçalves que não podemos ter aquele discurso de que isto vai ser um bar aberto à corrupção.

Acontece que não somos nós que temos o discurso, é o Ministério Público e é o MENAC (Mecanismo Nacional Anticorrupção), que foi criado, curiosamente, pelo Partido Socialista,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … que quis disfarçar, quis fingir que fazia alguma coisa e criou o Mecanismo Nacional Anticorrupção,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não, não!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … que diz — Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, oiça bem — isto: limitar este tipo de controlo feito pelo Tribunal de Contas vai abrir as portas ao facilitismo, à fraude e à corrupção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Foi uma instituição que os senhores criaram e que agora querem desdizer, porque vos dá jeito,…

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … quando é para criticar o PSD, e porque vos dá jeito, quando é para acabar com instituições de controlo, dar a mão ao Governo e ao PSD. É isso que querem fazer!

Aplausos do CH.

Mas mais: diz a Iniciativa Liberal que isto é a prova de que temos de mudar a Administração Pública, porque eles querem agir e nós não os deixamos, eles querem fazer e nós não os deixamos.

É curioso que não disseram o mesmo para a polícia, quando nós aqui viemos dizer que a polícia precisava de ter meios para agir e não deixavam.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Para a polícia?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quando dissemos que tinham de agir e não ter medo, os senhores vieram aqui dizer: «E a Administração Pública?». Não! Foram 100 em 180 000. Os senhores não querem que eles possam agir, os senhores querem acabar com o controlo, para que PS e PSD…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … consigam fazer aquilo que fizeram sempre, que é fugir ao controlo e à transparência que têm de ser feitos neste País, há muitas décadas.

Aplausos do CH.

Protestos de Deputados do PSD e da IL.

O PS diz que vai resolver na especialidade. Vamos ver o que é que vai resolver na especialidade, mas agora sabemos que todas as entidades ligadas a controlo jurisdicional que se pronunciaram se manifestaram contra. Todas!

Por isso, perguntamos: porque é que o PS não vota contra? Meus caros, o PS não vota contra por uma razão: porque há uns anos, quando outros dirigentes de entidade reguladora energética foram condenados, a primeira reação do PS foi acabar e limitar este tribunal, porque já o Eng.º José Sócrates queria limitar este tribunal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso, nós sabemos bem o que é que o PS quer: quer vir à boleia, para facilitar ainda mais. Não contarão connosco para isso!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento da Sr.ª Deputada Andreia Neto, do PSD, a quem dou a palavra.

A Sr.ª **Andreia Neto** (PS): — Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, o Chega vende-se como um partido antissistema, vende-se como um partido antiburocracia, antibloqueio do Estado,…

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

… mas, quando chega a hora de decidir, quando chega a hora da realidade das decisões, o Chega «mete a viola no saco».

Aplausos do PSD.

Quando está em causa, Sr. Deputado, combater um modelo excessivamente lento, um modelo burocrático,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — … um modelo que tem sido incapaz de responder às necessidades de execução rápida, de investimento público, com um reforço de auditorias posteriores, o que é que o Sr. Deputado prefere? O Sr. Deputado prefere o populismo, os atrasos e a burocracia!

Aplausos do PSD.

A verdade é muito simples, Sr.as e Srs. Deputados: o Chega não quer mesmo um Estado eficiente; quer um Estado paralisado pela desconfiança permanente,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Andreia Neto** (PS)D: — … porque o Chega vive essencialmente do caos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Andreia Neto** (PS)D: — E, mais grave é que o Sr. Deputado André Ventura e o Chega tentam aqui passar a ideia de que esta reforma significa menos fiscalização, quando o Sr. Deputado sabe que isso é verdadeiramente falso,…

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — É verdade!

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — … pois o que está em causa é uma fiscalização sucessiva, uma fiscalização superior, que o Sr. Deputado não devia ignorar.

Protestos de Deputados do CH.

Sr. Deputado, a pergunta é simples: o Chega quer, realmente, combater a corrupção ou prefere manter o modelo de bloqueio, para, depois, poder explorar politicamente os atrasos e a ineficiência que esse mesmo modelo provoca?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Andreia Neto, obrigado pela questão.
Muito rapidamente, o Chega é, de facto, antiburocracia,…

Vozes do PSD: — Ah!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Só não és antipopulista!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … é, de facto, antitamanho excessivo do Estado, antimorosidade, mas, acima de tudo, é anticorrupção! É isso que nós somos, acima de tudo: anticorrupção! É isso que, acima de tudo, somos!

Aplausos do CH.

Mas, hoje, Sr.ª Deputada, era bom olhá-los de frente, a eles, àqueles que fazem esta fiscalização e estes trabalhadores, num tempo médio de decisão, em Portugal, de 12 dias. Repito: 12 dias!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Doze dias!!

O Sr. **André Ventura** (CH): — São 12 dias de tempo médio de decisão! Qual é a morosidade de 12 dias? Olhem, se fossem 12 dias, o Sócrates já estava preso há muito tempo!

Risos e aplausos do CH.

Protestos de Deputados do PSD e do PS.

Se fosse tudo 12 dias, há muitos que já não estavam aqui para dizer.

Srs. Deputados, isto não é nenhuma reforma de flexibilização nem de desburocratização, isto é verdadeiramente um manto sobre a corrupção.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Não tenho inscrições.

Pausa.

A Sr.ª Deputada Marina Gonçalves regista-se para uma intervenção, certo?

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado André Ventura, nós realmente somos diferentes na forma como olhamos para este debate e para o objetivo deste debate.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Claro que somos!

Vozes do CH: — Ai são, são!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — É que o Partido Socialista não abre a porta à corrupção,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pois, porque já é corrupção!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — … abre a porta à transparência e ao diálogo.

Protestos do CH.

O que o Partido Socialista está a fazer não é o que Chega quer fazer, que é deixar o Estado como está e tudo como está. O Partido Socialista quer ouvir os trabalhadores que aqui estão, quer ouvir o Tribunal de Contas,…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Já se pronunciaram?

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — … quer ouvir o Ministério Público, quer ouvir todas as entidades que devem falar sobre este dossiê, para,…

Aplausos do PS.

… no fim do dia, fazer numa lei que permita aquilo que disse que queria, mas que não sabe como fazer,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ora!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — … que é garantir a correlação entre a transparência e a celeridade que queremos todos ter no investimento público.

O Sr. **André Ventura** (CH): — São 12 dias!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — É isso que o Partido Socialista quer fazer neste debate e por isso é que dizemos que a proposta, como está, não serve ao Partido Socialista.

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

Porém, nós não prescindimos do debate, porque, no fim do dia, queremos que o Estado funcione, queremos que o Tribunal de Contas tenha efetivamente poder para continuar a fiscalizar, mas, já agora, queremos que seja compatibilizado com a dimensão de celeridade e eficácia que queremos dar ao processo.

Essa é a grande diferença entre nós, Sr. Deputado: nós queremos mesmo que o Estado funcione e que o País melhore.

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — Claro! Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas como é que vão votar?!

O Sr. **Presidente**: — Se ninguém se inscrever, vou dar a palavra ao Sr. Ministro, para o encerramento.

Pausa.

A Mesa regista a inscrição do Sr. Deputado Almiro Moreira, do PSD. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Trabalhadores do Tribunal de Contas:…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eh! Srs. Agentes da segurança, já agora!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — … este debate não é apenas sobre o Tribunal de Contas, não é tão-pouco contra o Tribunal de Contas; é sobre o Estado que queremos para Portugal.

Começo por dizer, com toda a clareza: o Tribunal de Contas é essencial ao nosso Estado de direito.

Aplausos do PSD.

É precisamente por isso, pela sua essencialidade, que a sua intervenção deve ser recentrada onde gera mais valor.

Portugal precisa de um tribunal mais focado, mais forte na auditoria, mais eficaz no controlo sucessivo, mais exigente na responsabilização e mais capaz.

Durante demasiado tempo, Portugal confundiu controlo com bloqueio, rigor com demora, fiscalização com multiplicação de formalidades. Mas um Estado parado não é um Estado mais sério,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — … é, muitas vezes, um Estado mais caro, mais lento e mais injusto. Quando uma escola não avança,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — … quando uma obra pública fica bloqueada, quando uma autarquia espera meses por uma decisão, quando uma empresa aguarda indefinidamente para executar um contrato, quem paga não é a burocracia, quem paga são as pessoas, são os portugueses e é por isso que esta reforma é necessária e é essencial.

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — É preciso reformar e acabar com a ilusão de que fiscalizar antes é sempre fiscalizar melhor. É preciso reformar, porque queremos um Estado sem medo de decidir, um Estado que confia nas pessoas e em que as pessoas confiam no Estado.

Sr. Deputado André Ventura, falemos também da corrupção.

Protestos do Deputado do CH João Ribeiro.

Nós levamos a corrupção demasiado a sério, para fingirmos que ela se resolve apenas com um visto prévio. O combate à corrupção exige transparência, dados, controlo interno, fiscalização sucessiva, capacidade sancionatória.

Temos também de olhar para os outros países, como já foi aqui referido. Nenhum dos principais países da União Europeia tem um modelo de visto prévio como o nosso.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Grécia, Bélgica, Itália…!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Por isso, Sr.as e Srs. Deputados, a nossa escolha é clara. De um lado, estão os que dizem querer ter um Estado ágil, moderno e eficiente, mas, quando chega a hora de reformar, recuam; quando chega a hora de tocar em poderes instalados, desistem; quando chega a hora de simplificar, hesitam.

Aplausos do PSD.

Nós queremos reformar e nós queremos transformar Portugal.

Da nossa parte, Sr.as e Srs. Deputados, a escolha é clara. Não temos medo, não fazemos de conta que não é connosco.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Isso!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Nós estamos aqui para prosseguir, com a convicção, a humildade e a responsabilidade de quem está disponível para aprofundar e discutir as opções. Estamos aqui para fazer Portugal maior.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, para uma intervenção. Tem 33 segundos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, muito brevemente. Sr. Deputado Almiro Moreira, há duas coisas interessantes na intervenção que fez.

A primeira é associar o imobilismo à falta de controlo.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Não, ao Chega!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vou recordá-lo de que fomos nós que aqui propusemos que estas instituições, que agora querem que tenham controlos, para fugir ao Tribunal de Contas, pudessem existir na Administração Pública. O PS votou contra, os senhores abstiveram-se.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nós já o queríamos fazer, só que havia, na altura, uma diferença: é que não queríamos acabar e manietar o Tribunal de Contas. O que os senhores querem agora é, basicamente, dizer assim: «Gostamos muito de vocês, obrigado pelo vosso trabalho, mas se nos saírem da frente, melhor ainda.»

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É o que querem, é o que querem!

Aplausos do CH.

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — Não é verdade, pá!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.ª Deputada Marina Gonçalves, deixe-me dizer-lhe isto. O Chega há de aprender muito e há de crescer muito e há de mudar muito, mas há uma coisa que eu vou dizer: se há partido de quem nós nunca vamos levar lições de corrupção, é o Partido Socialista, que é a personificação da corrupção em Portugal.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para a intervenção final do debate, tem palavra a Sr.ª Deputada Marina Gonçalves. Tem 2 minutos e 21 segundos.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, não é o Partido Socialista que tem uma câmara gerida por um homem só e, portanto, estamos conversados sobre a transparência e rigor na gestão, neste caso, autárquica.

Vozes do CH: — Oh!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Uma câmara gerida por um homem só?!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — O Partido Socialista vai fazer este debate com respeito pelos trabalhadores, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades que veem nesta correlação o fundamental do debate, a correlação entre a transparência e a celeridade.

É assim que nos apresentamos a este debate, dizendo, mais uma vez, que, como está, a proposta não serve, mas que é deste debate que sairá uma proposta que garantirá esta correlação entre as duas dimensões.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já vai em 29 segundos!

O Sr. **Presidente**: — Dei a palavra à Sr.ª Deputada para fazer a sessão de encerramento, uma intervenção…

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Eu estava a ver! Eram 21 segundos. Não gastei mais tempo! Eu reparei! Eu respeito o tempo!

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Pausa.

É assim, é humano, também há lapsos.
Sr. Deputado Hugo Soares, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, era sobre a condução dos trabalhos, mas creio que já deu conta do erro em que a Mesa incorreu. Não há problema nenhum.

O Sr. **Presidente**: — Dei conta do erro que era…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — A Sr.ª Deputada Marina Gonçalves não terá excedido o tempo que tinha, portanto, também não há problema nenhum. E, se o tiver feito, desse ponto de vista, também não há problema nenhum, até porque, para encerrar, podia ser o Chega a apresentar o projeto que nunca chegou a apresentar.

Vozes do CH: — Oh!

O Sr. **Presidente**: — Chega!
A Mesa…

Pausa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PSD pode tudo?! O PSD é sempre igual!

O Sr. **Presidente**: — Eu, efetivamente, cometi um lapso, peço desculpa, acontece.
Estamos em condições para encerrar o debate. Tem a palavra o Sr. Ministro Adjunto e da Reforma do Estado, para uma intervenção. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: O Sr. Deputado André Ventura diz que, na corrupção, estamos como o Botswana, no final da tabela. E o que é que o Chega quer fazer? Manter tudo na mesma. É a contradição no próprio argumento, é a contradição nos próprios termos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E depois, Sr. Deputado, desculpe que lhe diga, está confuso nos números, porque trouxe um número de 180 000 contratos,…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, não fui eu!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — … mas, na fiscalização prévia, só há 2600 contratos fiscalizados. Portanto, o que está a falar é da fiscalização sucessiva, não é da prévia.

Aplausos do PSD.

Baralhou-se, baralhou-se nos números.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não fui eu que disse isso!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — Bom, quanto à separação de poderes, esta proposta reforça a separação de poderes,…

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — … esta proposta diz que ao tribunal cabe julgar, ao Parlamento cabe legislar, ao Governo cabe governar.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — É isso!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — Há uma clara separação de poderes, para não haver um poder que se vai imiscuir nos outros. Fortalece o tribunal, Sr.as e Srs. Deputados, mas fortalece com modernidade, com as melhores práticas europeias, com recurso às melhores práticas internacionais e não olhando para o século passado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — Nós falámos com todos os grupos parlamentares, não podemos ser acusados de falta de diálogo. Antes deste debate, já falámos e apresentámos a proposta a todos os grupos parlamentares.

Também não há nenhum conflito institucional. Eu fui pessoalmente ao Tribunal de Contas, no dia 7 de janeiro, apresentar esta proposta e, Sr.as e Srs. Deputados, não há qualquer inconstitucionalidade. A Constituição não tem um modelo definido, remete para a lei. Se o legislador, se a Assembleia não legislasse, estaria a abdicar da sua função de legislador. Isso era inadmissível!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Ah, pois é…!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — Portanto, nós estamos disponíveis para afinar, na especialidade. Não há linhas vermelhas, mas, Sr.as e Srs. Deputados, há questões de princípio e nós dos princípios nunca abdicaremos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Risos de Deputados do PS e do L.

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — O Chega vai montar uma delegação no Botswana!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, podes ser Deputado!

O Sr. **Presidente**: — Termina assim este ponto. Presumo que o Sr. Ministro e o Sr. Secretário de Estado não irão ficar para assistir aos nossos trabalhos, portanto, despeço-me do Sr. Ministro e Sr. Secretário de Estado.

Às bancadas que estão em mobilidade pedia o favor de tomarem os seus lugares, para podermos entrar no ponto três.

Pausa.

Então, já estamos em condições. Vamos passar ao ponto 3 da ordem do dia, que consiste na discussão do Projeto de Resolução n.º 217/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Diretor do Serviço de Informações de Segurança que proponha, ao Sr. Primeiro-Ministro, a desclassificação de todos os registos, documentos, dossiês e arquivos dos serviços de informações relativos à organização terrorista de extrema-esquerda FP-25 (Forças Populares 25 de Abril), desde a data da sua criação, até à data da amnistia dos crimes cometidos pela mesma, juntamente com o Projeto de Lei n.º 611/XVII/1.ª (BE) — Cria a comissão para a desclassificação e estudo dos arquivos

relativos à violência política do pós-25 de Abril, estabelece um regime especial de acesso aos documentos relativos às Forças Populares 25 de Abril e à rede bombista, e com o Projeto de Resolução n.º 927/XVII/1.ª (L) — Pela preservação da memória histórica e acesso público a toda a documentação sobre a violência política organizada de qualquer campo do espectro político ou por organismos do Estado na República Portuguesa.

Para a intervenção inicial, dou a palavra ao Sr. Deputado Diogo Pacheco de Amorim.

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Notícias recentes dizem-nos que o Serviço de Informações de Segurança, o SIS, está a considerar a desclassificação de centenas de documentos do seu espólio de entre 1985 e 1990, contanto que não seja colocada em causa a segurança nacional.

O mesmo SIS estará a analisar documentação que inclui a fase final da atuação das FP-25, bem como outros movimentos de extrema-esquerda, além de, e cito da referida notícia, «atividades ilegais de serviços de informação estrangeiros em território nacional, que operavam a soldo de potências inimigas, tal como a extinta União Soviética, no final da Guerra Fria».

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — Contudo, entende o Chega que não é apenas o período final das FP-25 que importa conhecer, mas, isso sim, todo o período decorrido entre abril de 1980, data da sua fundação, e 1 de março de 1996, data da aprovação parlamentar da amnistia dos condenados das FP-25, pelo que o acesso a todos os documentos e a todos os factos compreendidos dentro desse período de tempo se torna essencial.

Quanto à segurança nacional, não se vislumbra qualquer interesse superior a salvaguardar. Acresce que vários historiadores portugueses estão de acordo em que a desclassificação destes arquivos é um passo importante para a compreensão rigorosa deste período da história contemporânea portuguesa.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, dizem-nos o Bloco de Esquerda e o Livre que importa tornar extensivo este pedido a todos os movimentos acusados de utilização de violência desde 25 de Abril de 1974 até à aprovação da amnistia parlamentar. E estão certos, na parte que a isso diz respeito, nas iniciativas legislativas que hoje apresentam, que não outras.

A extensão da permissão de consulta a esse período alargado trará a oportunidade de fixar a realidade onde, até hoje, apenas têm existido meras suposições, construções vagas e análises fluídas, porque baseadas em dados escassos, distorcidos ou, pura e simplesmente, falsos,…

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — … o que tem permitido que seja estabelecida uma pertença equivalência, uma falsa simetria entre duas realidades completamente distintas — a da resistência à implantação de um Estado totalitário, por um lado, e a do ataque a um Estado democrático de direito pelo outro.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Falsa simetria?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Aprende qualquer coisa!

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — Essa iniciativa será de toda a utilidade, desde que levada a cabo nos exatos termos aqui por nós propostos para as FP-25. Com clareza, concisão, respeito pela verdade e pelos factos.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fala no teu tempo!

O Sr. **Presidente**: — Para apresentação do projeto de lei do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Há um silêncio neste País que já dura meio século.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É o silêncio sobre quem pôs a bomba que matou o padre Max…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — … e a jovem de 19 anos, na Cumieira;…

Protestos do CH.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não é importante?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — … sobre quem armou as Forças Populares 25 de Abril;…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ah!…

O Sr. **Rui Tavares** (L): — A vida não é toda sagrada?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — … sobre a contabilidade do terror que dos anos 70 aos anos 80 fez mais de duas dezenas de mortos, da extrema-direita bombista à extrema-esquerda armada.

Vozes do CH: — Ah…!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Os documentos existem, estão guardados, mas ninguém, em 50 anos, tomou a decisão de os abrir.

Em 2016, um jornalista pediu para consultar esses papéis. Disseram-lhe que faltava um expurgo e que não havia data. Não há data até hoje. As melhores obras sobre esses anos foram escritas por quem teve de procurar a verdade fora dos canais oficiais. E há famílias que enterraram os seus sem nunca saberem por ordem de quem.

Este projeto faz uma coisa simples e uma coisa difícil. A simples: cria uma comissão independente que abre tudo, as FP-25 e a rede bombista, sem exceção, sem escolher metades. A difícil: pede a esta Câmara a coragem que meio século de democracia nos exige, com toda a disponibilidade de melhorar a proposta na especialidade.

A paz não pode ser o silêncio. O País tem o direito de conhecer a sua própria história, a inteira, não só uma metade conveniente. Um país não cura as suas feridas fingindo que não as tem — cura-as tratando-as.

É esse o tratamento que hoje propomos a esta Câmara — a verdade, toda ela, por inteiro.

Aplausos do L e do JPP.

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar o projeto de resolução do Livre, tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Portugal tem uma imagem de que justificadamente nos orgulhamos, de sermos um país cordial no qual os conflitos políticos se resolvem pelo diálogo.

Como sabemos, essa é uma imagem que foi conquistada duramente e que necessitou de um grande sentido de responsabilidade. E não foi sempre assim. Portugal já foi um país que teve momentos de violência política, até de guerra civil endémica, no passado mais distante, mas também de violência em períodos revolucionários e pós-revolucionários…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sim, e depois?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … que também nos preocupam, justificadamente.

Podemos chamar a esta imagem de cordialidade um mito que funciona. O problema não é que seja um mito, o problema é que funcione, que o saibamos fazer funcionar. E, para isso, é importante a maneira como olhamos para o nosso passado e a transparência que temos em relação a esse passado.

Ser contra a violência política e que todos os partidos sejam, é importante. Querer apenas dirigir os esforços de transparência para um lado é apenas utilizar a condenação da violência política para caricaturar adversários ou para fazer, digamos, gincanas políticas convenientes.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Mas também temos de ter em atenção uma condição essencial, para que a democracia também se legitime junto dos seus cidadãos. É que depois dizer que se mostras a violência política de um dos lados e mostras do outro, dependendo do debate que estamos a fazer atualmente, motivado pela forma como ele está a ser feito hoje em dia — nas redes, no cinema, na opinião pública —, isso também pode significar que a democracia se coloque perante uma posição que é de maior transparência do que aquela que deu à ditadura.

Eu não sei se as pessoas têm, nesta Câmara, e as que nos estão a ouvir, noção de que não há nenhum esforço do Estado português, não tem havido, para, generalizadamente, digitalizar, recolher os arquivos que têm a ver com a violência política durante a ditadura. Os historiadores que vão à Torre do Tombo e pedem por esses *dossiers*, veem *dossiers* e documentos que são expurgados, em situação que pode ser de dar mais garantias a bufos ou agentes da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) do que agora à violência política após a democracia.

Portanto, o que é importante é que a bitola seja a mesma para todos. É legítimo este Parlamento decidir que ela deve ser diferente, mas deve ser a mesma.

E é isso que o Livre vem fazer. Como é que tentamos evitar que, depois, esse critério cronológico se estenda indefinidamente até ao passado? Pois bem, que seja em relação ao sistema, ao regime, ao Estado pelo qual nós próprios temos responsabilidade. Nós somos a Assembleia da República e, portanto, a nossa responsabilidade tem a ver com a própria República Portuguesa. Seja violência operada em nome do Estado, paramilitar ou por grupos terroristas, todas devem ser tratadas de uma forma que tenha em conta o rigor histórico, que tenha em conta a transparência e a necessidade que o País tem de conhecer a sua história e condenar a violência política.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — E assim estão apresentados os respetivos projetos.

Agora, vamos passar à fase das intervenções. Para a primeira intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados: As FP-25 foram o maior grupo terrorista criado em Portugal desde o 25 de Abril.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Durante quase 10 anos, e quando Portugal procurava consolidar a sua ainda frágil democracia, as FP-25 foram responsáveis pelo maior número de mortos na história da democracia portuguesa.

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — É verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É importante referir que o terrorismo de extrema-esquerda fez mais de 20 mortos e dezenas de feridos. E nós nunca esquecemos as vítimas. E nessas vítimas estava um bebé de 4 meses,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade, uma vergonha!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … estava um agente da Polícia Judiciária e estavam quatro agentes da GNR (Guarda Nacional Republicana). E estava também Gaspar Castelo Branco, então, na altura, Diretor-Geral dos Serviços Prisionais, que foi assassinado pelas FP-25 à queima-roupa, cobardemente, com dois tiros na nuca, quando se preparava para chegar a casa.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Gaspar Castelo Branco sempre foi um homem de uma enorme coragem e determinação. Não vacilou e nunca se deixou intimidar pelas pressões dos terroristas, e pagou com a sua própria vida essa coragem e essa determinação. O País deve-lhe muito, como deve a muitos que naqueles momentos particularmente difíceis arriscaram a vida para fazer cumprir a lei, defender a democracia e proteger o Estado de direito.

Mas o Estado de Direito falhou, e falhou redondamente.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Após a maior operação policial de sempre, 79 membros da organização terrorista das FP-25 foram acusados num julgamento que, entre outros, condenou o terrorista Otelo Saraiva de Carvalho a 17 anos de prisão.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados da IL.

Mas estes terroristas condenados nunca cumpriram pena — nunca cumpriram pena! Sem nunca se terem arrependido de nada, foram amnistiados com o apoio do PS e do PC. E esta vergonhosa amnistia apenas contribuiu para o branqueamento político e moral do terrorismo de extrema-esquerda.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — De resto, alguns desses membros das FP-25 foram, pelo menos, militantes do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E do PS!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E porque a infâmia não tem fim, o PS e o Bloco de Esquerda incluíram terroristas nas suas listas nas eleições autárquicas.

Vozes do CDS-PP, do CH e da IL: — É verdade! Vergonha!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Srs. Deputados, é uma vergonha. E o que fizeram envergonha a democracia portuguesa.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Para terminar, apenas dizer, como disse Cavaco Silva, que a memória não prescreve e estamos aqui para defender as vítimas do terrorismo das FP-25.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do CH e da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A pretexto da desclassificação de documentos, com esta iniciativa, o propósito do Chega é ocultar a ação terrorista bombista entre 1975 e 1977,…

Protestos do CH.

… desencadeada contra o processo de institucionalização do regime democrático. Sobre isto, nem uma palavra do Chega, mas, já agora, também nem uma palavra do CDS.

O terrorismo bombista das organizações de extrema-direita,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E de extrema-esquerda?!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … que não se conformavam com Abril e que ambicionavam o regresso à ditadura — o MDLP (Movimento Democrático de Libertação de Portugal), o ELP (Exército de Libertação de Portugal), o Movimento Maria da Fonte, a FLA (Frente de Libertação dos Açores), a FLAMA (Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira) —, elegeram o PCP como alvo político principal a liquidar. Não conseguiram.

Protestos do CH.

Estas organizações terroristas foram responsáveis por 566 ações, de entre as quais 310 atentados bombistas, 136 assaltos, 58 incêndios, 36 espancamentos,…

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

… 16 atentados a tiro, mais de 10 pessoas foram assassinadas. Recordamos José Costa Lima, assassinado enquanto defendia o Centro de Trabalho do PCP em Ponte de Lima; António Almeida e Silva, dirigente sindical vidreiro, assassinado a tiro à porta do sindicato; o padre Maximino de Sousa e a estudante Maria de Lurdes Pereira, mortos à bomba em Vila Real; Manuel Joaquim do Vale Silva, espancado até à morte em Ponte da Barca; Maria Rosinda de Sousa Moreira, assassinada à bomba em São Martinho do Campo. Ou os dois diplomatas cubanos,…

A Sr.ª **Rita Matias** (PCP) : — Eram todos amigos, vocês!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … assassinados à bomba na Embaixada de Cuba, entre outros.

Este agendamento do Chega é parte da operação de subversão dos factos e acontecimentos, de manipulação e mentira, numa atitude revanchista e de ajuste de contas com Abril.

E para que fique claro, quanto às FP-25, a posição do PCP foi e é clara: condenámos sempre e condenamos a sua atuação. Na verdade, o PCP foi vítima do terrorismo bombista de extrema-direita após o 25 de Abril,…

Protestos do CH.

… que pretendiam destabilizar, criar o caos, para colocar em causa a liberdade e a democracia conquistada com o 25 de Abril.

Há ainda muito por revelar relativamente a este período.

Por isso, estamos de acordo com a desclassificação dos documentos, quer quanto ao terrorismo bombista das forças reacionárias contra o 25 de Abril, quer quanto às FP-25. Haverá, certamente, muitas informações…

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — Há!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … que ajudarão a compreender quem é quem e que poderão surpreender os mais incautos, mas também deixará cair a máscara a muitos que compactuaram, direta ou indiretamente, com as ações bombistas e terroristas.

Aplausos do PCP, do L e do BE.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Tens de ler o livro da Zita Seabra! Vais adorar!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Eu não reajo a provocações!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Hei de trazê-lo!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: As armas de Abril calaram uma ditadura. As armas das FP-25 tentaram calar a democracia.

A 5 de maio de 1980, seis anos depois do 25 de Abril, era assassinado Henrique Hipólito, um bravo soldado da GNR que jurou, perante a bandeira, dar a sua vida para defender a pátria e a Constituição — e deu.

No dia 30 de abril de 1984, Nuno Dionísio, bebé de 4 meses, morreu num ataque à bomba. Otelo Saraiva de Carvalho desvalorizou, referindo que todos os dias morrem milhares de bebés no mundo.

Em 15 de fevereiro de 1986, 12 anos depois do 25 de Abril, era assassinado a sangue frio Gaspar Castelo-Branco, diretor dos serviços prisionais — um atentado contra o Estado.

Para quem morreu pela lei, não houve honras. Para as famílias, não houve justiça. Mas para os assassinos, houve o perdão oficial. Tentaram lavar o sangue das calçadas com a tinta das amnistias.

A esquerda, que hoje exige tribunais de virtude para julgar séculos de história, é a mesma que recusa ajoelhar-se perante as vítimas do seu próprio terror. Nós condenamos todo o terrorismo, venha ele de esquerda ou venha ele de direita.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

E a esquerda? Condena?

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Não ouviu o que eu estive a dizer?!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, sejamos claros: as FP-25 foram o braço armado daqueles que nunca perdoaram aos portugueses o facto de a Revolução de Abril ter trazido a liberdade e não a ditadura do proletariado.

Protestos do PCP, do BE e do Deputado do L Paulo Muacho.

Nunca perdoaram que abril não fosse outubro. O terrorismo foi derrotado, mas a esquerda foi cúmplice — cúmplice no branqueamento, cúmplice na amnistia, cúmplice no silêncio.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

São fogo na avenida quando a violência vem da direita; silêncio sepulcral quando a violência vem dos seus.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Que disparate!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Nenhuma condenação, sem «mas» nem adversativas.

Pior, reabilitaram politicamente os operacionais, colocando-os em listas eleitorais. A mesma mão que acionava detonadores pedia agora o voto dos democratas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, podem aprovar as amnistias que quiserem, mas a história não prescreve. Nós não esquecemos o soldado Henrique, não esquecemos o bebé Nuno, não esquecemos o diretor Gaspar.

A violência política não se relativiza, não se perdoa — combate-se, derrota-se, pune-se. A democracia portuguesa venceu as FP-25. Agora, venceremos a cobardia moral de quem quis enterrar as vítimas para absolver a sua ideologia.

Aplausos da IL, do CDS e do Deputado do PSD Paulo Moniz.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados: Não obstante o intuito, que acho que não podemos descrever de outra forma que não provocatório, do debate ou da iniciativa que está na base deste agendamento, acho que todas as bancadas têm um dever, e esta Câmara tem um dever, perante todas as vítimas de violência política — da extrema-esquerda, da extrema-direita, de onde quer que ela venha —, os seus familiares e todos aqueles que investigaram os crimes cometidos em vários momentos e que foram todos eles objeto de repúdio e de condenação. Acho que todos eles merecem, da parte da Câmara, que não instrumentalizemos este debate e que não os instrumentalizemos para abrir guerras culturais e para dividir aquilo que a democracia portuguesa teve a sabedoria de ser capaz de construir.

Protestos do Deputado do PSD Paulo Moniz.

Eu acho que não deve haver um segundo de dúvida na cabeça de ninguém nesta Câmara quanto ao repúdio da violência como forma de intervenção política desde a restauração da democracia, desde o 25 de Abril de 1974, repudiando, de todos os campos, aqueles que optaram por essa via em detrimento de outras.

Por isso, hoje o que temos é uma provocação neste sentido.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ah!…

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — É seletiva porque apenas pretende olhar para um dos lados, esquecendo toda a outra violência política praticada contra quem também tentava construir a democracia. É enviesada pela razão que apontei: quer construir uma guerra cultural para fazer, em 2026, ajustes de contas com o passado que os fundadores da democracia tiveram a sabedoria de ser capazes de afastar para que a comunidade política nacional se reconstruísse.

Muitos apontam até o facto de a democracia portuguesa ter optado por não julgar os responsáveis do antigo regime,…

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Mas não esquecem!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — … por ter sido leniente em excesso com aqueles que, de facto, praticaram crimes em nome do Estado em vários pontos do mundo, não só no território nacional como nos antigos territórios ultramarinos. E a generosidade da democracia portuguesa — a generosidade que permite o uso da palavra, neste mesmo debate, a quem beneficiou dessa generosidade — deveria levar-nos a ponderar o que temos como dever perante a história e perante os nossos concidadãos no dia de hoje.

Aplausos do PS e do L.

Há várias formas de encarar o passado. Há Estados que julgaram os crimes das suas ditaduras; há Estados que construíram comissões de reconciliação, de justiça, de verdade, para confrontar os algozes com os torturados do passado; e há alguns que tomaram o caminho que este País também tomou, que foi o de não abrir feridas e seguir em frente. É discutível esta opção, mas foi uma opção que deu paz e estabilidade política, sem violência no essencial, durante 50 anos.

As decisões em Portugal, no Portugal democrático, decidiram-se pelo voto e nas urnas, e aqueles que optaram pela violência foram ostracizados por todos, restaurando-se a capacidade da nossa democracia de superar estes problemas.

Neste contexto, o Livre e o Bloco de Esquerda apresentam um projeto de resolução e um projeto de lei bem-intencionados, cujo objetivo é não ser secretário nem seletivo com a violência política, venha ela da esquerda ou da direita, valorizando a investigação e olhando para o papel que a memória deve ter na construção das nossas sociedades. Contudo, na nossa perspetiva, parece-nos que caem na armadilha da iniciativa que o Chega lhes lançou, precisamente porque este caminho vai necessariamente levar à divisão, à polarização, à abertura de feridas e ao alimentar de extremismos que, com sabedoria, a democracia foi capaz de evitar.

A pergunta que devemos fazer é: 50 anos é tempo suficiente para não recearmos abrir os documentos? Não sei. Na dúvida, perante as intenções declaradas de querer abrir uma guerra cultural, perante o momento de radicalização e de extremismo e de vontade de voltar a cavalgar estes temas, eu acho que não devemos fazer este exercício de viajar no tempo para fazer mal agora, em 2026, o que fizemos bem em 1976, nos anos 80 e nos anos 90.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Tens medo!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — E, portanto, a primeira razão pela qual não acompanhamos os projetos é esta mesma: eles não são úteis à democracia em 2026.

Mas, mais do que isto, elas também oferecem problemas jurídicos, são diplomas que temos em cima da mesa, e a criação de uma estrutura administrativa *ad hoc* com competência técnica para todos os casos, passando por cima de legislação que já existe na nossa ordem jurídica para estes temas, não nos parece uma boa solução, desde logo porque há regras sobre desclassificação de documentos. De facto, como muitas das intervenções bem demonstram, não sabemos até que ponto é que eles podem ou não ser desclassificados, porque não nos cabe a nós saber se devem ou não ser classificados. Há regras sobre classificação de documentos, há regras sobre desclassificação de documentos e, mais do que isso, há regras sobre credenciação das pessoas que podem manusear documentação classificada.

É, aliás, um dos problemas do projeto que o Bloco nos apresenta: criar uma comissão *ad hoc* sem ter a garantia e a certeza de que as pessoas que vão avaliar documentos sensíveis da perspetiva da segurança interna e externa do Estado o podem fazer. Pelo menos esse elemento também devia constar da iniciativa. Não atende ao regime das matérias classificadas no seu todo; apenas aponta parcialmente para alguns. E não cria, na verdade, critérios novos para a desclassificação. O que lá se encontra são os critérios que hoje vigoram na nossa ordem jurídica, no regime do segredo de Estado, das matérias classificadas e de todos os outros, e que são aqueles que o decisor que vai ter de desclassificar teria ou não de aplicar.

De facto, precisamos de um remédio geral em algumas matérias. O regime das matérias classificadas é antigo, precisa de uma revisão ampla. A matéria dos arquivos e do acesso aos arquivos para a investigação histórica precisa de uma revisitação, até por causa do RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados). Se calhar, concentremo-nos nesse debate geral para a necessidade de lidarmos com a história e não abramos feridas desnecessariamente e sem nenhuma vantagem para o presente.

Pode isto dificultar o trabalho historiográfico? Sim, é inegável. É este um preço que devemos, se calhar, pagar por mais alguns anos e num momento de extremismo significativo? Penso que a resposta volta a ser que sim. Se calhar, é um sacrifício que a democracia vai voltar a ter de pagar.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento, mas terá de esclarecer numa outra plataforma.

Para o primeiro, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Taxa, do Chega.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, com toda a calma e com toda a tranquilidade, disse mais ou menos que quem queria a violência foi por todos ostracizado.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ostracizado?! Por quem?!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Não sei se terá sido por todos, desde logo, porque foi o Presidente da República Mário Soares que, em 1991, fez o que fez, e nós sabemos o que é que fez.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Depois, como se isso não bastasse, em 1996 — julgo eu, não estou em erro, acho que não —, houve uma amnistia parlamentar para respaldar aquela que tinha sido uma errada decisão do então Presidente da República socialista Mário Soares, devo dizer, porque apontei, amnistia parlamentar essa viabilizada com os votos do Partido Socialista, mas já agora com o voto daqueles que dizem que o fim da União Soviética foi uma tragédia e do Partido Ecologista «Os Verdes».

É bom lembrar, Sr. Deputado, que esta amnistia caiu que nem ginjas a um daqueles que, para mim, é dos maiores terroristas desta pátria, chamado Otelo Saraiva de Carvalho.

Aplausos do CH.

Acontece, Sr. Deputado, que, enquanto noutras latitudes do mundo, os terroristas são condenados, em Portugal são alvo de condecoração. Coloca-se-lhes uma coisinha na lapela, «belos préstimos que fizeste a este País».

Julgo que estamos conversados sobre a pertinência da sua intervenção e aquilo que quis disfarçar, Sr. Deputado.

Mas termino com uma palavra para o Bloco de Esquerda, para dizer o seguinte: Sr. Deputado Fabian Figueiredo, estamos completamente de acordo com a desclassificação dos documentos e eu hoje quero contribuir para essa desclassificação, ajudando o meu País. Portanto, Sr. Deputado, queria deixar-lhe um documento desclassificado por mim e que pode servir de mote e de início a esse trabalho que o Bloco de Esquerda quer fazer. É, nada mais nada menos, do que um documento com os nomes e as caras dos ex-FP-25 que o Bloco de Esquerda teve a alegria de incluir nas várias listas que foi apresentando.

O orador exibiu um cartaz.

É um bom trabalho, pode começar por aqui, Sr. Deputado.

Mas ainda, Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, porque foi o Partido Socialista que amnistiou e perdoou este gangue de terroristas e criminosos, não venha com falinhas mansas. Aquilo que os senhores amnistiaram foi este terror, Sr. Deputado.

O orador exibiu um documento.

Tenham vergonha!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem também a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, é uma questão muito direta, portanto, dispensa uma resposta juridicamente prolixa: se é verdade que todos ostracizamos os ex-operacionais das FP-25, porque é que eles fizeram parte das listas do Partido Socialista, ainda há cinco anos, para a Câmara Municipal de Setúbal?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Oh! Ó homem…! O que é que isso interessa?!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Aliás, eu esqueci-me de mencionar: PJ (Polícia Judiciária), Álvaro Militão. Esqueci-me de mencionar!

Ou então, Bloco de Esquerda, porque é que os colocaram nas listas também? Se houve essa ostracização, porque é que estavam nas vossas listas?

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

É fácil, Sr. Deputado, é porque a ostracização não foi para todos, de facto. Houve quem calasse e consentisse.

Aplausos de Deputados da IL.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Vocês são os tradicionais que apoiavam o Pinochet! Os liberais! Chicago *boys*!

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, para uma intervenção, se faz favor.

Continuação de protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias e de contraprotestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Grandes fascistas, pá!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, comece a falar. Talvez…

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente…

O Sr. **Presidente**: — Mas comece, vá por mim…

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A democracia não tem medo da verdade. Quem tem medo da verdade é quem prefere o silêncio, o apagamento e a conveniência histórica. Portugal ainda tem demasiadas páginas da sua história escondidas em arquivos dispersos, destruídos ou inacessíveis. Isso aplica-se a toda a violência política, venha ela da ditadura, da extrema-direita, da extrema-esquerda ou até mesmo de organismos do próprio Estado.

Não pode haver memória seletiva, não pode haver vítimas de primeira e vítimas de segunda. A democracia honra-se quando olha para o seu passado com coragem, transparência e sentido de justiça.

Abrir arquivos, preservar documentação e garantir acesso público não é reabrir feridas; é impedir que o esquecimento apague responsabilidades e ensinamentos históricos — porque um país que não conhece plenamente a sua história fica mais vulnerável à manipulação, ao extremismo e ao revisionismo.

Por isso, tudo o que contribui para mais verdade, mais transparência e mais memória democrática merece ser encarado com seriedade por esta Assembleia.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Quem passa o átrio da Faculdade de Direito em Lisboa e vê os nomes de Ribeiro Santos ou Alexandrino de Sousa, percebe bem que a violência política, nos seus extremos, não conhece limites. Com isso, perdemos vidas e, acima de tudo, perde a democracia.

Só que o debate que o Chega hoje aqui nos quis trazer não é de todo um debate sobre a história de um período pós-revolucionário após o 25 de Abril. O objetivo é muito claro, colocar portugueses uns contra os outros,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não eras nascida, mulher! Não eras nascida!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … é colocar a esquerda contra a direita. Não é tão-pouco fazer um revisionismo também sobre aquilo que a ditadura e o fascismo nos trazia, porque, com o fascismo, o Chega lida muito bem, aliás, com o seu saudosismo salazarento, a que já nos habituou.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Também eu tenho saudades! Nasci em 77!!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Mas, Sr.as e Srs. Deputados, valorizamos as iniciativas quer do Bloco quer do Livre, que o PAN acompanhará. Há, de facto, uma violência política, tanto da esquerda como da direita, e o Chega nega essa existência, que nos parece que é importante retratarmos, até porque não podemos esquecer-nos de que o negacionismo vai ao ponto de negar organizações terroristas que eram contra a liberdade de um povo.

Protestos da Deputada do CH Felicidade Vital.

Com isso, querem reescrever uma história, em particular do que nos libertou do fascismo. O PAN não compactuará com isso e, por isso mesmo, irá votar contra esta iniciativa.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Isso faz toda a diferença!

Protestos do PAN.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Rodrigues.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A primeira questão que há que falar relativamente a este assunto — e é bom que partamos dessa premissa — é que tanto condenamos o terrorismo praticado pela extrema-esquerda como pela extrema-direita. Lamentamos as mortes, quer tenham resultado da extrema-esquerda quer da extrema-direita.

A segunda questão, ou segunda premissa, se quisermos, que parte desta é: porque é que estamos a discutir isto hoje e porque é que estamos a discutir isto agora? Parece que alguns querem fazer contas com a história porque não estão satisfeitos com aquilo que aconteceu. Nós não estamos satisfeitos, mas temos noção daquilo que aconteceu.

Mas aquilo que está em discussão é verdadeiramente uma questão de Estado. Estamos disponíveis para pôr em causa o Estado naquilo que é mais sagrado, naquilo que é o segredo de Estado, naquilo com que nos importamos no Parlamento, naquilo que é feito em órgãos próprios, que foram escolhidos por esta Assembleia?

Ou queremos tornar isto uma chicana política, uns contra os outros, a reviver a história que está revolta, que está revista e que está tratada?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Meu Deus! Nem o Bloco de Esquerda falou assim!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — O que se quer com estes projetos de resolução ou com este projeto de lei é voltar a criar a confusão e o caos político em Portugal. Quer-se fazer isto à conta de quê? Quer-se fazer isto à conta de documentos que têm classificação de Estado. E é bom que se diga isto, é uma matéria sensível: a classificação de Estado não é algo que se aponha apenas com uma caneta em cima de um documento. E a desclassificação é muito mais complexa, muito mais grave e exige muito maior atenção do que a própria classificação. Porquê? Porque em muitos desses documentos, por muito boa vontade e muito boas intenções que aqui sejam proclamadas, há matérias que não têm a ver, sequer, com os crimes que estavam em causa. Têm a ver com proteção de dados pessoais, têm a ver com mecanismos de funcionamento até de serviços de inteligência, têm a ver com mecanismos, modelos e cuidado relativamente a operações policiais.

E isto significa, acima de tudo, que não se pode, levianamente, dizer que queremos desclassificar documentos de Estado, assim, de um momento para o outro, porque a lei não o permite, porque a lei exige que, para a desclassificação de um documento, ele seja revisto. E se for considerado que não pode ser desclassificado, são precisos quatro anos — a própria lei o diz — para avaliar documento, período que a lei estabelece para a classificação desses mesmos documentos.

Os documentos são classificados por uma razão: eles afetam a nossa estrutura enquanto Estado. Os documentos são desclassificados porque é preciso conhecer o que lá está, mas é em seu devido tempo, em seu devido momento, e não é este o momento para poder fazer isso, quando nós temos a consciência…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quando? Mas quando é que o fazemos?

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — …de que matéria que diga respeito a relações com Estados terceiros e a mecanismos de funcionamento de órgãos estrangeiros que agiram em Portugal — tem a ver com a sensibilidade desta discussão — não pode ser, como vos dizia há pouco, levianamente tratada.

O que está aqui a ser feito é leviandade. O que está aqui a ser feito é utilizar documentos de Estado para fazer chicana política. O que está aqui a ser feito é uma impossibilidade legal, que afeta, inclusivamente, leis deste Parlamento, porque, levianamente, estes projetos apareceram, apenas e só, porque a direita não se consegue entender com a esquerda…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual direita? Vocês são o quê? Não são nada!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — … felizmente e seguramente no futuro.

E a esquerda não se consegue entender com a direita relativamente a essa matéria porquê? Porque querem apenas e só combater-se a si mesmos, em vez de se preocuparem com o Estado, em vez de se preocuparem com os problemas, com as relações que o Estado tem com terceiros e, acima de tudo, em vez de protegerem aquilo que é o nosso próprio funcionamento.

E cuidado: a Lei que aprova o Regime do Segredo de Estado estabelece uma entidade fiscalizadora do segredo de Estado, cuja criação é aprovada por este Parlamento. Ninguém quer saber dela. Nenhum dos projetos fala disto.

Nós próprios renegamos as leis que queremos criar e temos de criar, porque, acima de tudo, queremos usar pequenas coisas que aconteceram no passado — que agora só contribuem para pôr uma parte da sociedade contra a outra —, em vez de cuidarmos daquilo que é mais relevante, que é o próprio Estado, onde estamos inseridos.

Por isso, nós não podemos aceitar nenhum destes projetos. Alguns até assumem uma forma pior, porque queriam estabelecer novas estruturas dentro deste Parlamento, como se isso fosse uma solução para este tipo de problemas tão parcelares.

Acima de tudo, há que ter cuidado com aquilo que é do Estado, há que ter cuidado com aquilo que nós próprios decidimos, há que ter cuidado com aquilo que é a Lei do Segredo de Estado, porque só ela nos dá garantias quando é necessário proteger o próprio Estado, do qual nós também somos defensores.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Quem é que está inscrito? O Sr. Deputado Paulo Núncio.

Foi transferido 1 minuto do Partido Social Democrata para o CDS-PP. Tem 1 minuto.

Agora sim, Sr. Deputado, para não haver confusão, tem 45 segundos mais o tempo de tolerância.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves começou a sua intervenção com a palavra «provocação». A verdadeira provocação, Sr. Deputado, é incluir nas listas do PS…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora! Ora bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … um terrorista condenado a 15 anos e 6 meses de prisão…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … por ter assassinado um agente da Polícia Judiciária…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … e sem nunca se ter arrependido de nada do que fez.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É mais que provocação, Sr. Deputado. É uma vergonha.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É uma vergonha!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E o PS mostrou que não tem vergonha e prestou um péssimo serviço à democracia portuguesa. É um autêntico insulto à liberdade e à democracia em Portugal, aquilo que o Partido Socialista fez e continua a fazer.

Aplausos do CH.

É uma vergonha. E incluir terroristas condenados…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É uma vergonha terem transformado esse partido num partido fascista!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … por terem assassinado agentes da Polícia Judiciária nas vossas listas nas eleições autárquicas. Vergonha, PS! Vergonha!

Aplausos do CH e Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: —Não tenho mais inscrições. Vou dar a palavra ao Sr. Deputado…
Entretanto, inscreveu-se o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Há uma coisa que é o telefone! Liga-se lá para cima!

O Sr. **Presidente**: — Tem 59 segundos, Sr. Deputado.

Sr. **Rui Tavares** (L): — Aos Srs. Deputados do PS e do PSD: creio que não podemos ficar numa situação em que ou há transparência total ou, então, simplesmente não se trata dos documentos.
Há muita coisa a fazer, nomeadamente, levá-los para a Torre do Tombo, para que eles sejam devidamente catalogados e classificados. Não é estarem em lugares onde não sabemos da sua segurança, não sabemos quem é que os pode roubar, não sabemos quem é que pode ir lá buscar informação classificada.

Protestos do Deputado do PSD António Rodrigues.

Levar as coisas a sério, Sr. Deputado António Rodrigues, é levar os documentos a sério. Como historiador, quero que eles sejam levados a sério, porque senão, nesse limbo é que sobrevive este tipo de política, em que nos esquecemos de dizer que aqui, depois do 25 de novembro — que é a data da normalização —, temos o assassinato de dois sindicalistas, logo no dia 27, de militantes do PSD; em que temos cerco a sedes dos partidos…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O congresso do CDS!

Sr. **Rui Tavares** (L): — …, do PCP; mas não é só em 1976. Temos isso até 2016, na verdade.
E, depois, temos também partidos que fazem cartazes com pessoas que foram responsáveis por massacres em África.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E do PS?

Sr. **Rui Tavares** (L): — Ou temos, por exemplo, um país onde vamos agora ter os 100 anos de massacres que a ditadura perpetrou perante a sociedade civil, alguns aqui bem perto, e não é relembrado. É esse o problema quando deixamos as coisas às escuras.

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

O Sr. **Presidente**: — Por cedência de parte do tempo do PSD ao PS, o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves tem 17 segundos para intervir.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Muito brevemente: Sr. Deputado Paulo Núncio,…

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Pinto quer…?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, há aqui uma coisa que é importante nós esclarecermos.
O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves teve dois pedidos de esclarecimento e não respondeu. E agora tem cedência de tempo e vai responder? Ou seja, as coisas não podem ser assim. Isto tem de haver regras. Eu sei que o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves não tem regras.

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

Isto não tem regras.

O Sr. **Presidente**: — Não tem nada a ver com o Sr. Deputado. Não lhe vou permitir mais interrupções.

Aplausos do CH.

Sr. Deputado Pedro Pinto, não tem razão nenhuma neste caso, não tem.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tenho, tenho. Tenho toda a razão! O problema é esse!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves não tinha tempo para esclarecer e agora…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E agora tem?!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Tinha tempo, pá!

O Sr. **Presidente**: — Não ouviu o que eu disse. O PSD dispôs de tempo para o Partido Socialista e, ao dispor de tempo agora para o Partido Socialista, criou uma oportunidade para o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves poder intervir. E é por este motivo que lhe vou dar a palavra.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Muito telegraficamente: Sr. Deputado Paulo Núncio, a oportunidade que teve neste debate de, construtivamente, ajudar a superar as feridas do passado desbaratou-a.

É que, se o objetivo é ser sério nesta construção, não é para insultar os outros. Não é, seguramente, para insultar os outros, se é para tentar ser construtivo.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O PS que não inclua terroristas comunistas! Terroristas condenados!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Deputado Rui Tavares, há regras sobre conservação de documentos. E essas regras determinam que, enquanto estão classificados, não podem ir para a Torre do Tombo.

Mas temos regras em vigor que podemos melhorar e esse é o ponto. Há regras em Portugal sobre como lidar com o acesso à documentação. Melhoremo-las. Não criemos um caso onde, manifestamente, a intenção é provocar dichotes, é provocar insultos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Rodrigues, que tem 11 segundos.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS)*:* — É bufo da PIDE. Estão todos guardados. É ex-PIDE. Não há desculpa!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Terroristas!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O PS está cheio de medo do Mário Soares!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É a direita do Pinochet!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, um comentário final, relativamente a esta matéria, para deixar muito clara esta situação: ao querer desclassificar documentos, fica provado que a única coisa que querem são armas de arremesso político entre cada um dos lados e não se preocupam, sequer, com a história.

E aqueles documentos que, em 30 anos, não foram mexidos, não é seguramente agora que o vão ser, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não sabemos!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Não sabemos? Havemos de saber quando eles forem desclassificados.

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já acabou o seu tempo.
Sr. Deputado Fabian Figueiredo, tem 15 segundos, para uma intervenção.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — A importância de estes arquivos serem organizados prova-se, até, pelo conteúdo deste debate, porque não só as FP-25 foram um crime contra a democracia e foram amnistiadas, como também foi um crime o que Ramiro Moreira fez à democracia portuguesa. E foi indultado por Mário Soares e Cavaco Silva.
Nós temos de debater a história toda e isso faz-se organizando o arquivo, disponibilizando-o a jornalistas e académicos e não inventando desculpas para o continuar a esconder.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Pinto, tem 2 minutos e 31 segundos para encerrar.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Ui, tanto tempo!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Chega trouxe hoje um projeto e uma iniciativa que se limitava a pedir transparência sobre um período negro da nossa história.
Mas, pelos vistos, quando trazemos alguma coisa a falar de transparência, o PS e o PSD unem-se e não querem transparência. Já estávamos habituados a isso.
Temos o Partido Socialista, esse sim, seletivo e sectário, porque, se a proposta viesse da esquerda: «Ah, esta proposta é boa!» — aliás, o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves disse isso. Como vem da direita: «Ai, já não presta para nada!».

Protestos do PS e do Deputado do L Paulo Muacho.

É sempre assim, o PS. Isso é que é ser seletivo e sectário, que é o que faz o Partido Socialista. E quem faz provocações é este novo Partido Socialista que o Sr. Deputado domina nessa bancada.
Quanto ao projeto de lei do Bloco de Esquerda, este tem 24 páginas. Realmente, páginas tem muitas. E tem 10 páginas de exposição de motivos. E, na exposição de motivos, dedica 123 linhas ao terrorismo da extrema-direita — 123 linhas! — …

Protestos do L.

… e 17 linhas às FP-25. Veja-se bem a diferença que há neste projeto de lei do Bloco de Esquerda, que quer criar mais uma comissão, mais tachos, mais tachinhos, mais clientelas para os seus amigos historiadores, etc., etc. Não sei se o Sr. Deputado Rui Tavares também entraria nisto ou não.

Risos.

Protestos do L.

Mas fala muito também desse grande arauto do jornalismo isento, que é Miguel Carvalho.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Nem consegue ler 20 páginas!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Esse arauto do jornalismo, que foi militante do PCP e de quem o Sr. Deputado Fabian Figueiredo fala muito neste projeto de lei. Mas o Bloco quer relativizar o terrorismo de esquerda.

Em 2 de março de 1996 — talvez tenha sido a maior traição ao povo português —, com votos do PS e do PCP, com o aval do Presidente da República de então, Mário Soares, amnistiaram os crimes da associação terrorista FP-25. Foram os maiores traidores da nossa pátria.

Aplausos do CH.

Connosco, esses terroristas não seriam amnistiados. Connosco, esses terroristas não estariam nas listas das autárquicas, quer do Bloco de Esquerda quer do Partido Socialista. Connosco, esses terroristas estariam presos, estariam a apodrecer na cadeia, que era onde eles tinham de estar.

Aplausos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.ª Deputada Paula Santos, quem gosta de ocultar documentos, quem gosta de não reescrever a história…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — É o Chega!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … é o PCP.

Mataram os seus adversários políticos, como tem feito o comunismo em todo o mundo, quer em Cuba, quer na Venezuela, quer na União Soviética, que a Sr.ª Deputada Paula Santos tanto defende.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Não deixa de ser curioso também que os partidos políticos que vêm aqui condenar as organizações terroristas não tenham votado a favor do nosso projeto, quando nós quisemos que os «antifas» fossem considerados também uma organização terrorista em Portugal.

A Sr.ª Rita Matias (CH): — Muito bem!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Está terminado este ponto.

Devo dizer que, dado o tema, acho que foi um debate que dignificou todos. Expuseram as suas posições, com o debate democrático a ter funcionado. Como Presidente da Assembleia da República sinto-me, hoje, também particularmente honrado por ter dirigido estes trabalhos.

O próximo ponto é o debate, na generalidade, dos Projetos de Lei n.os 555/XVII/1.ª (PS) — Aprova o modelo societário e os estatutos da Lusa — Agência de Notícias de Portugal, S.A., 601/XVII/1.ª (IL) — Mais independência para a Lusa, 604/XVII/1.ª (PCP) — Aprova o modelo societário e os estatutos da Lusa - Agência de Notícias de Portugal, como Entidade Pública Empresarial, E.P.E., e 605/XVII/1.ª (L) — Aprova o modelo societário e os estatutos da LUSA, conjuntamente com os Projetos de Resolução n.os 906/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que assegure a independência editorial, a autonomia institucional, a transparência financeira e o escrutínio parlamentar da Lusa — Agência de Notícias de Portugal, S.A., e 937/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a valorização da Agência Lusa, o reforço da sua independência e o combate à precariedade laboral.

Vou dar a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Paulo Lopes Silva, do Partido Socialista.

O Sr. **Paulo Lopes Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A Lusa não é uma empresa como as outras; é a espinha dorsal da informação em Portugal, a fonte a que recorrem os jornais, as rádios, as televisões e os órgãos de comunicação social local — sem ela, muitos ficariam simplesmente sem acesso à atualidade nacional.

Num momento em que a desinformação prolifera e em que o jornalismo de proximidade enfrenta dificuldades, uma agência noticiosa pública, independente e de referência é uma necessidade democrática.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Independente é que ela não é!

O Sr. **Paulo Lopes Silva** (PS): — Foi essa convicção que deu sentido à decisão de tornar a Lusa integralmente pública, um processo iniciado pelos Governos do Partido Socialista e concluído pelo atual Governo, em novembro do ano passado. O Estado português é hoje o único acionista da Lusa, e é precisamente por isso que o modelo de governança da agência importa tanto.

Havia uma ideia partilhada por forças políticas diversas de que a Lusa, sendo 100 % pública, precisava de um modelo de governação que a blindasse de influência política; que a independência editorial não poderia depender da boa vontade de cada Governo; que as garantias tinham de ter força de lei.

Essa ideia tornou-se incontornável com a entrada em vigor do Regulamento Europeu da Liberdade dos *Media*, o EMFA (European Media Freedom Act).

O direito europeu é hoje explícito: os prestadores de serviço público de comunicação social têm de ter órgãos de gestão escolhidos por procedimentos transparentes e independentes, financiamento previsível e proteção efetiva contra interferências políticas e económicas. Não é uma recomendação, é uma obrigação.

Foi neste contexto que o Sr. Ministro Leitão Amaro decidiu agir, mas não da forma esperada. Em vez de promover o consenso, interrompeu-o. Em vez de trazer o modelo ao Parlamento, aprovou os estatutos da Lusa por ato societário, em janeiro deste ano, como se se tratasse de uma mera deliberação de acionista. Sem lei, sem debate, sem a Assembleia da República.

Aplausos do PS.

Este vício de origem tem outro problema: o que um Governo aprova por ato societário, outro Governo pode, amanhã, alterar pela mesma forma, sem debate, sem lei e sem Assembleia da República.

Os estatutos da Lusa ficam reféns de cada mudança de Governo. Devíamos todos, independentemente do partido, ter interesse em que assim não fosse. Esta foi, ainda por cima, uma alteração feita de forma pouco participada, sem auscultação e sem envolvimento.

Esta preocupação foi adensada recentemente pelo episódio em que um membro do gabinete do Sr. Ministro interpelou representantes da Comissão de Trabalhadores da Lusa em tom insultuoso e intimidatório — comportamento que o próprio chefe de gabinete reconheceu como inadequado, apesar de o Sr. Ministro nunca se ter desculpado.

Os estatutos assim aprovados são também substantiva e substancialmente deficientes. O Conselho Consultivo criado tem poderes meramente consultivos, não vinculativos, e mantém-se na esfera acionista.

E há uma contradição que importa nomearmos com clareza: os próprios estatutos impõem que a Assembleia da República indique membros para o Conselho Consultivo. O Governo usou o nome desta Casa para dar uma aparente legitimidade democrática a um processo de que a excluiu completamente. Nunca nos perguntaram, simplesmente incluíram-nos.

Entenderam que um ato societário podia criar obrigações à Assembleia da República.

Aplausos do PS.

Não admira, pois, que a irregularidade não seja arguida apenas pelo PS. O Sindicato dos Jornalistas apresentou uma queixa formal ao Provedor de Justiça, invocando violação da Constituição e do EMFA.

O PS apresenta hoje este projeto para repor aquilo que nunca devia ter sido perturbado: a normalidade democrática.

Queremos dar aos estatutos da Lusa dignidade de lei, legitimidade parlamentar e conformidade com o direito europeu. Queremos um processo de especialidade sério, participado, que ausculte trabalhadores, jornalistas e a sociedade civil. O Estado investiu o dinheiro dos contribuintes para tornar a Lusa integralmente pública, e esse investimento exige o escrutínio que só uma lei aprovada por este Parlamento pode garantir.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Lopes Silva** (PS): — Fazemo-lo num dia que fala por si. Hoje, os trabalhadores da Lusa estão em greve; a segunda paralisação em dois meses, depois da manifestação de março, em que saíram à rua com uma mensagem muito clara: nós queremos escrever sobre o Governo, não queremos escrever para o Governo. Estão concentrados em frente a este Parlamento e a pedir exatamente o que estamos aqui a pedir, que esta Casa assuma o seu papel e as suas responsabilidades.

Aplausos do PS e da Deputada do L Filipa Pinto.

O modelo que propomos é inspirado no modelo da RTP (Rádio e Televisão de Portugal), uma solução que o próprio PS não apoiou à data, mas que o tempo demonstrou ser equilibrada,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ah, não tenha dúvida!

O Sr. **Paulo Lopes Silva** (PS): — … funcional e merecedora de consenso alargado — menos, ao que parece, do Sr. Ministro da Presidência e, aparentemente, do Deputado Hugo Soares.

Não somos, porém, dogmáticos. Reconhecemos virtudes noutros projetos aqui presentes: a exigência e transparência, da IL, na escolha da administração; a participação mais substantiva dos trabalhadores, nos modelos à nossa esquerda; e até as preocupações legítimas, apresentadas à direita e à esquerda, nos projetos de resolução.

Estamos disponíveis para trabalhar na especialidade. O que pedimos é simples, que desta votação resulte um mandato claro para a especialidade: estatutos com legitimidade de lei, conformes com o EMFA, discutidos de forma plural e participada. A Lusa merece isso, a democracia portuguesa também.

Aplausos do PS.

Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.

A Sr.ª **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Marcus Santos, do Grupo Parlamentar do Chega. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados: O Partido Socialista vem hoje apresentar-se como defensor da independência lusa,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Independência lusa?!

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — … mas convém não reescrever a história. Foi o PS que passou anos a assistir ao fecho de jornais e rádios locais,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — … à perda de cobertura informativa em muitas regiões do País e à degradação do pluralismo informativo em Portugal. Por isso, não venha agora posar como guardião da liberdade editorial.

A verdade é esta: o Governo criou um modelo em que o Estado é dono da Lusa, financia a Lusa e mantém influência decisiva sobre quem manda na Lusa. Isto não é independência! Isto é um risco sério de controlo político sobre a agência noticiosa pública.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — E aquilo que os portugueses não querem é uma Lusa transformada numa espécie de Al Jazeera portuguesa, onde uma linha editorial acabe condicionada pelos interesses estratégicos de quem controla o poder. Os próprios trabalhadores perceberam isto antes de toda a gente, e por isso hoje estão em greve.

Os sindicatos falam em risco de ingerência política, a Comissão Europeia acompanha o processo e Portugal arrisca até dúvidas de conformidade com o European Media Freedom Act.

Por isso, a pergunta ao PS é direta: reconhecem, ou não, que os estatutos aprovados pelo Governo abriram a porta a uma maior influência política sobre a Lusa? E, já agora, porque recusam o mecanismo de escrutínio parlamentar efetivo sobre uma entidade sustentada com milhões de euros dos contribuintes?

O Chega não aceita nem captura partidária, nem captura sindical, nem fusões encapotadas entre a Lusa e a RTP.

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Lopes Silva, para responder.

O Sr. **Paulo Lopes Silva** (PS): — Sr.ª Presidente, Sr. Deputado Marcus Santos, no fundo, começa a intervenção com um grande entusiasmo contra o Partido Socialista, mas depois reproduz os argumentos que o Partido Socialista acaba de apresentar e a motivação para hoje estarmos aqui a discutir um projeto de lei sobre os estatutos da Lusa e não um ato societário, como o que o Governo fez.

Uma coisa lhe devo dizer, Sr. Deputado, para que fique claro também: relativamente à independência dos órgãos e à forma como a comunicação social é tratada em Portugal, não levamos lições de um partido que tem um órgão de comunicação social com condenações da ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social) por prática de desinformação.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vocês não têm! Vocês dominam a ERC!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Ter um Sócrates é que é bom!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Falas no Sócrates, é porque já perdeste!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Está inscrito para uma intervenção, pela Iniciativa Liberal, para apresentação da sua iniciativa legislativa, o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr.ª Presidente, não há maior ironia neste debate do que hoje termos a Lusa ausente da bancada de imprensa. A Lusa não é uma empresa qualquer, é a agência noticiosa nacional, uma infraestrutura e uma ferramenta essencial do ecossistema mediático. É fonte diária de informação para os órgãos de comunicação social nacionais, locais e regionais; é presença informativa no território, nas regiões autónomas, nas comunidades portuguesas, no espaço lusófono e no acompanhamento internacional; é garante de pluralidade e de veracidade.

A posição da Iniciativa Liberal é conhecida: o Estado não deve ter órgãos de comunicação social. A verdade é que, por falta de escala e porque em Portugal o modelo híbrido da Lusa não funcionou, a solução para garantir a existência de uma agência noticiosa como é a Lusa trouxe-nos a este ponto. Com a aquisição da totalidade do capital social da Lusa, o Estado passou a ser acionista único de duas estruturas do ecossistema de comunicação social em Portugal: a RTP, com rádio, televisão e plataformas; e a Lusa, enquanto agência noticiosa.

Neste debate, provavelmente não vamos ouvir tantos elogios ao modelo britânico como ouvimos quando se fala da RTP. Desta vez, a BBC não vai estar na ponta da língua de muitos, porque a principal agência noticiosa britânica é privada.

Naturalmente, a aquisição da totalidade do capital da Lusa obrigava a rever os seus estatutos e o seu modelo de governação, e há duas coisas que têm de ser garantidas: independência editorial e autonomia de gestão. E é aqui que os estatutos apresentados pelo Governo falham.

O Governo percebeu o problema, mas respondeu mal. Criou um Conselho Consultivo, mais enxuto e mantendo-se plural, sim, mas sem poderes reais. Um órgão que pode ser ouvido, pode pronunciar-se, pode

alertar, mas que, no essencial, pode ser ignorado. Ora, no fim, o Governo continua a nomear quem quiser para a administração da agência noticiosa que financia, e isto não é independência, é apenas aparência.

Mas, replicar o modelo complexo e pesado da RTP também não é solução. A Lusa precisa de independência face ao Governo, sim, mas também precisa de um modelo de gestão e governança eficaz e de responsabilidade financeira. Não basta criar mais órgãos, mais camadas institucionais, se depois ninguém responde claramente pelos resultados.

Perante os estatutos apresentados pelo Governo e perante a vontade assumida pelo Partido Socialista de replicar o modelo da RTP, a Iniciativa Liberal analisou, questionou o Governo na última audição regimental, ponderou e apresenta hoje o seu contributo. A nossa proposta é simples e partiu dos estatutos apresentados pelo Governo: um modelo de governança mais enxuto, mais claro, mais eficaz, que retira ao Governo a competência para recrutar e selecionar diretamente o Conselho de Administração da Lusa.

Ao Conselho Consultivo criado, atribuímos verdadeiras competências de recrutamento, fiscalização e acompanhamento estratégico, transformando-o num conselho estratégico e de acompanhamento mais presente, mais ativo, mais eficiente e mais capaz. Estes são os pontos essenciais da nossa proposta. Este Conselho deve escolher e indigitar os membros do Conselho de Administração, através de um procedimento transparente, aberto, eficaz e não discriminatório, conforme as regras europeias.

A Lusa deve prestar contas pelo financiamento público que recebe, obviamente, deve ter transparência financeira, deve estar sujeita ao escrutínio parlamentar, deve cumprir um projeto estratégico claro, mas não deve estar sujeita à vontade conjuntural de qualquer Governo.

Também rejeitamos soluções que, numa capa de suposto pluralismo ou gestão democrática, troquem a dependência do Governo por qualquer outro tipo de captura.

Sr.as e Srs. Deputados, afirmar a independência da Lusa não passa por desconfiar dos seus jornalistas. Pelo contrário, é proteger os jornalistas, proteger a agência, proteger os cidadãos, proteger a democracia — uma democracia que precisa de informação livre —, e uma agência noticiosa pública só serve verdadeiramente o público se não servir o poder.

É esse equilíbrio que propomos: mais independência, mais transparência, mais escrutínio e menos controlo político, porque a Lusa deve ser de Portugal e estar ao serviço dos portugueses, não de qualquer Governo.

Aplausos da IL.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, para apresentação do projeto do PCP, o Sr. Deputado Alfredo Maia. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados: Em memória de Fernando Valdez e de Rosária Rato, hoje, a Agência de Notícias de Portugal não dá notícias da Assembleia da República. É uma boa notícia!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estar em greve é uma boa notícia?! Está bom…

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Os jornalistas e outros trabalhadores ao serviço da Agência Lusa estão hoje em greve, uma greve que saudamos vivamente.

Esta paralisação inscreve-se numa luta corajosa e persistente, porque é justa. E, por isso, nenhum de nós pode ficar indiferente ao seu alcance: 24 horas sem serviço da única agência nacional de notícias é obra! Mas também não podemos ficar indiferentes ao seu significado.

Os trabalhadores da Lusa, cujos representantes nas galerias saúdo, lutam contra os estatutos da empresa impostos pelo Governo à revelia do Parlamento — como o PCP tem salientado — e ameaçando o princípio que os seus profissionais mais prezam, a independência da sua agência.

É uma luta que honra a história da defesa da agência portuguesa de notícias e que tem raízes na denodada resistência de 1982 à extinção da então ANOP (Agência Noticiosa Portuguesa), que o Governo da AD da época não conseguiu vencer, e uma capacidade de combate que os trabalhadores, na Lusa desde 1986, têm desenvolvido de forma tão exemplar.

O *slogan* uma «Lusa independente é possível, é urgente», não é uma consigna vazia.

Traduz um exigente programa ao qual, especialmente, os jornalistas se subordinam por vontade própria. Representa, também, um vigoroso apelo às responsabilidades deste Parlamento, carregando sobre os nossos ombros as obrigações às quais a Assembleia da República não pode furtar-se. Carreguemos, pois, esse fardo, Srs. Deputados.

No projeto do PCP, em debate, começamos por assumir todas as consequências da assunção — enfim, e ainda bem — das responsabilidades públicas sobre a Lusa com o controlo total do seu capital.

Em primeiro lugar, a consagração de um conjunto claro de obrigações específicas de serviço público — sem prejuízo do contrato a celebrar com o Estado — que sobre a Lusa impendem por imperativo constitucional, por ser uma empresa do Estado e por ser a única agência noticiosa que fornece serviço a todos os órgãos de informação. Por essas razões, deve estar estatutariamente garantida e ser escrutinável a obrigação específica de pluralismo informativo.

Em segundo lugar, deve ser estatutariamente assegurada uma inquestionável blindagem da independência do serviço da agência, estribada, desde logo, no estatuto do respetivo diretor da informação, garante essencial da autonomia da hierarquia editorial e de toda a redação face a quaisquer órgãos ou poderes internos ou externos.

Em terceiro lugar, e na decorrência dessas exigências, o regresso à condição de empresa pública, a previsão legal da cobertura financeira estatal dos encargos com obrigações específicas de serviços públicos não cobertas pelas receitas de natureza comercial.

Nesse novo contexto, é decisiva uma nova arquitetura dos órgãos da Lusa — Agência de Notícias de Portugal, incluindo quanto à escolha e nomeação do conselho de administração e quanto às decisões estratégicas para a empresa. Os serviços que a Agência Lusa presta merecem-no e a sociedade que os recebe, através da generalidade dos órgãos de informação, exige-o. Saibamos estar à altura dessa exigência.

Aplausos do PCP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para apresentar o projeto de lei do Livre, tem a palavra a Sr.ª Deputada Filipa Pinto.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Sr.ª Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Começo por saudar os jornalistas da Lusa aqui presentes, e manifesto a nossa solidariedade neste dia de luta.

Aplausos do L, do PS e do BE.

A Lusa é a única agência de notícias do País e é pública. Por isso, devemos ter toda a cautela quando a alteramos. A mesma cautela que temos com qualquer outra infraestrutura essencial à democracia.

A Lusa garante informação rigorosa, independente e fiável a todo o País. Hoje, os trabalhadores da Lusa estão em greve e manifestam-se à porta desta Casa, não por questões meramente corporativas, mas para defender a democracia e o jornalismo português.

Sr.ªs e Srs. Deputados, este processo de revisão dos estatutos e do modelo de governação da Lusa não podia ter sido conduzido à margem dos trabalhadores, dos seus órgãos representativos e do debate público. Quando se altera o coração editorial de uma agência noticiosa pública, altera-se a essência da democracia, do escrutínio democrático. E, repito, todo o cuidado é pouco perante uma questão de liberdade de imprensa, de pluralismo e de qualidade da democracia.

Os trabalhadores da Lusa que hoje fazem greve e se manifestam em frente à Assembleia, o conselho de redação e os sindicatos têm alertado para os riscos de ingerência externa, para a ausência de transparência e para a falta de participação efetiva neste processo.

Para além de alegadas tentativas de intimidação em gabinetes ministeriais, o afastamento deste processo de quem trabalha todos os dias na Lusa é revelador de tentações perigosas e que importa combater.

E o Livre vem a debate. Com a nossa iniciativa, queremos consagrar, sem ambiguidades, a plena independência editorial da Lusa face a quaisquer poderes políticos, económicos ou outros, proibindo qualquer forma de censura, interferência ou pressão externa. Queremos também reforçar a responsabilidade do conselho de administração na defesa dessa independência, garantindo que qualquer conflito entre gestão e autonomia

editorial se resolve sempre a favor da liberdade editorial. Reforçamos as obrigações do conselho de administração na proteção da independência editorial, ao mesmo tempo que consagramos a existência de um conselho geral independente, que integra as regiões autónomas, os municípios e, de forma representativa, as estruturas representativas dos trabalhadores, o conselho de redação e os sindicatos.

Sr.as e Srs. Deputados, a Lusa só pode cumprir a sua missão se estiver blindada contra ingerências. Com manifestações aqui à porta, é agora o momento de ouvir e de a Assembleia fazer o seu trabalho para garantir que a democracia prevalece. Uma coisa é certa: não se fazem reformas sérias à margem dos trabalhadores, sem debate sério, sem participação efetiva das estruturas representativas e sem garantias claras de uma Lusa independente.

O País precisa de uma Lusa capaz de continuar a prestar um serviço público de informação rigorosa, factual e plural, com dignidade para os profissionais que a constroem todos os dias. É isso que, hoje, defendemos, a bem da defesa da democracia.

Aplausos do L.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para apresentar o projeto de resolução do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Galveias.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A agência Lusa tem quase 40 anos e tornou-se, nesse lapso de tempo, a maior agência de notícias em língua portuguesa, bem como uma peça fundamental no ecossistema mediático português.

Na verdade, sem a Lusa, a esmagadora maioria dos órgãos de comunicação social do País, dos grandes títulos nacionais às rádios e jornais do interior, perderia uma parte essencial da sua capacidade de cobrir o País e o mundo. Desde novembro de 2025, a Lusa é integralmente pública, o que torna este debate inadiável, pois uma agência de notícias de capital exclusivamente estatal só pode funcionar com independência se essa independência estiver garantida por lei — não prometida, não declarada em estatutos que um Governo escreva sozinho, garantida por lei.

O Projeto de Resolução do Chega, aqui em discussão, estabelece os critérios que qualquer modelo de governação deve cumprir, como, por exemplo, a independência efetiva da direção da informação, os critérios de mérito na escolha do conselho de administração, a conformidade com o direito europeu e a transparência do dinheiro público.

Mas há um ponto que distingue o nosso projeto de todos os outros: a exclusão expressa de qualquer fusão, integração funcional, subordinação operacional ou concentração orgânica da Lusa na RTP, fazendo mesmo questão de acrescentar que assim será, mesmo que a Lusa venha a mudar a sua sede para as instalações da RTP.

Isto constitui uma salvaguarda contra o que, aparentemente, já está em cima da mesa e que não se reduz a um simples detalhe. A própria direção de informação da Lusa foi a primeira a dizer, publicamente, que uma fusão seria uma perda para o jornalismo. O Chega concorda e escreveu-o no seu projeto, para que não haja qualquer dúvida.

O regulamento europeu sobre a liberdade dos meios de comunicação social é diretamente aplicável em Portugal e o seu artigo 5.º exige procedimentos transparentes, abertos e eficazes na designação da gestão dos prestadores de serviço público da comunicação social. Isto não é um simples argumento teórico. Sabemos que a Comissão Europeia está a monitorizar este dossiê e, não ser assim, seria um risco e uma vergonha para Portugal.

Todos os projetos querem independência, valorização e combate à precariedade. A diferença é que o projeto do Chega diz como e de que maneira.

Srs. Deputados, a Lusa é financiada pelos portugueses e os portugueses têm o direito de exigir uma gestão com mérito e transparência, sem interferências políticas, partidárias ou corporativas. O Parlamento pode dar hoje esse sinal.

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para a apresentação do seu projeto de resolução, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Enquanto fazemos este debate, os jornalistas da Lusa estão em greve, a defender a independência da agência. Pedem-nos seriedade e não favores. A Lusa é a única agência de notícias portuguesa. Chega onde mais ninguém chega, às regiões autónomas, ao interior, aos sítios que não dão audiência, mas que continuam a ser Portugal.

Por isso, estranha-se a pressa do Governo. Anunciou um plano de modernização, de que ainda hoje não se conhece o detalhe, nem o plano de rescisões. Ao mesmo tempo, tratou de mudar os estatutos e a governação.

Curioso, o detalhe é secreto, mas o controlo é imediato. Criou um conselho consultivo de 13 membros, dos quais só dois são trabalhadores, e manteve uma administração que nomeia diretamente. Dirão que são mecanismos de transparência, mas trata-se de mecanismos desenhados por quem detém 100 % do capital. Não são contrapesos, são espelhos.

A independência não se decreta em comunicado, exerce-se nas regras. E é este o ponto: há quem conviva mal com a imprensa livre, quem prefira uma agência dócil a uma agência rigorosa. Mas uma democracia não escolhe as notícias que recebe. Tem é de garantir que as recebe.

Modernizar a Lusa não é trocar-lhe a redação por uma antecâmara do Governo. É reforçá-la, é acabar com a precariedade de quem lá trabalha há anos e é proteger o seu arquivo, que é a memória do País.

Quando a imprensa é livre, o cidadão também é. Quando deixa de ser, ninguém escapa.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Vamos agora dar lugar às intervenções dos grupos parlamentares inscritos.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Antunes dos Santos, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A primeira mensagem que quero deixar nesta tarde é para os trabalhadores da Lusa, para os jornalistas da Lusa e para os portugueses, para que fiquem descansados quanto às intenções deste Governo.

Este Governo não quer governamentalizar a agência Lusa, este Governo não quer pressionar a agência Lusa, este Governo não quer fazer nenhum tipo de atentado democrático à agência Lusa nem tão-pouco ao País.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ah!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sabem porquê? Porque este Governo não tem a escola que outros têm. Este Governo não tem a escola de José Sócrates, por exemplo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Portanto, quanto às intenções do Governo, podemos ficar descansados porque são, sem sombra de dúvida, as melhores.

Os mais distraídos poderão achar que estamos hoje nesta discussão porque o Partido Socialista decidiu apresentar um projeto de lei. Não é verdade.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

Estamos aqui hoje porque, previamente, o Governo decidiu fazer o que lhe compete. Decidiu governar. Decidiu dar uma nova vida à agência Lusa. Um novo fôlego. Uma nova estratégia. Um novo figurino social. Uma nova capacidade para responder aos desafios que se apresentam hoje a uma agência de notícias como é o caso da agência Lusa.

Protestos de Deputados do PS.

Já sabemos que o Partido Socialista não lida nada bem com mudanças. Mas, justiça seja feita, não lida nada bem com mudanças unicamente em duas situações: quando este Governo pretende alterar, mexer, mudar alguma coisa que o Partido Socialista fez e, já agora, quando este Governo pretende mudar, alterar, fazer aquilo que o Partido Socialista não fez nem mudou.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

Ou seja, o Partido Socialista só se chateia por duas razões: por tudo e por nada. Porque se faz e porque não se faz.

Aplausos do PSD.

Porque temos o arrojo, a capacidade de fazer aquilo que o Partido Socialista não foi capaz ou não quis fazer.

O que este Governo da AD quis, preconizou e fez, no que respeita à agência Lusa, foi, em primeiro lugar, clarificar a questão do capital social.

O Governo decidiu adquirir a totalidade do capital social porque, em bom rigor, desde a criação da agência Lusa, já era sócio maioritário da agência Lusa e tinha esse controlo efetivo da agência.

Protestos do PS.

Portanto, o Governo decidiu clarificar essa situação para dar mais força e para reforçar os meios da agência Lusa. Julgo que foi uma medida com a qual a maioria dos partidos aqui representados concorda.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Governo decidiu também introduzir alterações na administração. Havia um administrador, agora passa a haver três administradores.

Risos e protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

Essa alteração garante certamente mais pluralidade, mais democraticidade, menor sujeição a pressões e, portanto, contribui para a autonomia e para a independência que a Agência Lusa deve ter.

Assim, pergunto-vos: três administradores são melhores do que um administrador, é verdade ou não é verdade? É verdade!

Aplausos do PSD.

Três administradores garantem, reforçam a democraticidade da Agência Lusa.

O Governo decidiu criar também um conselho consultivo, órgão que não existia e órgão que este Governo decidiu criar.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não vai existir!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Um conselho consultivo plural, com 13 entidades. Um conselho consultivo que dará parecer sobre várias matérias da Agência Lusa, designadamente sobre a própria nomeação da administração. É melhor ou é pior? É melhor ter um conselho consultivo.

O Governo decidiu também garantir acompanhamento parlamentar da Agência Lusa, com o envio do relatório anual para o Parlamento e com audições, facultativas, do conselho de administração e da direção de informação,…

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

… o que é também uma válvula de escape, digamos assim, para a própria direção de informação porque, se estiver sujeita a algum tipo de pressões, pode vir aqui, à Casa da democracia, ao Parlamento, denunciar essas mesmas pressões.

Mas também aqui não entendemos a posição do Partido Socialista. Nuns dias acusam-nos de querer governamentalizar a Agência Lusa. Nos outros dias acusam-nos de querer dar mais meios de fiscalização ao Parlamento, meios de fiscalização a esta que é a Casa do povo. E eu pergunto-vos, quem é que tem medo da democracia? Quem é que tem medo do escrutínio da Assembleia da República? Quem é que tem medo dos portugueses? Porque são os portugueses que nos elegem a todos e que nos dão essa responsabilidade a todos.

Aplausos do PSD.

Para terminar, quero só dizer que é curioso que o Partido Socialista venha agora defender o modelo da RTP para a Agência Lusa. O mesmo Partido Socialista que há uns anos não defendia esse modelo. Mas mais vale tarde do que nunca.

Agora, a pergunta que se coloca ao Partido Socialista é: querem tratar de forma igual aquilo que é diferente? É que a RTP é uma coisa, a Agência Lusa é outra coisa. Ao querer criar o mesmo modelo para ambas as entidades, quer o Partido Socialista defender a fusão da RTP com a Agência Lusa? É isso que o Partido Socialista defende?

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Vocês é que não o defendem, não é? Olha o espelho! Estás a ver-te ao espelho, não é?

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — É que, ao querer um modelo igual, é para isso que está a trabalhar.

Em suma, Sr.as e Srs. Deputados, estamos aqui porque o PS, não satisfeito por nada ter feito durante oito anos para valorizar e para reforçar a Agência Lusa, quer agora bloquear mais esta iniciativa do Governo.

Mas ao Governo cabe governar, à Assembleia da República cabe fiscalizar. E se não nos respeitam, respeitem pelo menos a decisão dos portugueses.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento. A Mesa agradece que informe como é que pretende responder.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Em conjunto, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Muito bem, Sr. Deputado.

O primeiro pedido de esclarecimento é do Sr. Deputado Paulo Lopes Silva, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a quem dou a palavra.

O Sr. **Paulo Lopes Silva** (PS): — Sr.ª Presidente, Sr. Deputado João Antunes dos Santos, deixe-me também deixá-lo descansado, porque o Grupo Parlamentar do Partido Socialista também não tem a escola de Miguel Relvas. Portanto, desse ponto de vista, esteja absolutamente descansado sobre a posição do Partido Socialista neste assunto.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

Burburinho na Sala.

Ao mesmo tempo, deixe-me dizer-lhe também…

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Peço aos serviços que suspendam a contagem do tempo, se faz favor.

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, há demasiado barulho na Sala e não se consegue ouvir o orador. Agradeço que reduzam o nível de ruído, por favor.

Sr. Deputado, pode continuar.

O Sr. **Paulo Lopes Silva** (PS): — Muito obrigado, Sr.ª Presidente. Agora ficamos mais em modo de escola durante algum tempo.

Vozes do PSD: — Ah!

O Sr. **Paulo Lopes Silva** (PS): — Deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que me pareceu curioso o facto de achar que nomear três membros do conselho de administração é bastante mais transparente do que nomear apenas um. Portanto, pergunto, Sr. Deputado, por que motivo não se nomeiam 15 ou 20 ou 30, se se garante a transparência com mais membros nomeados pelo Governo do que com apenas um.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

É que a comparação que o Sr. Deputado aqui veio aqui trazer é, acima de tudo, uma falácia, porque procura comparar este modelo com o modelo atual, ignorando que, entretanto, a Lusa passou de 51 % para 100 % do Estado, fazendo a comparação entre o que é incomparável.

Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe de forma muito direta: é verdade, eu disse na intervenção que o Partido Socialista, na altura, não votou favoravelmente ao modelo da RTP, mas a realidade é que entendemos que ele, de facto, tem funcionado.

Deixo-lhe uma pergunta final: estes estatutos cumprem, ou não cumprem com o EMFA?

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — O segundo pedido de esclarecimento é do Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, a quem dou a palavra.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.ª Presidente, Sr. Deputado, ficamos muito esclarecidos quando constatamos que acha que é uma boa ideia uma direção de informação responder perante a Assembleia da República. As direções de informação não respondem perante órgãos políticos, nem perante o Governo nem perante a Assembleia da República. Faz parte da sua condição de independência.

Pergunto-lhe: de onde é que veio essa ideia peregrina? Onde é que se inspira para ter essa ideia de que os jornalistas agora vão responder aos Deputados sobre as notícias que fazem. Parece-lhe um bom princípio?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

Protestos do Deputado do PSD Paulo Cavaleiro.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Em quantas democracias é que isso acontece?

Por último, Sr. Deputado, porque é que o Governo não optou por uma escolha dos administradores que garanta a independência da Lusa e mete-os na dependência do Governo? Não percebe os riscos que está a criar?

Aplausos do L.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra o Sr. Deputado João Antunes dos Santos, para responder.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr.ª Presidente, Sr. Deputado Paulo Lopes Silva, o Sr. Deputado pode esforçar-se por procurar os nomes todos do PSD, mas nenhum nome vai bater o nome de José Sócrates no que respeita ao domínio que quis fazer da comunicação social, ao controlo que quis fazer da comunicação social e às atitudes, pouco democráticas, que teve enquanto Primeiro-Ministro.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Relativamente aos três membros do conselho de administração, quero dizer-lhe o seguinte: são três membros porque três membros garantem mais pluralidade do que um membro. E acrescento que não são 10 nem 20, porque uma coisa é pluralidade, outra coisa é tacho. De pluralidade percebemos nós, de tacho percebem VV. Ex.as.

Aplausos do PSD.

Relativamente ao EMFA, quero dizer-lhe que o Regulamento Europeu não se aplica à Agência Lusa.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Aplica-se, sim, aos prestadores de serviços públicos de comunicação social, que é o caso da RTP. Repito, não se aplica à Agência Lusa.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Ah é?

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Daí não haver nenhuma violação das normas europeias.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Está inscrito, para uma intervenção, o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A Agência Lusa não é apenas uma empresa de comunicação social. É uma instituição essencial à nossa democracia, à coesão territorial e à ligação às comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

Num tempo marcado pela desinformação, pela manipulação e pela pressão sobre os média, defender uma Agência Lusa noticiosa, independente, é defender a liberdade de informar e o direito dos cidadãos a uma informação rigorosa, plural e credível.

É importante dar à Lusa estabilidade, transparência e proteção institucional como garantia de que o interesse público fique acima de interesses económicos e, acima de tudo, de interferências políticas. Estamos a falar de soberania informativa, estamos a falar da capacidade de Portugal continuar a dar voz e a ter voz própria, livre e credível.

Por isso, este é um passo importante para fortalecer a nossa democracia, valorizar o jornalismo e proteger um serviço público que serve o País inteiro, do continente às regiões autónomas e da diáspora às comunidades lusófonas. Isto porque, sem informação livre, não há, seguramente, democracia forte.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, para uma intervenção.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.ª Presidente, começo por saudar não só os trabalhadores da Lusa e os seus representantes, aqui presentes, como também os que se manifestam lá fora.

Não basta reconhecermos as agências nacionais, nomeadamente em momentos de crise. É preciso darmos-lhes condições para cumprirem a sua missão. Ora, a revisão estatutária a que os mesmos foram sujeitos tem comprometido a independência editorial e tem aberto espaço à ingerência política na informação, o que não é de todo aceitável.

Aprovar um modelo societário e uns estatutos de agência de notícias como a Lusa, como de resto já se fez com a RTP, deveria ser sinónimo de valorização e sinónimo de garante de financiamento para um serviço público essencial, o que não é o que está a acontecer. Isto porque um país sem jornalismo isento e sério é, de facto, um país mais pobre democraticamente.

A Lusa, tal como já aqui foi referido, chega onde os privados não chegam. Chega a um Portugal mais regional, chega a um Portugal mais esquecido, às zonas mais recônditas.

A Lusa tem também contribuído para a combater desinformação nas redes sociais. É por isso, porque nem todas as pessoas nem todos os meios chegam da mesma forma aos portugueses, que queremos garantir que a Lusa sai robustecida deste debate, pelo que iremos acompanhar os projetos de lei que assim o promovem.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do Grupo Parlamentar do CDS, para uma intervenção.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: A Agência Lusa tem um papel fundamental na imprensa portuguesa.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Ah é?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A sua rede de profissionais traz muitas realidades à realidade de quem os lê, vê e ouve. Por isso, o Governo assumiu, desde o início, o propósito firme de valorizar, qualificar e capacitar a Agência Lusa. Fê-lo, desde logo, através do aumento de capital de 5 milhões de euros, que nenhum Governo anterior tinha feito ou se lembrou de fazer.

Agora, Srs. Deputados do Partido Socialista, este agendamento não deixa de nos surpreender. Os atuais estatutos da Lusa foram aprovados em assembleia de acionistas, sendo que, como sabem, o Estado é hoje o único acionista.

Mas o Estado já tinha o controlo societário da Lusa há muito tempo. Por isso, pergunto: porque é que o PS nunca fez nada?

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Ah! Valha-me Deus!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Porque é que o PS, durante oito longos anos de governação, não propôs o modelo de governação que agora propõe enquanto está na oposição?

Pergunto mais: quando o PS decidiu comprar a Agência Lusa,…

Protestos dos Deputados do PS Eurico Brilhante Dias e Porfírio Silva.

… no final de 2023, antes das eleições legislativas, já havia o risco de interferência política, Srs. Deputados? Não sei!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ó Núncio! É de 2024!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É porque, em matéria de interferência política na imprensa, o Partido Socialista é o especialista máximo! Não há ninguém que vos bata. Não há! Desde o controlo sistemático da imprensa, até telefonemas intimidatórios, o PS é o especialista máximo, com a cátedra de José Sócrates no controlo e na interferência política da imprensa, Sr. Deputado.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

E pode continuar a interromper-me que eu continuarei a falar mal do PS.

Tem dúvidas?! Perguntem à jornalista Manuela Moura Guedes, que ela vos explicará com todas as razões e com todos os argumentos, Sr. Deputado.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Por isso, quero dizer-lhe o seguinte: o modelo de governação da Lusa já foi decidido quando o Governo aprovou, no início do ano, os estatutos da Agência. Uma coisa vos garanto, para o CDS, a solução não passa certamente pela proposta do PS.

Srs. Deputados, não há iniciativa que os Srs. Deputados tenham nesta Assembleia que limpe o passado sinistro do PS,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … quando José Sócrates tentou controlar, efetivamente, a imprensa em Portugal.

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Como é? E o Marques Mendes?

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — O Marques Mendes era ministro do Sócrates?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Antes de tentarem interferir em mais um órgão de comunicação social, comecem por reconhecer o muito mal que fizeram no passado.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado Paulo Lopes Silva pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Paulo Lopes Silva** (PS): — É para solicitar à Mesa a distribuição de documentos, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — É para uma interpelação à Mesa para solicitar a distribuição de documentos.

O Sr. **Paulo Lopes Silva** (PS): — Exatamente, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor, Sr. Deputado. Tem a palavra.

O Sr. **Paulo Lopes Silva** (PS): — Sr.ª Presidente, peço que, através da Mesa, seja feita a distribuição do Regulamento Europeu relativo à Liberdade dos Meios de Comunicação Social, que foi publicado em 2024, bem como da notícia relativa à aquisição a 100 % da Lusa, que é de novembro de 2025. Todos esses factos são posteriores à análise que o Deputado Paulo Núncio fazia.

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Quanto a essa parte, Sr. Deputado, não vale a pena continuar por aí.
Faça, por favor, chegar à Mesa os documentos, que serão distribuídos.
Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.ª Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Eu não ia intervir neste ponto, mas tenho de fazer uma referência, particularmente ao Sr. Deputado Alfredo Maia.
O Sr. Deputado Alfredo Maia chegou ali acima à tribuna e disse que estar em greve é uma boa notícia. Ó, Sr. Deputado, eu acho que é uma péssima notícia.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — É lutar pelos seus direitos!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É uma péssima notícia. É sinal de que os trabalhadores estão descontentes.
Os trabalhadores que o senhor diz defender, a fraude que o PCP neste momento diz defender, não os defendem! Não é uma boa notícia estar em greve. É uma péssima notícia estar em greve, Sr. Deputado. É uma péssima notícia.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

É que nós defendemos que os trabalhadores tenham salários mais altos. Nós não queremos precariedade. E os Senhores defendem a precariedade. São os Senhores que os defendem. Sabe porquê? Sabe porque é que defendem a precariedade? Defendem que é para que o nicho do mercado fique sempre entregue aos sindicatos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Ó homem! Não diga disparates!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para dizerem assim: «Bom, estes estão do nosso lado.»
Eles não estão do vosso lado, porque os senhores não os defendem. Os senhores são a maior farsa, a maior fraude aos trabalhadores em Portugal.

Aplausos do CH.

Mais: ouvimos aqui o Partido Socialista falar da isenção dos jornalistas. Ó Sr. Deputado, José Sócrates e António Costa pressionaram os jornalistas todos os dias! Todos os dias!
Vou dizer mais: e ainda falam de imprensa livre e isenta? Imprensa livre e isenta?! Mas no vosso tempo havia imprensa livre e isenta?! Eram diretores de jornais pressionados por António Costa, por José Sócrates… Não existia imprensa livre e isenta! Os senhores também são outra fraude — aliás, toda a esquerda enche a boca de «isenção» e de «liberdade editorial», mas isso nunca existiu, quando a esquerda governou.

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Não havendo mais inscrições, vamos passar à fase de encerramento.
Para o efeito, dou a palavra ao Sr. Deputado Porfírio Silva, do Partido Socialista.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados: No encerramento deste debate, da iniciativa do PS, parece claro que foi oportuno espoletar aqui na Assembleia da República o aprofundamento da questão do modelo de governação e estatutos da Lusa.
Este debate está na sociedade e são-nos exigidas soluções.

A situação objetiva da Lusa sofreu duas modificações substanciais nos últimos tempos: em primeiro lugar, passou de uma estrutura acionista, em que o Estado detinha uma curtíssima maioria, coexistindo com uma forte presença de vários acionistas privados, para a situação atual, em que o Estado é o único acionista; em segundo lugar, a plena entrada em vigor do Regulamento Europeu sobre a Liberdade dos Meios de Comunicação Social, que representa uma modificação relevante no enquadramento legal da Lusa, especialmente sendo, agora, de capital exclusivamente público.

O Governo, além de escamotear a necessidade de responder ao novo enquadramento jurídico, por força de um regulamento europeu de aplicação direta nos Estados-Membros, escolheu um caminho democraticamente inadequado, desrespeitando o legislativo, ao tentar impor obrigações a este Parlamento por via de ato societário de uma empresa, entorse que temos mesmo de corrigir.

O Sr. **Paulo Lopes Silva** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — A Lusa é a única agência de notícias do País, desempenha um papel insubstituível no direito à informação e é a maior agência em língua portuguesa no mundo, por isso, merece o nosso cuidado. A Lusa é pública, não é do Governo de turno — é do País! É de todos!

Estas são mais do que razões para o PS ter vindo a este debate sem partidarite, sem querer impor um modelo seu, mas antes propondo um modelo de governação da Lusa diretamente inspirado num modelo anteriormente implementado por um Governo do PSD e que o PSD tem repetidamente dito que o orgulha, pelo menos, até agora.

Esperamos, agora, que o processo de especialidade dê um novo rumo a esta questão do modelo de governação da Lusa, ouvindo, ouvindo mesmo, e deliberando com prudência e sabedoria. Daremos, para esse processo, o nosso contributo.

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Vamos agora dar início ao quinto ponto da nossa ordem do dia, que consiste na discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.os 834/XVII/1.ª (IL) — Correta atualização das comparticipações por alimentação escolar, 719/XVII/1.ª (L) — Pela igualdade na qualidade das refeições escolares nos estabelecimentos de ensino com contrato de associação, 904/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a atualização urgente das comparticipações relativas às refeições escolares, 909/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a universalização progressiva do direito a refeições escolares gratuitas e de qualidade na creche, na educação pré-escolar e no ensino básico e secundário, com o correspondente reforço das transferências financeiras para os municípios, 916/XVII/1.ª (PCP) — Gratuitidade das refeições escolares e a garantia do financiamento às autarquias, 923/XVII/1.ª (PAN) — Pela atualização da comparticipação pública nas refeições escolares e pela garantia de igualdade no acesso à alimentação escolar, 930/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo o reforço do financiamento e da monitorização das refeições escolares no âmbito da descentralização no domínio da educação, e 972/XVII/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a atualização do financiamento das refeições escolares do 1.º ciclo no âmbito da descentralização de competências na área da educação.

Para apresentar a iniciativa da Iniciativa Liberal, tem a palavra a Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados e Sr.as Deputadas: O valor pago pelo Estado aos municípios por uma refeição escolar é uma vergonha! Se perguntarmos à inteligência artificial que refeição posso fazer com um preço vergonhoso de cerca de 2 €, que tenha de ter sopa, prato principal e sobremesa, a resposta é a seguinte: sopa de cenoura e batata, arroz de tomate, ovo estrelado e maçã. E dá a possibilidade de um prato alternativo: massa com atum, e faz a referência «se encontrares conservas em promoção».

Se insistirmos na questão da carne e do peixe, o *ChatGPT* diz-nos que é possível introduzir opções mais económicas e esticar bem os acompanhamentos. Em Portugal, as melhores hipóteses costumam ser: fígado de frango, cavala e sardinha enlatadas, ou asas e coxas de frango em promoção.

Se pusermos de parte o óbvio — o aumento do custo do cabaz alimentar e da energia, e os salários — e a própria inteligência artificial, temos o mais recente estudo apresentado pela Universidade do Minho, onde o Sr. Ministro da Educação esteve presente, que é claro ao afirmar que a despesa reportada pelos municípios supera o financiamento na generalidade das rubricas, e o caso mais crítico dá-se nos apoios alimentares, em que se reportam défices superiores a 20 %.

Portanto, o que estamos a debater hoje é da mais elementar justiça. Se tudo aumenta, nas escolas, não se dá nenhum milagre que as deixe imunes aos aumentos dos preços. Temos crianças e jovens que terão na escola a sua única refeição completa; temos mais de 160 escolas no Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, e não são só as escolas do 1.º ciclo.

O Estado precisa de assegurar o que lhe compete, que é uma descentralização com o respetivo envelope financeiro, porque, caso contrário, o que temos são municípios a funcionarem como tesoureiros do Estado, a desviarem as suas receitas daquilo que poderiam ser apostas verdadeiramente diferenciadoras na educação para garantir que as nossas crianças possam ter refeições completas e equilibradas.

Nas escolas públicas, temos este complemento por parte das câmaras, mas, nas escolas com contratos de associação, a história é outra.

O que a Iniciativa Liberal propõe é que, de facto, este ponto tão crítico, porque se trata de um serviço básico e essencial, seja atualizado, que a atualização seja periódica e que reflita a taxa de inflação, para proporcionarmos uma verdadeira coesão territorial.

Cabe ao Estado assegurar a transferência de verbas adequadas e atualizadas, caso contrário, o que estamos a fazer é fingir que temos uma descentralização quando, na verdade, temos uma asfixia do poder local, e os autarcas do PSD, do PS, da Iniciativa Liberal, do Chega e do PCP sentem isso na pele todos os dias.

Quando a Iniciativa Liberal submeteu esta proposta, disseram-nos que, se o valor aplicado nas cantinas escolares fosse aplicado à cantina dos Deputados, o problema já estaria resolvido.

Portanto, vamos resolver, hoje, o problema das cantinas das nossas crianças e jovens e dizer aos nossos autarcas que estamos ao lado deles, não atrás, e que não estamos cá só para o 1.º ciclo, mas para todos os ciclos escolares.

Aplausos da IL.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para apresentar o projeto de resolução do Livre, dou a palavra à Sr.ª Deputada Filipa Pinto.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Sr.ª Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados: O caso dos Salesianos de Manique expôs um problema que é mais profundo do que a legítima indignação gerada pelas notícias e mostrou como, mesmo numa escola financiada pelo Estado, pode persistir uma lógica de discriminação entre crianças e jovens.

O problema está há muito identificado e, ao mesmo tempo que vai continuando o processo de privatização da escola pública, vai decaindo a qualidade e o sentimento de bem-estar das crianças, dos jovens e das suas famílias.

Se é certo que os contratos de associação têm como objetivo possibilitar a frequência nas escolas do ensino particular e cooperativo em condições idênticas às do ensino ministrado nas escolas públicas, sendo a rede pública considerada insuficiente, os Salesianos de Manique vieram comprovar que nem sempre assim é.

Felicitamos, uma vez mais, o Ministério da Educação e a Inspeção-Geral da Educação e Ciência, que rapidamente atuaram para travar esta diferenciação,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — … acautelando as obrigações que, para nós, deviam ser óbvias: qualquer escola, seja pública seja privada, deve ter no seu projeto que todas as crianças e jovens merecem refeições de qualidade, sem que lhes seja colocado um estigma em cima, consoante os rendimentos dos pais.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Nenhuma criança merece ser estigmatizada à hora do almoço. Nenhuma! O direito a refeições de qualidade e nutricionalmente equilibradas não é discutível.

A iniciativa que o Livre traz hoje a debate foi apresentada aquando das notícias relativas à diferenciação de refeições no Colégio dos Salesianos de Manique, polémica que, entretanto, felizmente acabou, mas que nem por isso perdeu atualidade.

Esta situação expôs o desinvestimento do Estado nas refeições escolares e não apenas nos colégios com contratos de associação. Não é aceitável que valores fixados há mais de uma década permaneçam praticamente intocados, apesar da inflação, da subida dos preços dos alimentos e das exigências nutricionais que a escola deve assegurar.

Não podemos esperar mais e também não podemos ficar por aqui. Se houve este caso, importa saber se haverá mais; importa que esta situação possa, pelo menos, espoletar ações de fiscalização a todos os estabelecimentos de ensino com contratos de associação e possa também fazer-nos repensar o modelo de refeitórios escolares públicos que queremos nas nossas escolas.

A discriminação não pode acontecer aqui, nem na escola, nem em lado nenhum, e a escola deve ser, de facto, um espaço de inclusão, de igualdade e de proteção.

Formar cidadãos livres e iguais também se faz à mesa.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Sr.as e Srs. Deputados, é hoje o momento de avançar para um modelo que não olhe para o contribuinte de ninguém.

Aplausos do L.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para a apresentação da iniciativa do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado Eliseu Neves.

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje, subo a esta tribuna para apresentar um projeto de resolução que toca no coração das famílias portuguesas e na sobrevivência financeira dos nossos municípios.

As refeições escolares são hoje um apoio social absolutamente essencial. Numa altura em que o custo de vida continua a sufocar o orçamento familiar, a alimentação disponibilizada na escola representa, para muitos alunos, a única refeição completa e equilibrada do seu dia.

Contudo, assistimos a uma total desconexão entre a realidade das escolas e o financiamento do Estado central. Os valores atualmente atribuídos para as refeições escolares estão completamente desatualizados, não acompanham a inflação, não acompanham o aumento galopante dos preços dos bens alimentares, nem a subida dos custos energéticos.

Aplausos do CH.

O resultado está à vista de todos: o Estado central aprova as competências, mas quem paga a fatura são as autarquias. Desengane-se quem pensa que este impacto é igual para todos: este subfinanciamento asfixia, de forma cruel, os municípios mais pequenos do nosso País.

Um estudo recente da Universidade do Minho revelou que 54 % dos municípios reportam défices superiores a 20 % nos apoios alimentares. Para um município de grandes dimensões, este défice cria constrangimentos, mas para um município pequeno, com um orçamento já de si reduzido, um défice desta dimensão é uma catástrofe financeira, que obriga os presidentes de junta e de câmara a desviar verbas que deviam ser para investimento local, para apoio social ou para infraestruturas, apenas para garantir que a comida continua a chegar ao prato dos alunos, sem perder qualidade.

O interior e as pequenas comunidades não podem continuar a ser os parentes pobres da descentralização. Sr.as e Srs. Deputados, não podemos permitir que a qualidade da alimentação das nossas crianças dependa da capacidade financeira do município onde nasceram. O Estado não pode continuar a assobiar para o lado. É urgente agir!

Aplausos do CH.

É por isso que o Chega apresenta hoje recomendações claras e pragmáticas ao Governo. Primeiro, exigimos uma atualização extraordinária dos valores de comparticipação transferidos para os municípios, baseada num levantamento que identifique os custos reais e as assimetrias regionais.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — Segundo, propomos critérios de eficiência e combate ao desperdício alimentar na gestão das cantinas. Terceiro, defendemos mecanismos periódicos de revisão destas verbas em função da inflação. Quarto, exigimos a equiparação do financiamento entre os alunos de ensino público e os contratos de associação — não há alunos de primeira e de segunda.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — A alimentação escolar é uma causa demasiado importante para ficar refém da asfixia financeira das pequenas autarquias. Por isso, apelo ao voto favorável, por mais justiça territorial e pelas escolas e as famílias portuguesas.

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vamos lá, Fabian! A ver se te bato palmas hoje!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Para o dia ainda ficar pior…

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Uma criança com fome não aprende, e não é por falta de talento ou de vontade, é por falta de pequeno-almoço. Nenhum manual, nenhum professor, por mais competente que seja, e nenhuma reforma educativa compensam um estômago vazio às 10 horas da manhã.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sete países europeus já garantem refeição escolar gratuita a todas as crianças. Não são, necessariamente, mais ricos do que Portugal, mas ainda assim decidiram que esta era uma prioridade. E é, de facto, uma prioridade. Decidiram que cada euro investido numa refeição escolar devolve entre 7 € e 34 € em saúde, em educação, em economia. Há quem chame a isto despesa, mas é, na verdade, Sr.as e Srs. Deputados, um dos melhores investimentos que o Estado português pode fazer.

O atual modelo português só dá refeição gratuita a quem prove que precisa e essa prova exige um requerimento, um escalão, uma burocracia que muitas famílias não conhecem ou não conseguem cumprir. Resultado: 36 % das crianças carenciadas com direito a apoio ficam de fora. O Estado garante a refeição no papel, mas falha-a no prato.

A prova de que isto já se faz está dentro de portas: Paços de Ferreira, Coimbra, Vila Real de Santo António ou Seixal, municípios com orçamentos muito diferentes, há anos que servem refeições gratuitas a todas as crianças. Não esperaram pelo Governo central, olharam para as escolas, olharam para as suas comunidades e decidiram. Mas é justo dizê-lo: fazem-no a pulso, pois 64 % dos municípios têm défice no financiamento das refeições e pagam do seu orçamento aquilo que devia vir do Estado.

Por isso, este projeto não se limita a anunciar um direito, arranja forma de o pagar, universaliza a refeição gratuita e, no mesmo gesto, reforça as transferências para as câmaras. E o mais curioso é que já estamos de acordo. O próprio ministro já reconheceu a pressão sobre as autarquias.

Pois, então, o diagnóstico está feito, a evidência está reunida, os municípios já mostraram o caminho. Falta só uma coisa: a decisão.

Aplausos do L e do PAN.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente**: — A próxima intervenção, para a apresentação da iniciativa legislativa, é do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: É condição para um bom desempenho escolar que todos os estudantes tenham uma alimentação adequada, diversificada e nutritiva. Esta é uma preocupação que não pode ficar arredada de uma escola pública de qualidade para todos, para mais sabendo que uma em cada quatro crianças em situação de pobreza passa fome, aliás, como hoje foi noticiado, e provavelmente a única refeição completa que têm por dia é na escola.

Atendendo a que as crianças e os jovens passam uma parte relevante do seu dia nos estabelecimentos escolares, a garantia de alimentos e de refeições com qualidade é de extrema importância. As crianças e os jovens têm direito a uma alimentação saudável, completa, variada e equilibrada, respeitando cada fase do seu desenvolvimento.

O acesso a uma alimentação saudável nos refeitórios escolares é uma responsabilidade do Estado, que não pode ser descurada, muito menos desvalorizada, o que exige a garantia de meios, recursos e condições, seja na seleção dos alimentos, seja na sua preparação e confeção.

O direito universal à educação e a igualdade devem integrar diversos componentes, como a gratuidade não só dos manuais escolares, alcançada na sequência da intervenção do PCP, mas também do material escolar e das refeições escolares.

É por isso que o PCP tem vindo a defender, e hoje novamente com esta iniciativa, a gratuidade das refeições escolares no ensino pré-escolar, no ensino básico e no ensino secundário, para todos os estudantes, independentemente das condições socioeconómicas de cada um. Entendemos também que a gratuidade das refeições escolares deve ser alargada às creches. E não somos só nós que o dizemos. Ainda há dias, a Direção-Geral da Saúde defendeu a gratuidade das refeições escolares, reconhecendo que pode trazer vários benefícios.

A evidência comprova que a gratuitidade das refeições escolares para todos os estudantes, ao longo do seu percurso escolar, permite uma alimentação mais saudável e equilibrada, desconstrói estigmas que possam persistir e combate a exclusão.

A comparticipação do Estado para assegurar hoje as refeições escolares fica muito aquém das necessidades, e esse é outro problema. São múltiplas as situações em que o custo da refeição para os municípios é superior à comparticipação do Governo, o que cria constrangimentos sérios para os municípios, gerando sucessivos défices orçamentais, para além de constituir um condicionamento no que respeita à qualidade das refeições.

Esta situação é agravada com a transferência dos refeitórios das escolas de 2.º e 3.º ciclos, do ensino básico e do ensino secundário, para as autarquias. Foi um processo que não acautelou os custos reais associados para o exercício desta competência. Sistematicamente, as verbas transferidas ficam aquém dos valores suportados pelas autarquias com as refeições escolares. Acresce a isto o reforço dos serviços para garantir a gestão dos refeitórios escolares, incluindo o reforço das equipas ou a criação de plataformas eletrónicas para a

gestão das refeições escolares, cujos valores associados foram assegurados pelos municípios, sem que tenham sido devidamente compensados.

É por isso que a iniciativa que trazemos hoje a debate propõe: a gratuidade das refeições escolares na educação pré-escolar, no ensino básico e no ensino secundário a todos os estudantes; a aquisição e o consumo de produtos locais pelos refeitórios escolares; que seja assegurado o financiamento na íntegra das refeições escolares às autarquias, através do Orçamento do Estado, procedendo à atualização das fórmulas de cálculo em vigor, tendo em conta os custos reais, a taxa de inflação e o número de refeições servidas.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação da sua iniciativa, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, as notícias de hoje falam por si e os dados são muito claros: 1 em cada 20 crianças pobres já teve fome e não comeu por falta de dinheiro. Se fizermos o exercício para este Plenário, significaria que, em 230 Deputados e Deputadas, 11 teriam passado fome na sua infância.

A pobreza infantil, dizem-nos também hoje as notícias, leva a que as crianças tenham como única refeição a que comem na escola, de acordo com os dados dos diretores. É por isso que este debate nos deve convocar a todas e a todos para olharmos para as assimetrias que regionalmente ainda persistem. As autarquias não têm todas a mesma capacidade, as famílias não têm todas a mesma capacidade, e não podem ser as crianças, com o seu prato, a equilibrar as contas públicas do Estado.

Quando dizemos que o Estado paga atualmente 1,46 € por cada refeição servida nas escolas, de acordo com os contratos de associação que existem, assinados em 2025, alguma coisa está a ficar de fora. E o que fica de fora é a quantidade, é a qualidade, é o acesso, inclusive para os alunos que querem obter refeições vegetarianas.

Quando sabemos que este custo é díspar para todos aqueles que passam dificuldades e quando sabemos também que hoje mais de 300 000 crianças em situação de pobreza têm de ter acesso a estas refeições, temos de dar respostas estruturais às autarquias, que não podem estar a aguardar a falta de pagamento ou os atrasos da comparticipação do Estado, que veem as competências empurradas para si, mas não veem nem as soluções e, menos ainda, o financiamento.

É precisamente para travarmos o agudizar destas injustiças que hoje temos de nos sentar à mesa, não da escola pública nem do refeitório, mas do Parlamento e, de uma vez por todas, contribuirmos do ponto de vista legislativo para uma atualização mais estrutural dos valores da comparticipação pública nas refeições escolares, ainda por cima numa altura de escalada de preços que está a ser provocada pela inflação, pela guerra e pelo aumento dos combustíveis.

Sr.as e Srs. Deputados, haja vontade política para trabalharmos na especialidade e darmos esta resposta às nossas crianças, que, acima de tudo, a escola pública também deve poder oferecer.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Podem-se matar mais animaizinhos para se poder fazer comida? Ó Inês, pode ser carninha?!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Também para a apresentação da respetiva iniciativa, por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra a Sr.ª Deputada Rosa Cruz.

A Sr.ª **Rosa Isabel Cruz** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O Partido Socialista acreditou, e continua a acreditar, na descentralização como um instrumento fundamental da modernização do Estado e da aproximação das políticas públicas às pessoas, porque aproximar decisões das populações é fortalecer a capacidade de resposta dos serviços públicos e reconhecer nos municípios um parceiro essencial na concretização dessas políticas públicas.

Foi essa visão política que levou o Partido Socialista a avançar com a transferência de competências para as autarquias em várias áreas, entre elas a educação, reforçando a proximidade às comunidades escolares e a capacidade de resposta no território. A verdade é que, se estamos hoje aqui a debater formas de melhorar o financiamento das refeições escolares, corrigir insuficiências e responder às novas pressões sobre os

municípios, é precisamente porque houve um processo de descentralização que aproximou esta gestão do terreno e permitiu identificar com clareza os problemas concretos que existem.

Enquanto outros ficaram presos à lógica centralista e à resistência à transferência de competências — mas hoje, felizmente, reconhecem-na como um processo fundamental para políticas públicas de proximidade —, o Partido Socialista escolheu confiar nos municípios, reconhecendo o seu papel essencial na resposta educativa, e os municípios têm desempenhado esse papel com enorme responsabilidade.

Porém, descentralizar exige acompanhamento contínuo, porque a política não é estática, Srs. Deputados, é dinâmica, e tem de ser permanentemente ajustada às circunstâncias, às novas exigências e às realidades que vão surgindo.

Hoje temos inflação alimentar persistente, aumento dos custos energéticos, maior pressão sobre os serviços municipais e uma realidade económica diferente daquela que existia quando estas competências foram transferidas. É precisamente por isso que o Partido Socialista propõe identificar insuficiências, corrigir défices e garantir a sustentabilidade do sistema, porque exercer responsabilidade política também é isto, é acompanhar as políticas públicas, reconhecer as dificuldades e introduzir melhorias quando elas são necessárias.

Foi precisamente isso que o Partido Socialista fez quando apresentou, anteriormente, propostas para criar mecanismos permanentes de monitorização e avaliação da descentralização na educação — propostas, essas, que foram rejeitadas pela direita.

Aplausos do PS.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Bem lembrado!

A Sr.ª **Rosa Isabel Cruz** (PS): — Ou seja, o Partido Socialista não vem hoje falar sobre estas questões; o Partido Socialista já tinha identificado a necessidade de acompanhamento contínuo, de avaliação permanente e de correção das insuficiências entretanto verificadas, mas os Srs. Deputados da direita só hoje perceberam que isso era necessário.

Protestos do PSD e do CH.

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — São tão inteligentes, vocês! É chico-espertice!

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Descobriram agora a pólvora!

A Sr.ª **Rosa Isabel Cruz** (PS): — Sr.as e Srs. Deputados, um estudo recentemente apresentado pela Universidade do Minho é claro. Como aqui já foi referido, uma larga maioria dos municípios reporta défices significativos no financiamento das refeições escolares. Aquilo que está em causa não é apenas uma questão financeira. Estamos a falar da qualidade das refeições servidas nas escolas, da igualdade de oportunidades, da capacidade de garantir às crianças e jovens uma alimentação adequada e equilibrada e da sustentabilidade da resposta pública no território.

Ao longo deste debate, ouvimos várias propostas. Umas apresentam *slogans*, outras atualizações pontuais, outras modelos sem explicar como serão executados, mas o Partido Socialista apresenta instrumentos concretos para garantir financiamento adequado, acompanhamento permanente e sustentabilidade nas refeições escolares. É essa a diferença essencial.

Por isso, o Partido Socialista propõe um levantamento rigoroso dos défices existentes, um mecanismo permanente de monitorização e avaliação e uma atualização extraordinária do financiamento transferido às autarquias, porque aquilo que não pode continuar a acontecer é termos municípios a suportar, ano após ano, encargos acumulados sem instrumentos estáveis de acompanhamento e correção.

É por isso que a diferença entre o projeto do Partido Socialista e os restantes apresentados é muito clara.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Os senhores não fizeram nada em 8 anos!

A Sr.ª **Rosa Isabel da Cruz** (PS): — O Partido Socialista apresenta uma solução estrutural, não respostas pontuais, não fala apenas da atualização de verbas, mas cria mecanismos permanentes de monitorização; não anuncia modelos ideais, preocupa-se com sustentabilidade, previsibilidade e capacidade de execução.

O Partido Socialista apresenta aquilo que verdadeiramente distingue uma política pública séria: capacidade de executar, acompanhamento permanente e sustentabilidade no tempo.

Sr.as e Srs. Deputados, garantir refeições escolares adequadas não é apenas servir refeições,…

A Sr.ª **Irene Costa** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Rosa Isabel da Cruz** (PS): — … é garantir qualidade, equidade, estabilidade e a sustentabilidade do sistema educativo.

Aplausos do PS.

As autarquias precisam de financiamento adequado, mas precisam, também, dessa previsibilidade, de acompanhamento, de respostas permanentes, e não de medidas avulsas, porque sem acompanhamento permanente, Srs. Deputados, continuaremos a discutir os mesmos problemas todos os anos.

E é exatamente isso que o Partido Socialista hoje apresenta uma proposta séria, executável, estruturada e preparada para responder, acompanhar e corrigir os problemas reais que existem hoje e existirão amanhã. Isto porque a responsabilidade política não está só e apenas em identificar os problemas, mas também em criar condições para os resolver com estabilidade, continuidade e capacidade de execução no terreno.

Sr.as e Srs. Deputados, o PS continua a acreditar naquilo que começou nos seus governos: promover políticas públicas de proximidade, mas com responsabilidade. E é essa responsabilidade política que o Partido Socialista hoje assume aqui, neste debate, com este projeto.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento. Vamos só aguardar que regresse ao seu lugar. O pedido de esclarecimento vai ser feito pelo Grupo Parlamentar do PSD, até 2 minutos. Portanto, tem a palavra a Sr.ª Deputada Manuela Carvalho.

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Rosa Cruz, o Partido Socialista vem hoje falar de refeições escolares, de financiamento e de descentralização, mas há uma ironia difícil de ignorar: o Partido Socialista vem apontar falhas e exigir respostas a um modelo que tem a sua assinatura política, ou seja, vem hoje criticar o edifício que ele próprio construiu.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ora!…

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — E, depois, onde estava o Partido Socialista quando os municípios começaram a alertar para estes défices?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ora!…

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — Onde estava o Partido Socialista quando as autarquias diziam que as verbas não chegavam para cobrir os custos reais das refeições escolares?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ora!…

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — A resposta é simples: estava no Governo!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ora!…

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — Sim, estava no Governo, a assobiar para o lado…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ora!…

Risos da Deputada do PCP Paula Santos.

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — … e a ignorar os alertas sucessivos dos municípios.

Aplausos do PSD.

E hoje? Hoje vem reconhecer aquilo que recusou corrigir, quando tinha responsabilidade para o fazer.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — E o estudo que o PS invoca, realizado a pedido do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, não apaga essa responsabilidade, só a confirma — só a confirma!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso mesmo!

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — Os défices superiores a 20 %, reportados por 64 % dos municípios, mostram que o modelo não acompanhou a evolução dos custos nem acautelou o impacto nas contas locais.

Por isso, esta iniciativa não é apenas uma preocupação tardia, é uma confissão política.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — O atual Governo está a fazer o que deve, avaliar o processo com base num estudo técnico, analisar os encargos reais assumidos pelos municípios e trabalhar, trabalhar com rigor e em diálogo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Porque a verdade é esta: descentralizar competências sem garantir financiamento suficiente não é reforçar o poder local,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ora, ora!…

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — … é transferir problemas para as autarquias.

Por isso, pergunto: porque é que o Partido Socialista só agora reconhece as falhas de um modelo que criou, executou e deixou por corrigir?

Vai ou não vai o Partido Socialista assumir que não garantiu um financiamento capaz de acompanhar a evolução dos custos das refeições escolares,…

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Não ouviu a intervenção!

A Sr.ª **Manuela Carvalho** (PSD): — … deixando os municípios a suportarem encargos superiores às verbas recebidas?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — E para responder até 18 segundos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Rosa Cruz.

A Sr.ª **Rosa Isabel da Cruz** (PS): — Vou tentar. Muito obrigada pela sua questão, Sr.ª Deputada.

Rapidamente, Sr.ª Deputada, bem-vinda à descentralização. De facto, olhar para o projeto do PSD e o PSD reconhecer que a descentralização é uma mais-valia, já por si, vale a pena.

Protestos do PSD.

Sr.ª Deputada, o PS apresentou a iniciativa para rever o financiamento que existe em relação à descentralização — vocês, da direita, chumbaram. Hoje em dia, deviam estar aqui a agradecer ao Partido Socialista pela descentralização, pelas políticas de proximidade e a pedir desculpa por não terem feito o processo de avaliação…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Para a próxima pensem melhor antes de votarem mal!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Oh!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Só fazes barulho! Não ouves!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É isso!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação da iniciativa legislativa do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra a Sr.ª Deputada Sónia dos Reis.

A Sr.ª **Sonia dos Reis** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A transferência de competências na área da educação para os municípios constituiu um passo importante no reforço da proximidade entre a Administração Pública e as comunidades educativas locais.

O princípio da descentralização revelou-se necessário para permitir respostas mais ajustadas às realidades territoriais e às necessidades concretas das famílias e dos alunos.

Contudo, a execução deste processo pelos anteriores governos ficou marcada por insuficiências ao nível do financiamento e da adequação dos mecanismos de atualização das verbas transferidas para os municípios.

Durante meses, muitos foram os municípios que começaram a fazer contas e a perceber que aquilo que deveria ser um momento de proveitosa proximidade e com ganhos de eficiência na gestão do território, era um presente envenenado, já que o então Governo socialista propunha uma transferência de competências e de responsabilidades sem que houvesse um compromisso de transferência de verbas à altura do desafio.

Refiro-me, em particular, à transferência de responsabilidades relativas às refeições escolares do 1.º ciclo do ensino básico, que não, não foi acompanhada por um modelo financeiro capaz de refletir a evolução dos custos reais suportados pelas autarquias, situação agravada pela conjuntura inflacionista verificada nos últimos anos.

Mas nada de novo no modelo de governação socialista. Todos já sabem como é e no que dá — muitas ideias, muitas ideias e os outros a arcar com as contas.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Sonia dos Reis** (PSD): — Ora, com a chegada ao Governo da AD e com o levantamento de numerosas situações negativas inerentes à educação, que geraram consternação, fragmentação e desmotivação, houve necessidade de perceber realmente o que tínhamos em mãos.

Iria o Ministério da Educação, Ciência e Inovação ignorar as dificuldades dos autarcas em sucessivos anos de pagamentos de uma responsabilidade que fora outrora, única e exclusivamente, do Estado?

Iria o Sr. Ministro lavar as mãos como Pilatos, como tantos outros fizeram antes?

Não, obviamente que não.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Sonia dos Reis** (PSD): — O Sr. Ministro escutou autarcas, quis dados concretos e objetivos que dessem suporte às suas dificuldades e injustiças, muitas delas a sobrecarregar em orçamentos municipais, ano após ano. Por isso, encomendou o estudo *Diagnóstico e Avaliação do Processo de Descentralização na área da Educação para o ano 2025*, realizado pela Universidade do Minho.

Perceções? Atos de fé? Diz que disse? Nós não trabalhamos assim.

Aplausos do PSD.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

E foi com base nos resultados desse estudo que foram identificadas fragilidades, concluindo que os municípios suportam despesas superiores às transferências recebidas do Estado, nomeadamente nos apoios alimentares.

Sr.as e Srs. Deputados, os autarcas tinham razão. O relatório refere que 64 % dos municípios reportam défices superiores a 20 % nesta rúbrica, evidenciando um desfasamento entre os custos efetivos das refeições escolares e os montantes financiados pela administração central.

Importa, por isso, reconhecer que o atual Governo tem promovido a necessária avaliação do processo de descentralização, procurando corrigir desequilíbrios acumulados e introduzir mecanismos mais justos,…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Quais?!

A Sr.ª **Sonia dos Reis** (PSD): — … transparentes e ajustados às diferentes realidades territoriais.

A atualização destas verbas destinadas às refeições escolares constitui uma medida essencial para garantir a sustentabilidade financeira das autarquias e assegurar a qualidade e universalidade deste serviço fundamental para milhares de alunos do primeiro ciclo do ensino básico.

A atualização destas verbas vem mitigar um problema grave, que foi deixado pelo Partido Socialista aos municípios para resolverem.

A atualização destas verbas vem corrigir uma injustiça provocada por um governo central, que deixou o poder local com uma responsabilidade acrescida, mas sem a devida comparticipação financeira para lhe fazer face.

É hora de fazer justiça, Sr.as e Srs. Deputados. É hora de fazer justiça e corrigir erros do passado, com determinação, com ação. Estamos aqui para o fazer.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento, que vai ser feito pelo Grupo Parlamentar do Chega. Tendo até 2 minutos para o efeito, tem a palavra a Sr.ª Deputada Sónia Monteiro.

A Sr.ª **Sónia Monteiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Sonia Reis, ouvimos o PSD falar de responsabilidade, de equilíbrio e de gestão, mas aquilo a que temos assistido é a uma tentativa constante de proteger e encobrir o Governo,…

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Sónia Monteiro** (CH): — … enquanto continuam esquecidos problemas essenciais que afetam diariamente milhares de crianças portuguesas.

Vozes do CH: — Muito bem!

A oradora prosseguiu o seu pedido de esclarecimento dirigindo-se visualmente, por engano, à Deputada do PSD Manuela Carvalho; neste contexto, alguns Deputados do PSD alertaram a oradora para o engano, apontando com o dedo para a correta destinatária do pedido de esclarecimento, a Deputada do PSD Sonia dos Reis.

A Sr.ª **Sónia Monteiro** (CH): — Hoje não estamos a discutir relatórios, números ou justificações políticas. Hoje discutimos as refeições escolares dos nossos filhos, de todas as crianças — refeições pobres, fracas e muitas vezes sem qualidade.

A Sr.ª **Manuela Tender** CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Sónia Monteiro** (CH): — Por isso, questiono: os Srs. Deputados conseguiam alimentar os vossos filhos com uma refeição de 1,46 €?

Será justo exigir qualidade às escolas quando o próprio Estado não lhes dá condições para garantir essa qualidade?

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Sónia Monteiro** (CH): — Conseguiam olhar para um prato quase só com massa e arroz e dizer «sim, isto é suficiente para uma criança comer saudável»? Porque é esta a realidade que muitas escolas vivem.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso é só demagogia!

A Sr.ª **Sónia Monteiro** (CH): — A alimentação das nossas crianças não é um luxo, não é um favor do Estado, é um direito.

Falo de crianças que passam o dia inteiro nas escolas e que, para muitas, essa é a refeição mais importante do dia, pois as famílias vivem com dificuldades enormes e, nesse sentido, acreditam que os seus filhos terão uma refeição digna na escola.

Srs. Deputados, será digno aquilo que hoje lhes estamos a dar?

Hoje, o Chega também apresenta um projeto realista para a proteção das nossas crianças sem visar as autarquias.

Isto devia unir-nos a todos e não ser uma luta partidária.

A Sr.ª **Manuela Tender** CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Sónia Monteiro** (CH): — Isto porque nenhuma criança merece crescer com uma alimentação pobre enquanto o Estado fecha os olhos à realidade.

E espero, sinceramente, que o PSD consiga ter mais coragem hoje para ajudar as nossas crianças e…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder até 40 segundos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Sonia dos Reis.

A Sr.ª **Sonia dos Reis** (PSD): — Cara Deputada do Chega, Sónia Monteiro, sei bem onde está, teve alguma dificuldade em encontrar-me…

Risos de Deputados do PSD.

Sr.ª Deputada, eu julgo que não me ouviu ali de cima, da tribuna, porque aquilo que eu disse é que este estudo serve precisamente para mitigar as assimetrias e as injustiças de que a Sr.ª Deputada falou. Portanto, essas perguntas deveriam ser colocadas à bancada do Partido Socialista.

Aplausos do PSD.

Vozes do CH: — Não, não!

A Sr.ª **Sonia dos Reis** (PSD): — Por isso é que nós encomendámos este estudo e, sem ter receio dos seus resultados, vamos tomar medidas. Aliás, o nosso projeto de resolução já o indica.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Qual estudo?!

A Sr.ª **Sonia dos Reis** (PSD): — A Sr.ª Deputada ouviu que este estudo foi agora apresentado e o Ministro está, obviamente, a analisá-lo e vai tomar as devidas medidas, que irão ter reflexo — porque não?! — já no próximo Orçamento do Estado. Não temos medo de o dizer, estamos aqui para fazer. É isso que nós nos propomos fazer. Foi isso que, durante anos, o Partido Socialista não fez.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar agora à fase das intervenções. A primeira será do Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, dispondo até 1 minuto.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados: A descentralização na educação não pode significar abandono do Estado central nem transferência de problemas financeiros para as autarquias locais.

Os municípios aceitaram responsabilidades porque acreditavam e acreditam na escola pública, porque conhecem a realidade das famílias e porque sabem que uma refeição digna pode fazer a diferença no sucesso escolar de uma criança.

Mas hoje a verdade é clara, muitas câmaras municipais estão a suportar custos que o Estado devia acompanhar. Os preços aumentaram, os encargos cresceram e as verbas continuam desajustadas perante a realidade. Quando 64 % dos autarcas alertam para défices superiores a 20 % das refeições escolares, o Governo não pode fingir que está tudo bem.

As diferentes iniciativas representam, grosso modo, modelos de mais responsabilidade e justiça territorial: avaliar os défices existentes, criar mecanismos permanentes de monitorização e reforçar a comparticipação do Estado perante as autarquias.

Garantir refeições escolares adequadas não é despesa; é um investimento na igualdade, na dignidade e no futuro das nossas crianças. É isso que devemos sempre defender.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Muito bem, pá, muito bem!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do CDS e tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados: Este debate trata de um assunto fundamental, das condições de alimentação das nossas crianças e dos nossos jovens nas escolas portuguesas.

Sabemos que, para algumas crianças, as refeições servidas na escola são a única garantia da sua alimentação. Dados revelados hoje mesmo apontam que uma em cada 20 crianças pobres teve fome e não comeu por falta de meios da família. Embora o risco de pobreza se tenha reduzido de 17 % em 2023 para 15 % em 2025 — dado que, curiosamente, não foi referido por nenhuma bancada da oposição —, esta realidade não é aceitável num país da Europa ocidental como é Portugal.

A sociedade deve garantir a todas as crianças e jovens, independentemente da idade, da região ou dos meios da sua família, o acesso a refeições de qualidade, e o Estado falha sempre que passa competências sem garantir as respetivas transferências. É que isso não é subsidiariedade, pelo contrário, é distribuir literalmente o mal pelas aldeias, pelas vilas e pelas cidades de Portugal.

Dois terços dos autarcas denunciam défices acima de 20 % nas suas autarquias por causa, precisamente, do custo das refeições escolares. E porquê? Porque as autarquias foram enganadas por sucessivos governos do PS com promessas de transferências financeiras que nunca foram suficientes.

Protestos do Deputado do PS Emanuel Câmara.

O que é que o PS diz a este propósito? Nada! Sobre este assunto, rigorosamente nada! É extraordinário, mas é. Faz parte de um padrão socialista.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Padrão?! Isto é surpreendente!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não é surpreendente, Sr. Deputado, não se preocupe que eu não acho que seja surpreendente.

A iniciativa do PS, com a bazófia habitual, não tem uma palavra — uma! — sobre a responsabilidade direta no estado da atual situação. Parece que nem a cura da oposição consegue levar o PS a pôr a mão na consciência e a assumir o que já toda a gente sabe: as transferências de competências foram mais propaganda do que financiamento.

Felizmente que o Governo já está a atuar.

Em primeiro lugar, desde logo, encomendou o diagnóstico que todas as bancadas da oposição referiram e sem o qual, de resto, não seria possível aferir a dimensão do problema que o PS criou.

A Sr.ª **Sonia dos Reis** (PSD): — Ah, pois!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Em segundo lugar, está a fazer a revisão global da descentralização de competências na educação, em conjunto com as escolas e com as autarquias.

Protestos do Deputado do PS Emanuel Câmara.

O próprio Ministro da Educação já anunciou que a gestão das refeições escolares é uma prioridade e será revista o mais rapidamente possível, de preferência no princípio do próximo ano letivo.

Por isso, esperamos que esta situação se resolva o quanto antes e que o Governo endireite um processo que o PS, como sempre, deixou torto.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Emanuel Câmara** (PS): — Mais do mesmo!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português. Até 34 segundos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Aquilo a que acabámos de assistir aqui, por parte do PS e do PSD, foi um branquear das suas responsabilidades. Mas recordo que, aquando do processo de transferência de competências, entre elas a gestão dos refeitórios escolares, já estava identificado que os meios não eram suficientes — mas, mesmo assim, o PSD decidiu dar a mão ao PS para aprovar essa legislação.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Vocês é que deram!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Mas agora, do PSD, que está no Governo há dois anos — vejam, dois anos! —, ouvimos ali uma intervenção e muita conversa, de facto, bastante, mas, no concreto, medidas: zero, Zero! Não houve qualquer aumento em termos de investimento para garantir, de facto, os recursos que são necessários para refeições de qualidade. E as propostas que, inclusivamente, nós apresentámos no Orçamento do Estado para aumentar as verbas na área da educação para transferir para as autarquias, foram rejeitadas.

Eu creio que sobre isto estamos conversados, sobre aquilo que o Governo não quer fazer.

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Livre e tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados: Parece-me que estamos de acordo, é preciso atualizar o valor das refeições nas nossas escolas para que as crianças tenham acesso a refeições verdadeiramente boas e de qualidade, porque é importante que gostem de comer na escola.

Mas este debate também é sobre algo muito mais profundo do que isso, porque garantir o acesso a direitos que são básicos mediante o comprovativo de rendimento é algo profundamente divisivo da nossa sociedade. Mas, quando se trata de crianças, sobre as quais temos todos uma grande responsabilidade coletiva, nunca lhes deveríamos impor o acesso a algo consoante o rendimento da sua família. Não podemos deixar o ónus na criança.

Isso é válido para as refeições escolares, mas também é válido, por exemplo, para as visitas de estudo e para todas as atividades que a escola deve oferecer. Portanto, este debate até é muito maior do que isso. É garantir um verdadeiro acesso à escola pública em todo o seu espectro, em todas as suas atividades, de forma igual para todas as crianças, independentemente do seu rendimento, porque só assim é que garantimos que todas tenham acesso a uma escola pública na sua plenitude.

Aplausos do L.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — O barulho que vai para aí! Eh, pá, até já querem partir a mobília!

Protestos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para o encerramento, juntando 27 segundos aos 2 minutos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados: Recentemente, os espaços de refeições da Assembleia da República passaram pelo *Polígrafo* porque andavam a circular informações falsas. Foi reposta a verdade e explicou-se quanto é que as pessoas pagavam e qual o valor pago ao prestador por refeição, independentemente de quem vai ao refeitório. Esse valor permitiu que hoje pudéssemos escolher entre uma sopa normal, uma sopa de dieta, um prato de peixe, um prato de carne ou um prato vegetariano.

Já nas nossas escolas, o preço que o Estado paga pelas refeições escolares está a anos-luz do preço de custo. Só com o esforço dos municípios é que é possível manter as cantinas a funcionar. Só com o esforço dos municípios é que é possível ter refeições completas e, para muitas dessas crianças, será a única refeição de jeito que vão ter.

As famílias estão cansadas do passa-culpas, os autarcas estão fartos de reclamar e a Assembleia da República tem hoje e amanhã, na votação, a oportunidade de mostrar ao País que quer resolver este problema de uma vez por todas e que o vai fazer nos diferentes ciclos de ensino obrigatório e não só no 1.º ciclo.

Vamos repor a justiça nas cantinas escolares e vamos dignificar o poder local. É isto que está expresso na proposta da Iniciativa Liberal: equilíbrio, racionalidade, justiça social e descentralização.

Aplausos da IL.

Protestos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Encerramos este ponto e vamos passar ao sexto ponto da ordem do dia, que é o debate sobre a Petição n.º 113/XVI/1.ª — Dispensa de Serviço em Dia de Dádiva Benévola de Sangue e as iniciativas associadas,o Projeto de Lei n.º 610/XVII/1.ª (IL) — Valoriza a dádiva regular de sangue através da atribuição de dias adicionais de férias, alterando o Estatuto do Dador de Sangue, o Código do Trabalho e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e os Projetos de Resolução n.os 911/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo a valorização da dádiva benévola de sangue, a reposição da dispensa de serviço em dia de dádiva e o reforço da colheita de plasma por aférese, 917/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de incentivo à dádiva de sangue, 918/XVII/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a valorização e promoção da dádiva voluntária e altruísta de sangue em Portugal, 922/XVII/1.ª (PAN) — Pela dispensa de serviço em dia de dádiva benévola de sangue e pela realização de uma campanha extraordinária de incentivo à doação de sangue e 939/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo o direito à dispensa de prestação de atividade profissional, de formação ou inseridas em programas ocupacionais, no dia da dádiva, sem perda de direitos ou regalias do trabalhador dador.

Enquanto as bancadas se organizam, aproveito para cumprimentar os peticionários, da Federação Portuguesa de Dadores Benévolos de Sangue, que estão presentes nas galerias para assistir a este debate.

Para apresentar o seu projeto de lei, tem a palavra a Sr.ª Deputada Joana Cordeiro, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Começo por cumprimentar a Federação Portuguesa de Dadores Benévolos de Sangue, que nos traz esta petição com mais de 7500 subscritores, assim como todos os dadores de sangue.

Dar sangue é um gesto bonito, voluntário, solidário, mas é também um gesto essencial para o funcionamento do sistema de saúde e que salva vidas todos os dias. É aqui que surge a preocupação. Entre 2017 e 2024, Portugal perdeu cerca de 10 000 dadores, uma média de 1400 dadores por ano, e perdeu cerca de 24 000 dádivas anuais, cerca de 3400 dádivas por ano. Isto significa menos pessoas a dar sangue e menos dádivas disponíveis, num sistema que precisa de reservas estáveis todos os dias.

Uma única dádiva demora cerca de 30 a 45 minutos e pode salvar até três vidas. Mas a segurança do sistema não pode depender apenas de dádivas pontuais, campanhas de emergência ou apelos, quando as reservas estão em baixo. É por isso que esta discussão é importante.

A petição chama a atenção para uma preocupação legítima: a forma como a lei trata hoje a ausência do trabalhador dador. A lei fala em dispensa pelo período necessário para a dádiva, mas esta formulação pode gerar dúvidas. Conta apenas o tempo da colheita? Inclui a deslocação, a espera ou o período de recuperação?

A própria petição identifica este problema. A expressão «tempo necessário» pode tornar a aplicação da lei subjetiva e desigual. É aqui que estamos de acordo. Faz sentido clarificar e garantir que nenhum trabalhador dador é prejudicado por cumprir um ato cívico essencial.

Mas uma coisa é clarificar, outra é transformar essa dispensa num dia inteiro automático em todas as situações. Dou um exemplo simples que já aqui dei. Numa recolha de sangue organizada numa instituição, os trabalhadores vão dando sangue ao longo da manhã ou ao longo da tarde em horários diferentes. Ora, se todos tiverem automaticamente o direito ao dia, independentemente da hora da dádiva, podemos criar um efeito desproporcionado; ou, pior, podemos desincentivar as instituições de organizarem este tipo de ações.

Neste sentido, a Iniciativa Liberal entende que a solução deve ser equilibrada, proporcional e orientada para o problema de base: a regularidade.

Por isso, apresentamos uma proposta diferente. Propomos valorizar a dádiva regular de sangue através da atribuição de dias de férias, um dia adicional para quem faça duas dádivas no ano, dois dias adicionais para quem faça três ou mais dádivas.

Não queremos agradecer apenas uma dádiva isolada. Queremos incentivar um compromisso continuado com uma necessidade que é permanente no sistema de saúde.

Há outro ponto importante. Esta é uma política pública de saúde, beneficia o sistema, mas beneficia sobretudo os doentes. Assim, e por ser uma política pública de saúde, não queremos atirar mais um custo para

cima das empresas. Queremos, sim, que o Governo regulamente a implementação, a articulação com os empregadores e o enquadramento financeiro da medida.

Srs. Deputados, precisamos de incentivar a dádiva, precisamos de reforçar as reservas de sangue, mas precisamos também de boas políticas públicas. É essa a proposta da Iniciativa Liberal, valorizar e agradecer a dádiva voluntária e benévola, incentivar a regularidade e garantir uma solução justa para quem dá, útil para o sistema e equilibrada para todos, porque o objetivo é comum — garantir que o sangue nunca falte a quem precisa.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação da iniciativa do JPP, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, que dispõe de até 2 minutos.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje trazemos a esta Câmara uma iniciativa que fala de solidariedade, de responsabilidade coletiva e, acima de tudo, de vidas humanas, porque não há cirurgias sem sangue, não há respostas às cirurgias sem sangue e não há tratamento de milhares de doentes sem o rosto altruísta de quem decide dar um pouco de si para salvar o próximo.

Mas a verdade é preocupante. Portugal perdeu dezenas de milhares de dadores regulares na última década e os nossos dadores estão cada vez mais envelhecidos. Isso significa que, se nada fizermos, estaremos a colocar em risco a capacidade de resposta do nosso sistema de saúde.

O mínimo que o Estado pode fazer é respeitar, valorizar e proteger quem cumpre este dever cívico. Não é aceitável que um trabalhador tenha dúvidas sobre os seus direitos quando vai dar sangue. Não é aceitável que existam interpretações diferentes de uma empresa para outra. E quem dá sangue não pode ser penalizado, pelo contrário, deve ser, acima de tudo, reconhecido.

É por isso que o JPP propõe a reposição clara da dispensa de serviço no dia da dádiva, sem perda de quaisquer direitos ou regalias.

Mas queremos ir mais longe. Portugal continua demasiado dependente do exterior em matéria de plasma.

Precisamos de reforçar os meios do Instituto Português do Sangue e da Transplantação e garantir capacidade operacional para responder às necessidades do País. E queremos fazê-lo, acima de tudo, em articulação com as associações ou as federações de dadores que conhecem, no terreno, as dificuldades e os desafios desta missão.

É que defender os dadores de sangue é defender o Serviço Nacional de Saúde, é defender a vida, é afirmar que a solidariedade não pode ser apenas uma palavra bonita, tem de ter reconhecimento, proteção e respeito — e é isso que a nossa iniciativa pretende garantir para todos os portugueses.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A apresentação da próxima iniciativa cabe ao Grupo Parlamentar do PCP e tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Eu queria também começar por saudar a Federação Portuguesa de Dadores Benévolos de Sangue por trazer esta iniciativa à Assembleia da República, saudar todos os dadores de sangue, todas as associações de dadores de sangue, porque, de facto, o seu contributo é inestimável para a nossa saúde, digamos assim, para a saúde de todos nós.

Decidimos acompanhar esta petição, que, aliás, alerta — e bem — para a necessidade de adoção de medidas com vista a aumentar a dádiva de sangue, tendo até em conta os dados recentes, que nos indicam que há uma redução das dádivas, e isso tem originado também oscilações, tem originado vários momentos críticos. É verdade que, quando acontecem essas situações, há um empenhamento, nomeadamente das associações de dadores e dos próprios dadores, para se ultrapassar essa situação em concreto, mas aquilo de que precisamos é de estabilidade, para garantir que temos as reservas de sangue necessárias para assegurar a prestação de cuidados de saúde a que os doentes no nosso País têm direito.

Os alertas que nos fazem com a necessidade tomar essas medidas são, desde logo, para que seja reposta a dispensa laboral, ou seja, para que seja reposto o dia ao trabalhador quando vai doar sangue. É uma

reivindicação que é justa, é uma reivindicação que faz sentido — esta reposição da atribuição deste dia — e que pode, em muito, contribuir para aumentar as dádivas de sangue.

Sobre esta matéria, queria ainda referir que, nesta Sessão Legislativa, tivemos já oportunidade de trazer aqui um projeto de lei com essa alteração em concreto, o qual foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS e as abstenções do Chega, do PS e da Iniciativa Liberal.

Este problema poderia estar hoje ultrapassado se esta iniciativa tivesse sido aprovada, mas não foi esse o entendimento destas forças políticas, que a rejeitaram. Por isso, mais uma razão para esta petição e para a justiça de trazer este debate, aqui, à Assembleia da República.

Consideramos ainda que é importante reforçar, em termos de meios e de recursos, o Instituto Português do Sangue e da Transplantação — a falta de pessoal é um dos problemas com que também estamos confrontados — e consideramos que é também importante reforçar o apoio às associações de dadores de sangue, tendo em conta o papel e a atividade que desempenham, o esforço, a dedicação, o empenho — toda esta intervenção que é, de facto, de um enorme valor, que tem de ser reconhecido e tem de ser valorizado.

É neste sentido que vai a iniciativa que trazemos hoje a debate: por um lado, recomendar ao Governo a reposição do direito à dispensa ao trabalho no dia da dádiva de sangue; e, por outro, o reforço do apoio às associações de dadores e do reforço dos meios e recursos do Instituto Português do Sangue e da Transplantação.

Queria terminar dizendo que, de facto, a dádiva de sangue é um ato solidário e voluntário. Ele tem de ser valorizado, tem de ser reconhecido, e isso faz-se com medidas concretas, não pode ficar apenas nas palavras.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação da próxima iniciativa legislativa, pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Oliveira.

A Sr.ª **Ana Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Começo por saudar os subscritores da Petição n.º 113/XVI/1.ª, que trouxeram hoje a esta Assembleia um tema da maior relevância humana, social e cívica, a valorização da dádiva benévola de sangue.

Os peticionários recordam-nos algo especial, que dar sangue é muito mais do que um gesto. É um ato de solidariedade, de cidadania e de profundo compromisso com o próximo; é um contributo que, sendo anónimo, silencioso e simples, salva vidas todos os dias em Portugal. Importa, por isso, reconhecer a relevância social e humana da dádiva benévola de sangue e valorizar todos aqueles que, de forma voluntária, contribuem para o funcionamento do nosso sistema de saúde.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Oliveira** (PSD): — Estima-se que existam, anualmente, cerca de 350 000 a 400 000 dádivas de sangue, números que refletem um compromisso significativo da sociedade portuguesa com esta causa. Sem estes milhares de portugueses, seria impossível assegurar cirurgias, tratamentos oncológicos, transplantes ou responder a situações de emergência.

A petição que hoje discutimos chama ainda a atenção para a necessidade de garantir condições adequadas aos dadores, nomeadamente no que respeita à dispensa de serviço no dia da dádiva. Trata-se de uma preocupação legítima, mas que merece reflexão mais abrangente e que deve acompanhar um objetivo maior: criar uma cultura de reconhecimento e valorização dos dadores de sangue em Portugal.

É precisamente nesse espírito que o Grupo Parlamentar do PSD apresenta o Projeto de Resolução n.º 918/XVII/1.ª. Fazemo-lo porque entendemos que a dádiva voluntária, benévola e não remunerada de sangue deve continuar a assentar nos princípios do altruísmo, da solidariedade e da responsabilidade cívica e ética,…

Aplausos do PSD.

… mas entendemos também que o Estado deve assumir um papel mais ativo na promoção desta causa.

Hoje, Portugal continua dependente da generosidade de milhares de cidadãos para garantir reservas de sangue seguras e eficientes. Contudo, enfrentamos desafios evidentes: o envelhecimento de dadores regulares,

a dificuldade na renovação geracional e a necessidade de assegurar reservas estáveis ao longo de todo o ano, especialmente em períodos críticos.

Perante esta realidade, não basta reconhecer a importância da dádiva de sangue apenas em momentos de escassez. É necessário desenvolver políticas públicas consistentes, permanentes e articuladas, que promovam a sensibilização da sociedade e incentivem novos dadores.

O projeto de resolução do PSD segue exatamente esse caminho. Recomendamos ao Governo que reforce campanhas públicas de sensibilização, destacando o carácter altruísta e essencial da dádiva de sangue, promovendo uma maior participação cívica da população. Mas vamos mais longe: defendemos também uma articulação entre diferentes áreas governativas — saúde, educação, trabalho e juventude — para criar mecanismos de valorização e reconhecimento dos dadores de sangue.

Falamos de iniciativas públicas, campanhas de proximidade, programas de incentivo e medidas que contribuam para fixar os atuais dadores e mobilizar novas gerações para esta causa, porque valorizar os dadores não é apenas uma questão de justiça e de reconhecimento, é também uma necessidade estratégica para a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde.

Sr.as e Srs. Deputados, a dádiva de sangue representa o melhor da sociedade portuguesa, representa a capacidade de ajudar o próximo de forma voluntária e benévola. Cabe-nos, enquanto legisladores, criar condições para que esse espírito solidário seja reconhecido, promovido e fortalecido. E é esse o objetivo da iniciativa do PSD: afirmar uma cultura de valorização da dádiva voluntária de sangue e reconhecer todos aqueles que, com gestos simples, ajudam diariamente a salvar vidas.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação da iniciativa do PAN, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real.

Continuação de aplausos do PSD.

Agora sim, tem a palavra, até 2 minutos.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Começo por saudar também os peticionários que nos permitem trazer este tema a debate, com diferentes iniciativas.

Já foi aqui amplamente reconhecida a importância de valorizarmos os dadores, mas também o que os dados nos dizem. Nem há um mês, o IPO do Porto, neste caso, veio alertar que a tendência de diminuição anual de dadores de sangue está a originar quebras significativas que podem atingir os 5 % ao ano, o que compromete a assistência médica regular e a emergência em Portugal, inclusive ao nível da doença oncológica.

É fundamental que nas dádivas, que sabemos serem voluntárias — dependem da boa vontade dos dadores, que não recebem nada em troca, a não ser um agradecimento, muitas vezes por parte dos profissionais que estão no local das colheitas de sangue — e sem qualquer contrapartida, se garanta que não há uma perda de retribuição naquilo que diz respeito à componente laboral.

Quando alguém se sujeita a doar o equivalente a 10 % do total do seu próprio sangue, o que implica a recuperação e o descanso — e não é o PAN nem são os diferentes partidos políticos que o reconhecem, são precisamente as *guidelines* específicas para os riscos inerentes à dádiva de sangue, com riscos a nível da componente da atividade física exigente, mas também do repouso e da recuperação —, é fundamental que o Estatuto do Dador de Sangue permita e acompanhe precisamente estas necessidades.

Além disso, ao propor esta revisão do Estatuto do Dador de Sangue, o PAN propõe também que existam campanhas, porque não vivemos só da boa vontade, no que diz respeito à saúde e à resposta médica no nosso País. Por isso mesmo, é preciso abranger estas duas dimensões: garantir que ninguém perde a remuneração ao ter de faltar para doar sangue e que existe, de facto, o dia de vencimento salvaguardado; mas também, ao mesmo tempo, garantir que, através das campanhas, conseguimos manter esta característica única da dádiva de sangue — que é, de facto, ser uma doação, um ato de generosidade e de altruísmo, e não, de alguma forma, uma meta a atingir do ponto de vista laboral, nomeadamente para ter dias de descanso, como, no fundo, acaba por ser um pouco o escopo da iniciativa da Iniciativa Liberal, passe a redundância.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para a apresentação da próxima iniciativa, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A dádiva de sangue salva vidas. É o único pilar em que assenta o Sistema Transfusional Português, e esse pilar está em rutura. Em 2025, tivemos 142 000 dadores, menos 9000 do que em 2023; as reservas nacionais andam em períodos críticos, a metade do nível estável; os hospitais precisam todos os dias de 1100 unidades. Isto não é uma curva estatística, é uma curva de risco clínico.

A renovação geracional enfrenta grandes dificuldades e mantém-se um obstáculo prático que está nas nossas mãos resolver: quem dá sangue continua a fazê-lo no intervalo do almoço, entre dois turnos ou a sacrificar remuneração. O Estatuto do Dador de Sangue fala em «tempo necessário», uma fórmula vaga que desprotege e expõe qualquer trabalhador à perda de retribuição.

Este direito existiu na lei, até 2011, mas foi retirado e nunca foi reposto. A Fepodabes (Federação Portuguesa de Dadores Benévolos de Sangue) — que saúdo — e mais de 7000 cidadãos e cidadãs pedem justamente que o reponhamos.

Propomos quatro medidas: dispensa do trabalho no dia da dádiva, sem perda de retribuição; consagração dessa falta no Código do Trabalho; um incentivo digital aos dadores jovens; e notificação por mensagem do momento em que cada dádiva é usada. Quatro medidas, nenhuma onerosa, todas eficazes — repor um direito que existiu, que funcionou e que falta hoje a quem dele depende, os doentes.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à fase das intervenções e, pelo Grupo Parlamentar do CDS, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Queria em primeiro lugar cumprimentar os peticionários da Federação Portuguesa de Dadores Benévolos de Sangue, cumprimentar todos os dadores de sangue e deixar três palavras e uma conclusão.

A primeira palavra é exatamente de reconhecimento e gratidão por todos aqueles que dão sangue em Portugal. É uma atitude altruísta, muito necessária para aqueles que, precisando, em algum momento, beneficiam dessa generosidade.

A segunda palavra, ainda na sequência da primeira, é uma palavra de apelo — de todos aqueles que estão ligados à organização dos serviços hospitalares na área do sangue e que estão constantemente a lembrar que é muito importante continuar a dar sangue —, para lembrar a dádiva de sangue àqueles que já dão, àqueles que nunca deram e àqueles que já deram e, por alguma razão, deixaram de dar, mas que podem voltar a dar.

Nós tivemos uma evolução muito preocupante nos últimos anos. Desde 2017, em cerca de 10 anos, perdemos 10 000 dadores de sangue, e isto tem um peso muito significativo na capacidade de reposição dos *stocks* de sangue em Portugal. E também acontece numa altura em que os números de inscritos nas ULS (unidades locais de saúde) aumentou!

Portanto, não só tivemos uma diminuição do número de dadores de sangue, como tivemos um aumento significativo — mais de 600 000 — de potenciais beneficiários destas doações.

Isso merece também a terceira palavra, que é uma palavra de preocupação por esta situação, de eventual insuficiência — ou, até, de rutura — de alguns *stocks* de sangue.

Dito isto, os projetos que hoje temos são projetos para apoiar a atividade, a ação de quem dá sangue. Sinceramente, quer na questão da dispensa do próprio dia em que dão sangue quer, principalmente, na questão das férias, temos as maiores dúvidas de que sejam as melhores soluções. Mas — como, por exemplo, o salienta o PSD no seu projeto de resolução, que acompanharemos — é fundamental encontrarmos os incentivos positivos e necessários, sejam estes ou sejam, do nosso ponto de vista, outros.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Chega. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Cristina Vieira.

A Sr.ª **Cristina Vieira Henriques** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: cumprimento-os, bem como a todos os representantes dos dadores de sangue.

Portugal precisa todos os dias de sangue para salvar vidas, mas o Estado comporta-se como se isso fosse um detalhe secundário, que se resolve com campanhas emocionais de última hora, com braços estendidos para a fotografia, sempre que as reservas entram em níveis perigosos.

Durante anos, o poder político acomodou-se à generosidade dos portugueses e transformou a dádiva de sangue numa obrigação unilateral. O cidadão que se organize, que falte ao trabalho como puder, que faça quilómetros para encontrar o local de colheita, que espere horas, que regresse ao serviço como se tivesse ido tratar de uma banalidade administrativa, e isto escancara, mais uma vez, a falta de visão de quem gere o processo, que é absolutamente constrangedora.

O Estado falhou porque nunca tratou a dádiva de sangue como aquilo que ela realmente é: uma prioridade estratégica nacional. Falhou porque não criou uma verdadeira rede de recolha pós-laboral, aos fins de semana, em qualquer altura ou lugar onde as pessoas estejam disponíveis — é assim que deve ser tratada uma emergência em saúde. Falhou porque abandonou a proximidade territorial, deixou vastas zonas do País dependentes de campanhas ocasionais. Falhou porque deixou envelhecer a base de dadores, sem criar uma nova geração, preparada para garantir o futuro das reservas. E falhou porque prefere aparecer em apelos dramáticos, quando falta sangue, em vez de construir um sistema moderno, permanente e compatível com a vida real de quem trabalha.

Por outro lado, quem dá sangue não pode ser tratado como alguém que está a pedir um favor ao Estado ou a aproveitar-se de um benefício laboral. Estamos a falar de pessoas que ajudam, literalmente, a manter vidas humanas. Portanto, se um trabalhador, após uma dádiva, não estiver em condições de regressar imediatamente ao trabalho depois de perder meio litro de sangue — o que é normal — não é um privilégio nem é oportunismo, é prudência clínica e elementar que terá de ser respeitada. Numa matéria em que uma emergência nacional acontece, quem precisar desse tempo deve poder utilizá-lo, pelo tempo que for mesmo necessário.

Um país sério protege quem dá sangue, não suspeita dele, não o penaliza e não o trata como um incómodo administrativo. O que não pode acontecer é o Estado exigir generosidade absoluta aos portugueses, enquanto permanece incapaz de construir um sistema moderno, alargado, verdadeiramente próximo das pessoas. Um sistema que motive os dadores, que esteja presente nas escolas, nas universidades, nas empresas, nas comunidades e que ensine, desde cedo, que uma sociedade digna não se mede apenas pela riqueza, mas pela capacidade de cada cidadão para estar disposto a salvar uma vida.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Livre. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Cumprimento também todos os peticionários e as associações de dadores, em especial a Federação Portuguesa de Dadores Benévolos de Sangue, a quem agradecemos a entrega desta petição e o trabalho desenvolvido em defesa da dádiva de sangue.

Este agendamento surge depois de, em fevereiro, já termos debatido, nesta Assembleia, o direito à dispensa do dia da dádiva, discussão em que o Livre também participou, e apresentou um projeto de resolução para a promoção da dádiva de sangue e o reforço da capacidade do Instituto Português do Sangue e da Transplantação, que foi rejeitado — como a maioria das iniciativas, então, em apreciação.

Esperamos que esta segunda oportunidade, trazida agora pela petição, permita dar passos concretos na valorização dos dadores e na proteção deste gesto de solidariedade — uma salvaguarda essencial, porque a dádiva de sangue é um gesto simples que sustenta todos os dias o SNS: permite responder a urgências, cirurgias, tratamentos oncológicos e muitas outras situações clínicas graves.

Em 2024, Portugal registou menos 4000 dadores do que em 2023 e menos 10 000 face a 2017. E, no mesmo ano, o número de dádivas desceu para 300 000, quando, em 2017, era superior a 324 000. A Federação Portuguesa de Dadores Benévolos de Sangue tem chamado a atenção para estes sinais de alarme e lembrado

que é necessário garantir cerca de 1000 unidades de sangue por dia para manter o sistema seguro. Ao mesmo tempo, a população dadora está a envelhecer, diminuem os dadores jovens e aumenta o peso relativo dos grupos etários mais velhos, o que levanta questões de sustentabilidade das reservas.

Face a este cenário, continuamos a defender aquilo que, em fevereiro, defendíamos, que é: desenvolver um conjunto de políticas públicas que promovam a dádiva de sangue e não apenas, como neste momento, medidas isoladas. Por exemplo: lançar uma campanha nacional de sensibilização; metas para o aumento do número de dadores; modernização dos canais de comunicação e notificação; e medidas para melhorar a acessibilidade. Não podemos exigir mais dádivas sem garantirmos que o sistema está organizado e tem condições para cumprir a sua missão, e isso exige mais planeamento, mais investimento e mais proximidade com as pessoas, para que quem queira doar tenha as portas abertas para o fazer.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do PS. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Irene Costa.

A Sr.ª **Irene Costa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Começo por cumprimentar a Federação Portuguesa de Dadores Benévolos de Sangue e todos os que subscreveram a petição; quero cumprimentar, também, as associações e federações de dadores de sangue e todos os dadores de sangue de Portugal. A todos, o nosso reconhecimento pelo trabalho, pelo gesto altruísta, solidário e profundamente humano que todos os dias salva vidas.

Sr.as e Srs. Deputados, sabemos bem que Portugal tem um modelo de dádiva de sangue que se distingue dos demais, precisamente por assentar nesta generosidade dos nossos cidadãos, numa lógica de compromisso coletivo. Este é, de facto, o modelo que nos distingue, que honra o espírito da dádiva benévola, voluntária e não remunerada, um modelo reconhecido pela sua segurança e confiança pública.

No entanto, sabemos também que os desafios que hoje enfrentamos são diferentes dos que existiam há uma década. Temos hoje mais pressão sobre as reservas disponíveis, temos menos dadores regulares e temos uma população mais envelhecida, o que nos obriga a olhar para esta realidade com responsabilidade acrescida e com visão de futuro.

Foi precisamente nesse sentido que o Partido Socialista apresentou e viu aprovada nesta Assembleia, em fevereiro de 2026, uma recomendação ao Governo assente em três grandes prioridades.

Primeiro, facilitar a dádiva no contexto laboral, em articulação com os parceiros sociais e as entidades empregadoras, promovendo informação e compatibilização de horários.

Segundo, reforçar a coordenação entre o Instituto Português do Sangue e da Transplantação, as instituições de ensino superior, associações académicas e entidades empregadoras, criando programas regulares e estruturados de colheita de sangue nos locais onde as pessoas estudam, trabalham e vivem.

Terceiro, desenvolver uma estratégia nacional de renovação geracional de dadores, com campanhas dirigidas aos jovens estudantes do ensino secundário, para fomentar, desde cedo, a cultura da dádiva como um ato de cidadania ativa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora!

A Sr.ª **Irene Costa** (PS): — É precisamente aqui que devemos concentrar os nossos esforços: na sensibilização, na proximidade, na criação de condições concretas para que doar sangue seja compatível com a vida familiar, académica e profissional. Esta é a posição do Partido Socialista: permitir avanços no processo legislativo, respeitando, em coerência, a recomendação que aqui fizemos de valorizar o envolvimento de todos — os dadores, das associações, das empresas e dos trabalhadores, porque quando falamos de dádivas de sangue, falamos da capacidade que a nossa sociedade tem de cuidarmos uns dos outros. Este é o compromisso do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

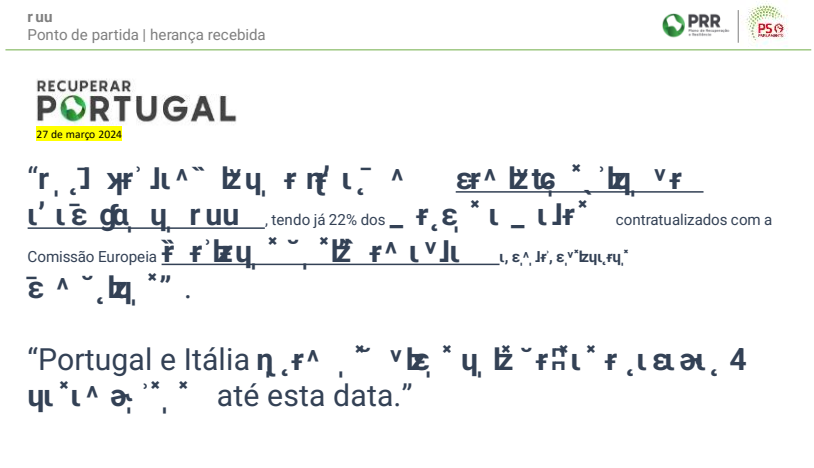
O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Com esta intervenção, chegamos também ao fim deste ponto e da nossa ordem de trabalhos de hoje. Recordo que a sessão plenária de amanhã começa pelas três horas. A ordem de trabalhos é a que está divulgada nos canais internos e externos da Assembleia da República.

Até amanhã, Srs. Deputados.

Eram 19 horas e 55 minutos.

Imagens projetadas pelo Deputado do PS Nuno Fazenda no decurso da intervenção que proferiu relativa ao debate de urgência «A má execução do PRR - Necessidade de medidas urgentes».



r uu
2 ₹ᵛ,˚ ɥʟ˘,ƀ˚ ɛ,^ ӽ¡ʟ,ᵛ, 3

2 anos depois com AD

O que diz o relatório da CNA?

Os alertas feitos desde 2023 passaram de "**riscos potenciais**" a "**constrangimentos efetivos na execução**".

r uu
2 ₹ᵛ,˚ ɥʟ˘,ƀ˚ ɛ,^ ӽ¡ʟ,ᵛ, 3

2 anos depois com AD

O que diz o relatório da CNA?

Expresso
SEMANÁRIO 01.05.2026
Exclusivo
FUNDOS EUROPEUS
Um terço do PRR está em risco, alerta Comissão de Acompanhamento

Fundos europeus
Há 33% de investimentos do PRR em estado "crítico e preocupante"
Mónica Silvares
30 Abril 2026
Na área da saúde, habitação e floresta é onde se encontram mais investimentos em estado crítico. Ao nível da eficiência energética dos edifícios ou do hidrogénio e renováveis todos são preocupantes.

r uu
2 ₹ᵛ,˚ ɥʟ˘,ƀ˚ ɛ,^ ӽ¡ʟ,ᵛ, 3

2 anos depois com AD

Exclusivo
FUNDOS EUROPEUS
Creches e lares do PRR com mais de 90% dos lugares por concluir a quatro meses do fim

ECONOMIA AO MINUTO
PRR: "Temos risco de 30 a 40 escolas não estarem concluídas"
A Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR avisou hoje que há um risco "muito elevado" de 30 a 40 escolas não estarem concluídas no final de agosto, quando termina o prazo para a execução do plano.

r uu
2 ₹ᵛ,˚ ɥʟ˘,ƀ˚ ɛ,^ ӽ¡ʟ,ᵛ, 3

Atrasos na análise

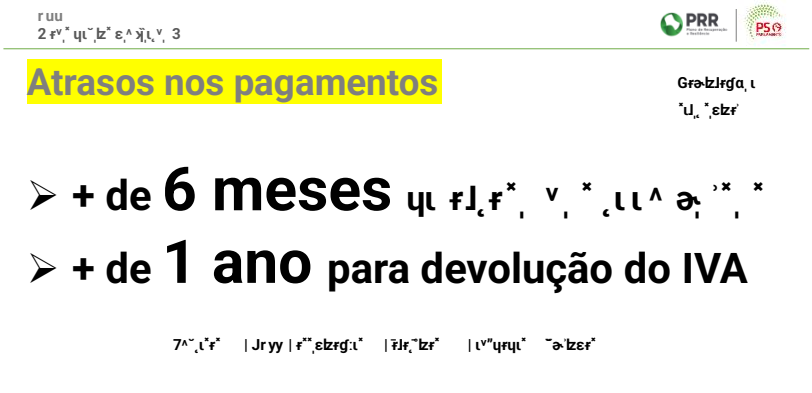
Concurso PRR - Comunidades de energia renovável – 2ª fase encerrado em 5 de novembro de 2024 (CNA, 2026)

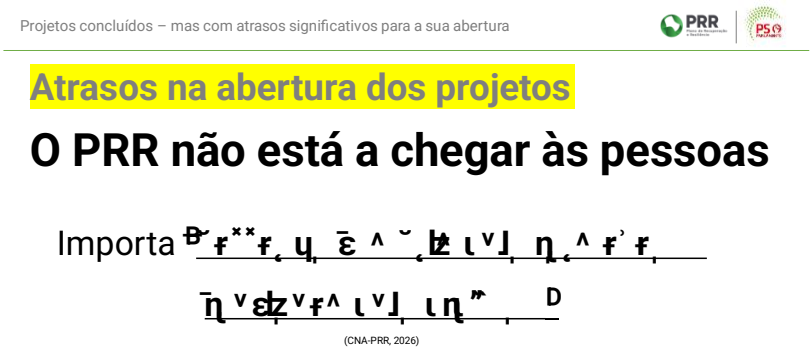
-¸ ᵛɛ ¸˚¸ r uu ɛ¸ ^

um ano e meio de espera

«**descrédito e frustração dos promotores que viram as suas expectativas goradas**, depois de terem investido recursos na preparação e submissão das candidaturas» (CNA PRR, 2026, Relatório 1: pág. 255).

r uu
2 ɨ ˅ ˛ ɥ ɩ ˘ ˛ ɪ ˣ ɛ ˛ ^ ɔ̃ ˛ ɩ ˛ ˅ ˛ 3
PRR
Atrasos nos pagamentos
Fundos europeus
Três meses depois, Banco de Fomento ainda não pagou adiantamentos aos projetos de IA
Mónica Silvares
13 Maio 2026
"Temos de garantir imediatamente o pagamento das atividades, através de adiantamento ou através de uma maior celeridade da análise dos pedidos", disse Pedro Dominguinhos.


r uu
2 ɨ ˅ ˛ ɥ ɩ ˘ ˛ ɪ ˣ ɛ ˛ ^ ɔ̃ ˛ ɩ ˛ ˅ ˛ 3
PRR
Atrasos nos pagamentos
Gɨɚɪɪɟɡɑ ˛ ɩ
ˣ ɪ ˛ ˛ ˣ ˛ ɛɪɪɨ
➢ + de 6 meses ɥɩ ɨ ɟ ˛ ɨ ˣ ˛ ˅ ˛ ˣ ˛ ɩ ɩ ^ ɚ ˛ ˋ ˣ ˛ ˣ
➢ + de 1 ano para devolução do IVA
7 ^ ˘ ˛ ɩ ˣ ɨ ˣ | Jr yy | ɨ ˣ ˣ ˛ ɛɪɪɨɡ ˑ ɩ ˣ | ɨ̄ ɟ ɨ ˛ ˜ ɪɪɨ ˣ | ɩ ˅ ˝ ɥ ɨ ɥ ɩ ˣ ˘ ɚ ˋ ɪɪɛɨ ˣ


Projetos concluídos – mas com atrasos significativos para a sua abertura
PRR
Atrasos na abertura dos projetos
O PRR não está a chegar às pessoas
Importa
(CNA-PRR, 2026)

Alguns exemplos
Grândola:
10 moradias | 1.5M€ - BNAUT – Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário
Concluído desde outubro 2024!
Casas por abrir há mais de um ano e meio!

Vila Velha de Ródão
Habitação: arrendamento acessível
Concluído desde março 2025

Apartamentos por abrir há mais de um ano!

PORTO

Lar para carenciados está pronto há um ano mas continua fechado

Unidade Residencial de Vilar do Pinheiro, em Vila do Conde, já foi inaugurada pelo ministro Miguel Pinto Luz. Falta assinar protocolo com Segurança Social

Jornal de Notícias, 21 de outubro 2025

Vila do Conde
Unidade residencial Vilar de Pinheiro
Projeto PRR: 1.7M€ de investimento | 23 quartos
Jʸ₹ɔ̃ʞ̩ ɹɥ̩ ʟʌ̃ˌɟə̃ˌ 2024

Lar por abrir há mais de um ano e meio

Residência de estudantes em Beja inaugurada 15 dias antes das autárquicas continua em obras

Primeiro-ministro e ministro da Educação estiveram presentes na cerimónia e sublinharam a "rapidez" na execução dos trabalhos. Cinco meses depois, não está alojado um único estudante.

Carlos Dias
17 de Março de 2026, 9:10

VER IMAGENS

Público, 17 de março 2026

Politécnico de Beja inaugura residência com 503 camas e investimento de 22 milhões

O primeiro-ministro, Luís Montenegro, inaugurou ontem a nova residência de estudantes do Instituto Politécnico de Beja, uma infraestrutura de 22 milhões de euros que disponibiliza 503 camas para alunos, docentes e investigadores.

26 de setembro 2025
Alentejo Ilustrado/Lusa | Fotografia: Nuno Veiga/Lusa

Passaram 7 meses…

"O cumprimento de metas tem assentado, em vários casos, **em critérios formais, sem correspondência plena na execução material e no funcionamento efetivo dos investimentos"**

Eliminação de Investimentos

Redução de 85 marcos e metas

Fonte: CNA, 2026

Debate de urgência

f ə̧ ɓ̧ ɋ ɥ ̩ !

Nuno Fazenda
Lisboa, 20 de maio 2025

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.